DEOCLECIO ROCCO GRUPPI

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: TRAJETÓRIA E INTERLOCUÇÕES

INDIGENOUS PEOPLES GAMES: TRAJECTORY AND INTERLOCUTIONS.

CAMPINAS
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DEOCLECIO ROCCO GRUPPI

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: TRAJETÓRIA E INTERLOCUÇÕES

Orientadora: Maria Beatriz Rocha Ferreira

INDIGENOUS PEOPLES GAMES: TRAJECTORY AND INTERLOCUTIONS

Tese de Doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade.

Doctorate thesis presented to the Graduate Program of the School of Physical Education at the State University of Campinas to obtain the degree of Doctor of Physical Education. Area: Physical Education and Society.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO DEOCLECIO ROCCO GRUPPI, E ORIENTADO
PELA PROFa. DRa.MARIA BEATRIZ ROCHA FERREIRA

CAMPINAS, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

Gruppi, Deoclecio Rocco, 1965-
G927j Jogos dos povos indígenas: trajetória e interlocuções / Deoclecio Rocco Gruppi. - Campinas, SP: [s.n], 2013.

Orientador: Maria Beatriz Rocha Ferreira.
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Jogos indígenas. 2. Jogos - História. 3. Jogos escolares. I. Ferreira, Maria Beatriz Rocha. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital:

Título em inglês: Indigenous peoples games: trajectory and interlocutions.
Palavras-chaves em inglês:
Indigenous Games
Games – History
Indigenous peoples
Área de Concentração: Educação Física e Sociedade
Titulação: Doutorado em Educação Física.
Banca Examinadora:
Maria Beatriz Rocha Ferreira [orientador]
Ademir Gebara
Vera Regina Toledo Camargo
José Ronaldo Mendonça Fassheber
Maria da Glória Porto Kok
Data da defesa: 28-02-2013
Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira

Orientadora

Prof. Dr. Ademir Gebara

Profa. Dra. Vera Regina Toledo Camargo

Prof. Dra. Maria da Glória Porto Kok

Prof. Dr. José Ronaldo Mendonça Fassheber

Dedico este trabalho a
Deus e a meus
Pais *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Ao longo do tempo de realização deste trabalho encontrei muitas pessoas que me ajudaram. A todas elas meu muito obrigado.

À professora Maria Beatriz Rocha Ferreira por ter orientado o processo de investigação com seu conhecimento e sobretudo com sabedoria.

Ao professor Ademir Gebara, pelo longo convívio acadêmico e suas contribuições para esta tese.

À UNICENTRO por ter concedido a licença necessária, para que eu pudesse dedicar integralmente a esta pesquisa.

Aos professores do Departamento de Educação Física da UNICENTRO que me poiaram na saída para qualificação profissional: Itamar Adriano Tagliari, Larissa Bobroff Daros, José Ronaldo Mendonça Fassheber, Bruno Sérgio Portela, Marcos Roberto Querioga, Silvano da Silva Coutinho e aos professores colaboradores do Departamento de Educação Física que estiveram nesse tempo me substituindo.

Aos diretores da Faculdade Guairacá: Juarez Matias Soares e Janete Kulka pelo apoio e colaboração no início dos meus estudos desta tese, na concessão de horas pesquisa e financiamento de viagens. Aos professores, alunos e funcionários da Faculdade Guairacá pelo convívio.

À CAPES, pela bolsa concedida para realização da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, por sempre se colocarem a disposição quando necessitei. Aos funcionários das Bibliotecas da FEF, IFCH e FE da UNICAMP pelo cordial atendimento.

Aos irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena, pela oportunidade da convivência e pelos conhecimentos confiados.

Aos meus irmãos e irmãs: Jane, Décio, Janete, Lívio Geraldo, Paulo Sérgio, Maria Angela, Luiz Carlos e Danila, e meus sobrinhos Renato, Lucas, Henrique, Hércules, Felipe, Gabriel, Matheus, Junior, Larissa e Caique, que me incentivaram e compreenderam minhas ausências.

Aos meus amigos e amigas que contribuíram direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

À Maria Heloísa Guimarães que fez a revisão do texto.

Aos professores da Banca examinadora: Ademir Gebara, José Ronaldo Mendonça Fassheber, Maria da Glória Porto Kok e Vera Regina Toledo Camargo pelas contribuições na qualificação e defesa da tese.

GRUPPI, Deoclecio Rocco. Jogos dos Povos Indígenas: trajetória e interlocuções. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o estudo das figurações e relações de poder imbricadas nos Jogos dos Povos Indígenas (JPIs). E os objetivos específicos da pesquisa são: Identificar e analisar as instituições que constituem os Jogos dos Povos Indígenas; registrar a história de vida dos organizadores: Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena, idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas; relacionar a influência dos Jogos Escolares Brasileiros na história de vida dos idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas; compreender as relações entre os idealizadores dos JPIs e o Ministério do Esporte; analisar as práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas no viés das teorias de Norbert Elias, e Pierre Parlebás. Os Jogos dos Povos Indígenas em suas edições têm demonstrado aspectos que os tornam um evento relevante para a sociedade brasileira, como a representação de novas formas de jogar e celebrar. Esses Jogos têm como característica principal a celebração, o encontro, o conhecimento de outros povos e o reencontro com outros, fazendo com que sejam reconhecidos por suas diversidades culturais. As primeiras participações de jovens indígenas nos Jogos Escolares Brasileiros foi um momento significativo para os irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena que almejavam a presença indígena nessa competição. A primeira participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros partiu da iniciativa de se levar um arqueiro para distinguir, ou seja, uma outra maneira de demonstrar suas práticas corporais. E é a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas. A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens intitulado "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)", que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoiando-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia, Educação Física e História. O presente trabalho está centralizado principalmente nas ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Para análise de dados e interpretação das fontes foram justapostos documentos, relacionando texto e contexto. Nos Jogos dos Povos Indígenas e nos Jogos Escolares Brasileiros podemos encontrar alguns aspectos comuns, no que diz respeito à organização e fórum de debates, organizações esportivas têm o mesmo formato, como toda forma de competição. Por outro lado nos Jogos dos Povos Indígenas a filosofia é diferente dos Jogos Escolares Brasileiros. As relações do Comitê Intertribal e Ministério do Esporte referentes aos Jogos dos Povos Indígenas, perpassam pela lógica na organização de um evento esportivo e pelas relações interpessoais. Vale lembrar que os Jogos dos Povos Indígenas propiciaram relações intersetoriais do Ministério do Esporte com outros Ministérios. Nas relações entre os organizadores indígenas e os representantes do Ministério do Esporte há encontros/desencontros nas ações da coordenação dos Jogos dos Povos Indígenas.

Palavras-Chaves: Jogos indígenas; Jogos – História; Jogos escolares.
GRUPPI, Deoclecio Rocco. Indigenous peoples games: trajectory and interlocutions. 2013. 163 f. Thesis (Doctorate in Physical Education)-School of Physical Education, State University of Campinas, Campinas, 2013.

ABSTRACT

The purpose of this research is the study of figurations and power relationship imbricated in the indigenous peoples games. The specific purposes of this research are: to identify and to analyze the Institutions that constitute the native people games; to register the history of life of the organizers: Carlos Justino Terena and Mariano Marcos Terena, idealizers of the indigenous peoples games; to relate the influency of the Brazilian School Games in the history of life of the idealizers of the native people games; to comprehend the relations between the idealizers of the native people games and the Sport Ministry; to analyze the corporal practices in the native people games in the bias of the theories from Norbert Elias and Pierre Parlebás. The games from native people in their latest edition have shown some aspects which have become a relevant event for the Brazilian society like the representation of new ways of playing and celebrating. These games have as main feature the celebration, the meeting, the knowledge of other people and meeting with the others, so that they can be recognized by their cultural diversity. The first participation of the native young in the Brazilian School Games was a significant moment to the brothers Carlos Justino Terena and Mariano Marcos Terena who aimed the presence of native people in this competition. The first native participation in the Brazilian School Games was from the initiative to take a bowman to distinguish, that is, another way to demonstrate their corporal practices. And from this point on it starts to develop proposals for the indigenous peoples games. The used methodology in this research is qualitative. The selected sources were obtained from the law, in official documents and in the collection of the database and images entitled "Game, Celebration, Memory and Identity: Reconstruction of the creation line, implementation and diffusion of the indigenous peoples games. This research allows the interdisciplinary, through the support of the Sociology, Anthropology, Physical Education and History. This research is centralized mainly in the actions of the "Comitê Intertribal Ciência" and "Memória Indígena" and the Sport Ministry, because they are the protagonists and to establish combined relations and closer to performing the native people games. To data analyses and sources interpretations were juxtaposed documents, relation text and context. In the native people games and in the Brazilian scholar games we can find some common aspects regarding the organization and forum of debates, sportsmanship organization with the same format, as all competition way. By other side, in the native people games, the philosophy is different from the Brazilian Scholar Games. The relations in the "Comitê Intertribal" and Sports Ministry regarding the Brazilian people games pass by the logic of the organization of an sportive event and throughout personal relation. It is worth remembering that the native people games propitiated intersectional relations from the Sport Ministry with other ministries. In the relations between the native people and the Sport Ministry representatives there are ups and downs in the actions of the coordination of the native people games.

Keywords: Indigenous Games; Games – History; Indigenous peoples

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Equipe de Futebol 63

Fotografia 2 – Equipe de Futebol 64

Fotografia 3 – Equipe de Futebol 66

Fotografia 4 – Arena dos Jogos dos Povos Indígenas.....109

Fotografia 5 – Arco e Flecha 110

Fotografia 6 – Jogo Rokrã 112

Fotografia 7 – Arco e Flecha 116

Fotografia 8 – Arena dos Jogos dos Povos Indígenas 126

Fotografia 9 – Cabo de força 126

Fotografia 11 – Arena dos Jogos – Dança 128

Fotografia 11 – Cerimônia de Abertura 129

Fotografia 12 – Dança 130

Fotografia 13 – Dança 131

Fotografia 14 – Deoclecio e com representantes da Etnia Matis 131

Fotografia 15 – Capa do Livro “Jogo, Celebração, Memória e Identidade” 161

Fotografia 16 – Site do Projeto “Jogo, Celebração, Memória e Identidade” 163

Obs.: As fotografias utilizadas neste trabalho foram doadas pelos autores para o Banco de Dados e Imagens “Jogo, Celebração, Memória e Identidade” Labjor/UNICAMP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores homologados para realização dos Jogos dos Povos Indígenas.....99

Quadro 2 – Execução financeira e física do programa até 31/12/2004.....100

Quadro 3 – Execução financeira, 2004.....100

Quadro 4 – Tomada de contas, 2005.....101

Quadro 5 – Tomada de contas, 2005.....101

Quadro 6 – Tomada de contas, 2006.....101

Quadro 7 – Atividades realizadas nas arenas e outros locais.....102

Quadro 8– Práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas.....119

Quadro 9 – Tipologia dos jogos adaptados por diferentes autores…….120

Quadro 10 – Práticas Corporais……..121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEL: Agência Goiana de Esportes e Lazer

BA: Bahia

CE: Ceará

CEPEUSP: Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo

CEUB: Centro de Ensino Unificado de Brasília

CMU: Centro de Memória da Unicamp

COI: Comitê Olímpico Internacional

DED: Departamento de Educação Física e Desporto

ECO 92: Conferências da Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DF: Distrito Federal

ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras

FE: Faculdade de Educação

FEF: Faculdade de Educação Física

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNASA: Fundação Nacional da Saúde

GO: Goiás

IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INDESP: Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto

ITC: Comitê intertribal Memória e Ciência Indígena (sigla em inglês)

JEBs: Jogos Escolares Brasileiros

JPIs: Jogos dos Povos Indígenas

LABANTROPO: Laboratório de Antropologia Biocultural

LABJOR: Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo

LOA: Lei Orçamentária Anual

MA: Maranhão

ME: Ministério do Esporte

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MG: Minas Gerais

MINC: Ministério da Cultura

MS: Mato Grosso do Sul

MT: Mato Grosso

ONG: Organização não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PA: Pará

PAN 2007: Jogos Panamericanos

PE: Pernambuco

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PLOA: Parecer Preliminar Aprovado

PR: Paraná

RR: Rorâima

SEED: Secretaria de Educação Física e Desporto

SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira

SIGPLAN: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SNDEL: Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer

SNEED: Secretaria Nacional de Esporte Educacional

SP: São Paulo

Tis.: Terras Indígenas

TO: Tocantins

TTA: Empresa de Propaganda e Marketing

UF: Unidade da Federação

UNICAMP: Universidade de Campinas

UNIND: União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **21**

INTRODUÇÃO **25**

Capítulo I – Método e Fundamentação Teórica **31**

1. Categorias *31*

2. Fontes utilizadas na temática sobre os Jogos dos Povos Indígenas *32*

2.1 Publicações em Periódicos 32

2.2 Entrevistas publicadas 32

2.3 Entrevistas publicadas no Banco de Dados e Imagens 33

2.4 Entrevistas realizadas em Campo e não que constam no Banco de dados e Imagens 33

2.5 Etnia Terena 34

2.6 História de vida 34

2.7 Jogos Escolares Brasileiros 35

2.8 Relações entre os organizadores dos Jogos dos Povos Indígenas 36

2.9. Pesquisas sobre os Jogos dos Povos Indígenas 36

2.10 A avaliação/pesquisas dos Jogos dos Povos Indígenas 38

3. Figurações *42*

4. Poder *46*

5. Técnicas do Corpo *47*

6. Ação Motriz *51*

Capítulo II – Os Terena **53**

1. Etnia Terena *53*

1. 1 Aspectos Históricos-Socioculturais *54*

2. Histórias de vida relacionadas com os Jogos dos Povos Indígenas 62

Capítulo III – Iniciativas Indígenas: Jogos Escolares Brasileiros e Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena **69**

1. Participação Indígena nos Jogos Escolares Brasileiros *69*

1.1 Períodos históricos, contexto dos Jogos Escolares Brasileiros (1969-2012) 69

1.2 Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiros 73

1.3 Participação Indígena – Descrição dos participantes/população atendida e organizadores 79

2. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena *82*

3. Ministério do Esporte e relação com os Jogos dos Povos Indígenas *83*

Capítulo IV – Jogos dos Povos Indígenas **85**

1.1 Idealização dos Jogos 85

1.2 Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos dos Povos Indígenas 92

1.3 Os organizadores e participantes dos Jogos dos Povos Indígenas 94

1.4 Políticas de Investimentos do Estado 98

1.5 Relações/tensões entre Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e Ministério do Esporte 103

Capítulo V – Práticas Corporais **109**

Aportes finais **133**

Bibliografia **149**

ANEXOS.....157

APRESENTAÇÃO

As minhas primeiras aproximações com a temática relacionada aos povos indígenas se deu no decorrer da minha carreira como professor de ensino superior no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual do Centro-Oeste no *Campus* de Guarapuava-PR.

No ano de 2007 fui convidado pelo professor Itamar Adriano Tagliari para participar de um projeto de extensão[1] intitulado "Integração Educação e Ensino Superior: Educação para a Saúde". Esse projeto foi financiado pela Fundação Araucária (órgão de fomento a pesquisa do Estado do Paraná). Teve como um dos objetivos específicos a ressignificação dos Jogos 'Tradicionais' da etnia Kaingang.

O grupo formado era interdisciplinar, envolvia a Educação Física, Agronomia, Ciências Biológicas e Nutrição. Fiquei responsável pela Educação Física, minha área de atuação. Os trabalhos foram realizados na Escola Indígena Rio das Cobras, na Terra Indígena Rio das Cobras localizada em Nova Laranjeiras a aproximadamente 100 km de Guarapuava.

A participação naquele projeto me proporcionou a ampliação dos conhecimentos acerca dos povos indígenas no Brasil e os trabalhos desenvolvidos na Escola Indígena trouxeram valiosas contribuições para minha atuação profissional.

O contato com as lideranças indígenas de Rio das Cobras, o conhecimento da cosmologia Kaingang, de seus rituais e jogos 'tradicionais' inspirou-me a estudar mais profundamente sobre aquela etnia.

No ano de 2009 esse projeto chegou ao fim e, como eu já tinha a intensão de seguir para o curso de doutorado nessa área, me apresentei a professora Maria Beatriz Rocha Ferreira na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, na época coordenadora do Laboratório de Antropologia Biocultural (Labantropo) e orientadora de dissertações e teses relacionada a essa temática. Ao ser aprovado no processo seletivo iniciei meus estudos de doutoramento sob sua orientação.

[1] Projeto de extensão das Universidades Públicas do Paraná dentro do grande projeto denominado "Universidade Sem Fronteiras".

No início minhas intensões estavam voltadas para as "práticas corporais dos Kaingang", um povo que conheci e com o qual aprendi muito durante minha convivência durante o projeto de extensão.

No início do ano de 2010, a professora Maria Beatriz convidou-me a participar de um projeto de pesquisa recém selecionado pelo Ministério do Esporte intitulado: "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas" que tinha como coordenadoras: Maria Beatriz Rocha Ferreira do Laboratório de Antropologia Biocultural da Faculdade de Educação Física, Vera Regina Toledo Camargo do Laboratório de Estudos Avançados e Jornalismo e Olga Rodrigues de Moraes von Simson do Centro de Memória da UNICAMP, e como coordenadores Indígenas, Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena.

Ao longo do ano de 2010 dediquei-me às disciplinas do curso de doutorado e ao projeto do qual fui bolsista por doze meses. Nesse processo comecei a repensar meu projeto inicial de ingresso no curso de doutorado. Pelo fato de ter me envolvido integralmente ao projeto e ao grupo de pesquisa, reformulei meu projeto inicial e passei a dedicar-me à temática sobre os Jogos dos Povos Indígenas. As reuniões semanais, os cursos e palestras realizadas durante a execução do projeto vinham ao encontro do que eu planejava pesquisar, "práticas corporais entre indígenas".

O projeto em questão consistiu na elaboração do Banco de Dados e Imagens dos Jogos dos Povos Indígenas (de acesso restrito a pesquisadores), reuniu material sobre o seu processo de constituição, com aproximadamente quatro mil fotografias, transcrições de entrevistas realizadas pelo Labantropo, Labjor e TV UNICAMP durante os Jogos Interculturais de Campo Novo dos Pareci-MT e dos Jogos dos Povos Indígenas de Recife/Olinda. Inseriu a documentação sobre os Jogos, análise de conteúdo das entrevistas transcritas, recortes de matérias de jornais das épocas de realização dos Jogos. Enfim foi criado um acervo de memória dos Jogos dos Povos Indígenas. O projeto contemplou também a criação de um site contendo informações sobre o projeto, as edições dos Jogos dos Povos Indígenas, Práticas corporais nos Jogos, Etnias participantes, Grupo de trabalho, indicação de sites relacionados aos Jogos dos Povos Indígenas e Bibliografia referente às pesquisas sobre os Jogos dos Povos Indígenas. A organização de um Fórum na UNICAMP

e a publicação de um livro com o mesmo título do projeto foram os últimos trabalhos desse projeto.

A coordenadora do Labantropo/FEF/UNICAMP elaborou no ano de 2011 um projeto de pesquisa de campo para os XI Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional, TO no qual se pôde reunir informações para atualização do Banco de Dados e Imagens. Nesse projeto pude realizar uma parte de minha pesquisa de campo.

Esta foi minha entrada no tema que apresento nesta tese, versa sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

INTRODUÇÃO

Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos líderes e irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena em parceria com o Ministério do Esporte. Estes eventos objetivam hoje a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia, porém no início seus objetivos nem sempre foram tão claros, Carlos Terena não imaginou o impacto positivo dos Jogos na comunidade indígena e no meio acadêmico.

A Constituição Brasileira, no Artigo 217, afirma ser dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas, e baseado neste Artigo, Jogos dos Povos Indígenas obtiveram o reconhecimento oficial.

O líder Carlos Terena, em entrevista concedida a Diana Ruiz (2009), relata todo o processo pelo qual passaram até se chegar ao que se denomina hoje os Jogos dos Povos Indígenas. Na percepção de Carlos, as bases para a realização desse sonho foram as experiências adquiridas na juventude e o espírito de liderança, fala também como se deu o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte. Por quase duas décadas os irmãos Terena estiveram profundamente envolvidos com os Jogos.

Ao falar sobre os significados dos Jogos, Carlos Terena afirma que são vários e que a cada edição percebe as relações que eles podem ter com as sociedades indígenas e não indígenas.

Ainda, ao dizer que existem outros significados, Carlos Terena menciona o fortalecimento da cultura dos povos indígenas durante os anos de realização dos Jogos, tal constatação mostra o quanto se tornou relevante a participação das comunidades indígenas e contribuiu para que fossem conhecidas e reconhecidas pelos não indígenas.

O princípio dos Jogos dos Povos Indígenas está no lema criado pelos líderes Terena: “O importante não é competir e sim celebrar”.

Os Jogos dos Povos Indígenas são de âmbito Nacional e foram realizados até hoje em Goiânia, GO - 1996, Guaíra, PR - 1999, Marabá, PA – 2000, Campo Grande, MS – 2001, Marapanim, PA – 2002, Palmas, TO – 2003, Porto Seguro, BA – 2004, Fortaleza, CE

– 2005, Recife/Olinda, PE – 2007, Paragominas, PA – 2009 e Porto Nacional, TO – 2011. Além dos eventos de âmbito nacional, existem os Jogos Regionais como os Jogos Interculturais de Campos Novos do Pareci (MT), Jogos Indígenas do Pará, Festa do Índio em Bertioga (SP), também os Jogos Culturais Indígenas de Rio das Cobras (PR), Semana Cultural Indígena da Terra Indígena de Marrecas – (PR), todos são exemplos de práticas corporais.

Os Jogos dos Povos Indígenas têm como característica principal a celebração, o encontro, o conhecimento de povos diversos e o reencontro com outros, faz com que cada povo seja reconhecido por suas diversidades culturais.

Esse reconhecimento pela comunidade não indígena proporciona novas maneiras de se relacionarem, questões como saúde, demarcação de terra, alimentação, entre outras, passam a ter novas dimensões nos debates. As condições de vida dos povos indígenas começam a ter destaque nas discussões entre as lideranças indígenas e não indígenas, formam-se novas configurações sociais e uma melhor interlocução entre elas.

Os Jogos dos Povos Indígenas consistem em:

- Cerimônia de Abertura com acendimento do Fogo Sagrado com o conhecimento ancestral; entrada das delegações e presentações Culturais.
- Competições.
- Fórum Social.
- Cerimônia de Encerramento.

Os espaços para a realização dos Jogos são:

- Arena com arquibancada para população.
- Tendas para venda de artesanato.
- Cozinha e espaço para alimentação.
- Alojamentos – chamadas de Ocas – para as etnias participantes.

Pode-se notar que os Jogos dos Povos Indígenas, ao longo das dez edições, se destacam no cenário brasileiro como uma manifestação cultural, amparada pela Constituição. Esses Jogos caracterizam a diversidade de povos e línguas faladas que este país possui demonstrando que não somos um povo uno e não temos somente uma língua falada por este povo plural.

O objetivo geral: o estudo das figurações e relações de poder imbricadas nos Jogos dos Povos Indígenas.

Os objetivos específicos:

i. Identificar e analisar as instituições que constituem os Jogos dos Povos Indígenas;
ii. Registrar a história de vida dos organizadores: Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena, idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas;
iii. Relacionar a influência dos Jogos Escolares Brasileiros na história de vida dos idealizadores e por conseguinte na construção dos Jogos dos Povos Indígenas;
iv. Compreender as relações dos organizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e o Ministério do Esporte;
v. Analisar as práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas no viés das teorias de Norbert Elias, Pierre Parlebás e outras colaborações.

Divisão dos Capítulos da Tese

Capítulo I – Método e Fundamentação teórica

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas. O presente trabalho está centralizado principalmente nas ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Para o estudo das figurações e relações de poder me reporto a Norbert Elias. As redes de interdependências que se formam para realização desses Jogos, os processos pelos quais os organizadores passam, tomadas de decisões, tensões e articulações, serão apresentados a partir desse estudo. Nesta pesquisa, as práticas corporais estão presentes por meio dos rituais, das danças, das celebrações, dos jogos, e trazem conhecimentos ancestrais dos povos indígenas. Para tratar desse tema recorro a Marcel Mauss no que se refere às técnicas do corpo como movimentos sociais, o autor entende pela expressão “as maneira

pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo" (2003, p.401) e outros autores que se dedicaram a esse tema. As contribuições de Pierre Parlebás, quanto às práticas corporais presentes nos Jogos dos Povos Indígenas, se inserem a partir de seus estudos nas ações motrizes. Pesquisas realizadas por integrantes do Laboratório de Antropologia Biocultural na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sob coordenação de Maria Beatriz Rocha Ferreira oferecem subsídios para este trabalho.

Capítulo II – Os Terena

Nesse capítulo é feita a abordagem sobre a Etnia Terena, História de vida de Marcos Terena e Carlos Terena idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas. Com o objetivo de situar o leitor sobre uma parte da produção etnográfica dos Terena, no que diz respeito à sua organização social, cosmologia, características guerreiras, formas de territorialização e relações com a sociedade nacional, escolhi como referências: Roberto Cardoso de Oliveira (1960; 1972; 1976; 1988 e 1996); Carlos Rodrigues Brandão (1986); Levi Marques Pereira (2009); Graziella Sant'Anna (2010).

Capítulo III - Iniciativas indígenas: Jogos Escolares Brasileiros e Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena.

Abordagem da participação Indígena nos Jogos Escolares Brasileiros relacionados aos períodos históricos, contexto dos Jogos Escolares Brasileiros (1969-2012). Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiro. Participação Indígena – Descrição dos participantes/população atendida e organizadores. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena e, o Ministério do Esporte e a relação com os Jogos dos Povos Indígenas.

Capítulo IV - Jogos dos Povos Indígenas

Foram abordadas a idealização dos Jogos, a identificação da filosofia e objetivos dos Jogos dos Povos Indígenas, sobre os organizadores e participantes dos Jogos dos Povos Indígenas, as Políticas de Investimentos do Estado e as relações/tensões entre Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e Ministério do Esporte.

Capítulo V – Práticas Corporais

Análise das práticas corporais estas, quando realizadas nos Jogos dos Povos Indígenas, são representações do que se pratica na aldeia porém, se adequam às necessidades do local, ou seja, na arena ou outro local determinado pelos organizadores. Essas práticas são trazidas da aldeia para a cidade com anuência do Cacique ou Conselho Indígena a que pertencem, têm a intenção de representar a cultura nos Jogos dos Povos Indígenas e proporcionam um momento de conhecimento recíproco entre indígenas e entre estes e os não indígenas. Utilizo pesquisadores que estabeleceram uma classificação das práticas 'tradicionais' e me reporto à teoria de Parlebás para classificação das práticas e posteriormente discuti-las.

Aportes finais

Na discussão e considerações finais foram abordados os aspectos principais relacionados aos objetivos específicos desta tese, utilizei os autores que deram fundamentação teórica à pesquisa.

As fotografias utilizadas neste trabalho foram doadas pelos seus criadores e depositadas no Banco de Dados e Imagens "Jogo, Celebração, Memória e Identidade".
Referência Bibliográfica – Foi mencionado somente as referências básicas do texto.

Esta pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP com o Parecer Consubstanciado número: 14.951 e número **CAAE:** 01358712.9.0000.5404 (ANEXO).

Capítulo I – Método e Fundamentação Teórica

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. As fontes selecionadas foram obtidas na legislação, em documentos oficiais e no acervo de banco de dados e imagens intitulado "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)", que contêm a memória sobre os jogos dos povos indígenas.

Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoiando-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia e História.

As fontes históricas estão relacionadas a "ouvir depoimentos, manusear documentos, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências de nossos antepassados" conforme (Pinsky, 2008, p. 7).

O presente trabalho está fundamentado da teoria sobre figurações e relações de poder de Norbert Elias mais especificamente nas obras: "Sociedade dos Indivíduos" (1994); "Os Estabelecidos e Outsiders" (2000); "Norbert Elias por Ele mesmo" (2001) e "Introdução à Sociologia" (2005), e para analisar as práticas corporais nos JPIs apoia-se na obra de Elias e Dunning "A Busca da Excitação" . Está fundamentado também na obra de Marcel Mauss "Sociologia e Antropologia" (2003) onde conceitua as técnicas do corpo em artigo homônimo; em Pierre Parlebás na obras "Juegos, Deporte y Sociedad. Lexico de praxiologia motriz, e em Otero e Burgués na obra "Introducción e la Praxiologia Motriz.

As questões relacionadas à etnia Terena foram fundamentadas nas publicações de Roberto Cardoso de Oliveira: "O Índio e o Mundo dos Brancos" (1996); "A Crise do Indigenismo" (1988); "Sobre o Pensamento Antropológico" (1988). "Identidade, Etnia e Estrutura Social" (1976); "A sociologia do Brasil Indígena" (1972); "O Processo de Assimilação dos Terena" (1960). Sant'Anna "Histórias, Espaços, Ações e Símbolos das Associações Indígenas Terena" (2010). Levi Marques Pereira "Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização da identidade étnica" (2009).

1. Categorias

Indicação das diferentes Instituições

As Instituições envolvidas nos Jogos dos Povos Indígenas - JPIs, são

- Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena, liderada pelos irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena idealizadores e organizadores dos JPIs, e o
- Ministério do Esporte, como principal financiador desses Jogos.

Outras instituições também contribuem para a organização dos Jogos dos Povos Indígenas, sem financiamento direto e não são objetos deste estudo do presente trabalho – a saber:

- Universidade, contribui com voluntários das Faculdades de Educação Física e com pesquisadores no acompanhamento e avaliação.
- A Mídia, pois desde a primeira edição contribuiu para a divulgação e visibilidade dos Jogos, assim como para o acesso ao mundo dos esportes pelos indígenas.
- As ONgs. como a Ecoterra representada por Fernando Amazonas e Raí Silva, com trabalhos realizados desde 2003 em Palmas/TO até Porto Nacional/TO e outras.

O presente trabalho está centralizado principalmente nas ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

2. Fontes utilizadas na temática sobre os Jogos dos Povos Indígenas

2.1 Publicações em Periódicos

2.1.1 Rocha Ferreira, (2001, 2002, 2003, 2009, 2010, 2011), Almeida (2008), Fassheber, (2002, 2006, 2007, 2010), Grando (2010, 2011), Pinto (2011), Saneto (2012).

2.1.2 Publicação dos idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas apresentada no I Simpósio de Cultura Corporal e Povos Indígenas, realizado no Paraná em 2001.

2.2 Entrevistas publicadas

Entrevistas de:

Carlos Justino Terena (2007, 2009, 2010, 2011), realizadas pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Antropologia Biocultural da FEF/UNICAMP, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e pela TV UNICAMP.

Mariano Marcos Terena (2001, 2007, 2009, 2011) realizadas pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Antropologia Biocultural da FEF/UNICAMP, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e pela TV UNICAMP.

2.3 Entrevistas publicadas no Banco de Dados e Imagens

Entrevistas com indígenas e representantes do Governo feitas nos I Jogos Interculturais Indígenas de Mato Grosso, 2007; Jogos dos Povos Indígenas Recife/Olinda, 2007 e nos Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional, 2011, realizadas pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Antropologia Biocultural da FEF/UNICAMP, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e pela TV UNICAMP, contidas no banco de dados e imagens "Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)".

2.4 Entrevistas realizadas em Campo e não que constam no Banco de dados e Imagens

Entrevistas em 2010 sobre os Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia,1996, de Guaìra,1999 e de Porto Nacional, 2011 com:

> **Tarion Motta,** responsável pela execução do Projeto dos Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, diretor da TTA Propaganda e Assessoria de Marketing Ltda.,
> **Flávio Milhomem** – Prof. de Educação Física, Coordenador Geral dos Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, 1996, pela AGEL – Agência Goiana de Esportes e Lazer.
> **Fidêncio Souza Lobo Neto** – Na época coordenador da parte cultural e esportiva dos Jogos dos Povos Indígenas, integrante da então Superintendência Estadual de Esportes e atual Agência de Esportes e Lazer de Goiânia-GO, Gerente de programas e projetos.

Celso Franco – Locutor, radialista, contratado para a locução da parte esportiva dos Jogos dos Povos Indígenas de Guaíra-PR em 1999.
Maura Franco – Locutora, radialista, contratada para a locução da parte cultural dos Jogos dos Povos Indígenas de Guaíra-PR em 1999.
Carlos Augusto da Silva – Na época secretário da Liga de Futebol de Guaíra-PR, responsável pela equipe de arbitragem de futebol dos Jogos dos Povos Indígenas de Guaíra-PR em 1999.
José Carlos Luiz "Zeca" – Então Coordenador local dos Jogos dos Povos Indígenas de Guaíra-PR em 1999, atual Secretário de Finanças do Município de Guaíra-PR – (Gestão 2009-2012).
Claudia Regina Bonalume – Na época coordenadora geral no Ministério do Esporte, diretora do Departamento de Políticas Sociais, membro suplente do Conselho Nacional do Esporte e Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do mesmo Ministério; Representante do Município de realização dos Jogos 2011,
Jeferson Lopes – Secretário de Cultura do Município de Porto Nacional, integrante da equipe organizadora local dos Jogos dos Povos Indígenas de 2011;
Marcos Vinicius – Professor de Educação Física e colaborador na organização dos Jogos dos Povos Indígenas desde 2003.
Maíra Marcos – Representante do Comitê Intertribal na organização dos Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional-TO em 2011;
Fernando Amazônia – Representante da ONG ECOTERRA, voluntário nos Jogos dos Povos Indígenas de Palmas-TO em 2003 e na cidade de Porto Nacional-TO em 2011
Raí Silva - Representante da ONG ECOTERRA, voluntário nos Jogos dos Povos Indígenas de Palmas-TO em 2003 e na cidade de Porto Nacional-TO em 2011.

- Entrevista sobre os Jogos Escolares Brasileiros
  Orlando Ferraciolli Filho, Coordenador Geral de Esporte de Base e Atletas de Alto Rendimento da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, sobre os Jogos Escolares Brasileiros entrevista feita em 2012.

2.5 Etnia Terena

Sobre a etnia Terena é feita a abordagem dos aspectos Histórico-Socioculturais na organização social, características guerreiras e relações com a sociedade brasileira.

2.6 História de vida

Baseia-se na história de vida de algumas pessoas como Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena que, vindos do Mato Grosso de Sul com bolsa de estudos da FUNAI para Brasília, formaram uma equipe de futebol onde se reuniam jovens indígenas de várias etnias que vieram para Brasília também com bolsa da FUNAI no final dos anos 70. A índole política e guerreira própria dos Terena foi a essência do que, mais tarde, possibilitou o diálogo entre os povos indígenas e as várias instituições governamentais e não governamentais. Este diálogo foi fundamental para que os povos indígenas pudessem participar dos Jogos Escolares Brasileiros, o que somente se concretizou em 1985.

2.7 Jogos Escolares Brasileiros

Para falar dos Jogos Escolares Brasileiros apresento os aspectos históricos, mudanças da filosofia e objetivos ao longo desse processo e a participação indígena nessas competições por meio de pesquisa em acervo sobre os Jogos Escolares Brasileiros.

As informações sobre os JEBs foram coletadas nos exemplares dos Boletins Oficiais arquivados na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

Há poucas pesquisas referentes aos JEBs, pude encontrar artigos publicados na Revista Brasileira de Ciência do Esporte e Revista Brasileira de Educação Física publicada pelo Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC). Uma publicação da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, intitulado "Esporte na Escola: Os XVIII Jogos Escolares Brasileiros como Marco Reflexivo", 1989. Outra publicação mais recente, 2007 livro organizado por Elisa de Campos Borges e Augusto Cesar Buonicori, resultado de uma trabalho conduzido por pesquisadores do Centro de Estudo e Memória da Juventude.

Os Boletins de 1991, 1993, 1994, de 2001 a 2004 não foram encontrados, possivelmente ainda "*guardados em alguma caixa, no Ministério da Educação"* a ser transportada para o Ministério do Esporte, como foi exposto na conversa com Prof. Orlando. Terminado o trabalho com os Boletins, o Prof. Orlando mostrou-me seu acervo pessoal, e nessa coleção consta todos os números da Revista Brasileira de Educação Física

e Desportos, editada pela SEED/MEC. Examinei todos os exemplares, pude extrair muitas informações para esta pesquisa. Para a coleta do material, utilizei uma câmera fotográfica, foram 636 páginas digitalizadas, com o conteúdo que me interessava no momento.

2.8 Relações entre os organizadores dos Jogos dos Povos Indígenas

Questões relativas à adequação das relações entre idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e representantes do Ministério do Esporte, discorro sobre questões de relações de poder e de diferentes diretrizes, barreiras ou dificuldades na execução dos Jogos dos Povos Indígenas, ações do Ministério do Esporte e do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e as trajetórias e interlocuções entre essas instituições.

2.9. Pesquisas sobre os Jogos dos Povos Indígenas

As pesquisas realizadas por integrantes do Laboratorio de Antropologia Biocultural na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sob coordenação de Maria Beatriz Rocha Ferreira oferecem subsídios para este trabalho.

O pioneirismo de Rocha Ferreira em pesquisas sobre a Cultura Corporal Indígena na área da Educação Física teve início na década de 1990, assim como orientações de dissertações e teses, mencionam os seguintes projetos: a) "I Simpósio de Cultura Corporal e Povos Indígenas" [2]; b) "Saúde e Cultura Corporal da Criança e do Adolescente"[3]; c) "Cultura Corporal Indígena Brasileira: Jogos Tradicionais."[4]; d) VI Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas – Projeto FAEP/UNICAMP – Ministério do Esporte – vigência 2005. "Jogos dos Povos Indígenas"[5]; e) Universidade Politécnica de Madrid e Labantropo/Labjor/Centro de Memória /UNICAMP. f) "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos

[2] Projeto CNPq – Bolsa Professor Visitante – Universidade Estadual do Centro-Oeste vigencia 2001.
[3] Projeto PQI- Capes. Faculdade de Educação Física (Depto. de Estudos da Atividade Física Adaptada – Lab. Antropo. Bio-Cultural), Faculdade de Ciências Médicas (Depto. de Pediatria) e Universidade do Centro Oeste do Paraná (Unicentro) vigência – 2002- 2005.
[4] Projeto CNPq. 308566/2003-3. Bolsa de Produtividade Científica – vigência 2004-2007.
[5] Universidade Politécnica de Madrid e Universidade Estadual de Campinas como Coordenador Dr. Manuel Hernández Vázquez - Madrid – vigência 2004-2005 por meio de intercâmbio de professores com bolsas concedidas pelo Grupo Santander e Universidade Politécnica de Madrid.

Indígenas no Brasil (1996-2009)"[6] – Labantropo/Labjor/Centro de Memória /UNICAMP. Todos esses projetos tiveram disseminação dos resultados por meio de publicações em livros, revistas especializadas, cd rom, palestras e conferências em eventos científicos.

No I Simpósio de Cultura Corporal e Povos Indígenas, realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste, no Paraná em 2001, Rocha Ferreira (2003, p. 7) menciona que aquele ano foi inicio de "uma etapa de um grande desafio na construção de um amplo processo de aproximação de mundos – as Terras Indígenas e Universidades". Esse Simpósio contou com a presença de Marcos Terena abrindo diálogos com pesquisadores, sobre os Jogos dos Povos Indígenas, sua idealização e implantação, enfim trouxe informações e ampliou suas relações, neste caso, com as Universidades.

Rocha Ferreira (2003, p. 7) nos elucida:

> Os esportes, por outro lado, têm sido praticados mais intensamente nas Terras Indígenas, com identidade própria, que os difere do esporte urbano. Os povos indígena jogam, participam de campeonatos, divertem-se, zangam-se, mas eles carregam em si uma memória da cultura corporal que perpassa a atividade vigente. Memória esta que necessita ser compreendida e valorizada através de estudos.

As relações entre os idealizadores e as universidades começam a se estreitar e surgem interesses em expandir as pesquisas sobre os "esportes" que se tem praticado nas Terras Indígenas e como foram reunidos nos Jogos dos Povos Indígenas. Rocha Ferreira explana:

> Fundamentados nas pesquisas realizadas *in locu* por pesquisadores do Laboratório de Antropologia Bio-cultural/FEF/UNICAMP, e das solicitações de diferentes grupos indígenas, elaboramos um projeto de cultura corporal entre povos indígenas, focalizando os jogos tradicionais e os esportes indígenas (2003, p. 34).

O grupo de pesquisa, coordenado por Rocha Ferreira, do Laboratório de Antropologia Bio-cultural/FEF/UNICAMP, conforme Rocha Ferreira (2011, p. 34) desenvolveu pesquisas em diferentes Jogos Nacionais dos Povos Indígenas: de Campo Grande(2001), Porto Seguro (2004), Fortaleza (2005), Recife/Olinda (2007), Paragominas (2009) e Porto Nacional (2011) e dos Jogos Estaduais e regionais: Jogos Indígenas do Pará,

[6] Projeto selecionado em Edital publicado pelo Ministério do Esporte. Vigência 2010-2011.

Jogos Interculturais Indígenas (Campo Novo do Parecis) e Festival Nacional da Cultura Indígena (Bertioga).

Na fala de Rocha Ferreira e Vinha (2007):

> Não é só no Brasil que cresce o interesse pela revitalização dos jogos praticados por minorias étnicas. No contexto mundial verifica-se uma maior sensibilidade, por parte de entidades internacionais e pesquisadores independentes, para salvaguardar a ludodiversidade, ou seja, saberes, práticas de jogos, brincadeiras e confecção de brinquedos mediados pelo lúdico. Tal movimento fortalece principalmente as sociedades e os grupos cujas culturas e tradições se encontram fragilizadas devido à unificação de valores associada à globalização.

Os processos de transformações pelos quais os indígenas passaram, do período da colonização, como pacificação, perdas de terras, imigração e migração, enfim o contato com o não indio influenciou nos jogos tradicionais, para Rocha Ferreira:

> O processo de transformação das sociedades indígenas ao longo do tempo, advindo do contato interétnico, passado e presente, da colonização europeia a partir do século XVI, dos processos de pacificação, catequização, imigração e migração, da formação do estado, desmatamento, perda de terras, desaldeamento e proximidade das aldeias na vida urbana, etc. Influenciaram sobremaneira os jogos tradicionais. Alguns jogos se mantiveram, outros entraram em desuso e outros foram ressignificados no contexto do momento (ROCHA FERREIRA, 2007)

A autora enfocou os jogos tradicionais em momentos do processo de mudanças sociais, sobre seu desuso e ressignificação. Nesse artigo aborda os Jogos dos Povos Indígenas e elucida "o evento congrega elementos da cultura tradicional milenar e do mundo contemporâneo"(ROCHA FERREIRA, 2007).

2.10 A avaliação/pesquisas dos Jogos dos Povos Indígenas

2.10.1 Fortaleza – 2005

O relatório de pesquisa feito em 2005 por Rocha Ferreira contribuiu para o registro de informações. O grupo de pesquisadores do Laboratório de Antropologia Bio-cultural da FEF/UNICAMP, sob coordenação de Maria Beatriz Rocha Ferreira, contribuiu para a pesquisa dos Jogos dos Povos Indígenas de Fortaleza/2005. Como "uma pesquisa para se

conhecer e registrar algumas questões que permeiam neste movimento indígena" (ROCHA FERREIRA, 2005), a autora ainda lembra a comunidade científica que a viagem e o relatório foram feitos com recursos próprios, sem financiamento. Nesse relatório encontram-se informações e entrevistas acerca dos Jogos dos Povos Indígenas, como significados, jogos tradicionais realizados na aldeia e nos Jogos, sobre a organização, mudanças ocorridas de uma edição para outra, enfim, apresenta as falas dos caciques ou responsáveis pela etnia, dos atletas e dos líderes esportivos cujas informações foram utilizadas neste trabalho.

Na síntese das informações de Rocha Ferreira (2005) fica claro o quanto é complexa a organização dos Jogos: "tanto pelo lado dos organizadores, quanto pelo lado indígena[...] mas pode fornecer elementos importantes para uma análise", essas informações sobre a organização dos Jogos entre outras, nos conduz ao processo de compreensão da construção deles.

2.10.2 Recife/Olinda – 2007

A contribuição sobre os Jogos dos Povos Indígenas encomendada pelo Ministério do Esporte se refere à avaliação desses Jogos e se encontra na obra de Leila Pinto[7] (2011). A autora apresenta a avaliação dos IX Jogos dos Povos Indígenas realizados em Recife/Olinda, 2007 e nos mostra a relação institucional do Ministério do Esporte com a FUNAI e o Ministério da Justiça "que por diversas vezes foi apoiador desses Jogos entendendo sua relevância como um marco para a discussão de uma política de esporte e lazer do Ministério do Esporte" (2011, p.8), e no âmbito da organização foi constituída uma "Subcomissão de Documentação e Avaliação, sob a coordenação do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte/SNDEL e do Comitê Intertribal."(idem, p. 9)

Nessa perspectiva, a autora nos mostra os objetivos dessa subcomissão:

> Um dos objetivos foi envolver os representantes institucionais implicados em observações e debates realizados ao longo de todo processo, por meio de reuniões periódicas de avaliação, com vista à qualificação do processo. Um segundo objetivo foi realizar entrevistas com os idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas, participantes indígenas e gestores apoiadores,

[7] Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Então Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer/ Ministério do Esporte, Representante do Ministério do Esporte na Coordenação da Comissão de Documentação e Avaliação dos IX Jogos Nacionais dos Povos Indígenas.

> buscando analisar o vivido e levantar subsídios para a implementação da Política Nacional de Esporte, considerando o atendimento das populações indígenas." (PINTO. 2011, p. 10)

As contribuições dessa publicação estão relacionadas aos objetivos do Ministério do Esporte quando decide avaliar e registrar o evento e ter como subsídios para tomadas de decisões futuras. Como afirma Rodrigues:

> *Hoje, na finalização dos IX Jogos dos Povos Indígenas, vemos todos os interlocutores participando da discussão e avaliação dos Jogos, com postura de respeito de uma instituição pela outra, com maior valorização e compreensão do outro [...] O ensinamento maior que tinvemos aqui é esse: a aprender a ouvir, a observar, enfim a construirmos juntos [...] Achamos que hoje ainda é muito prematuro tomar grandes decisões, estamos sinalizando algumas coisas, as mais elementares, as que saltam aos nossos olhos, as mais obvias que demos conta de compreender nestes Jogos.* (2011, informação oral)

Sobre essa informação nota-se uma tensão entre os organizadores tanto do Ministério do Esporte quanto do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena que deveria ser resolvida "*com maior compreensão e valorização do outro*" quando afirma que ao aprender a ouvir e a construir juntos os Jogos poderiam estabelecer relações menos tensas.

2.10.3 Pesquisa

"Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)"

O acervo que constitui o banco de dados e imagens em formato digital[8] sobre os Jogos dos Povos Indígenas, foi o resultado da articulação de um grupo, em torno do projeto intitulado "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)" que contém entrevistas, vídeos e fotografias de todas as edições dos Jogos Indígenas, coordenado pela pesquisadora Maria Beatriz Rocha Ferreira[9], por Vera Regina Camargo Toledo[10] e Olga Rodrigues de Moraes von Simson[11], coordenação temática indígena de

[8] Encontra-se em www.labjor.unicamp.br/indio/galeria, sendo necessária a utilização de cadastro de uma senha para ter acesso.
[9] Coordenadora do Laboratório de Antropologia Bio-Cultural da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.
[10] Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da UNICAMP.

Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena, e financiamento do Ministério do Esporte.

Com apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), Ministério do Esporte, o projeto foi desenvolvido durante o ano de 2010 e início de 2011. A proposta do Ministério de criação do centro de memória do esporte e lazer motivou as três coordenadoras a submeterem a pesquisa da reconstrução da criação e implementação dos jogos indígenas no Brasil, a apreciação dessa Secretaria que o aprovou.

Um grupo[12] foi reunido para execução desse projeto, do qual fiz parte como bolsista pesquisador, foi formado e começamos nossos trabalhos.

A criação do banco de dados e de imagens se deu por meio da organização da documentação que se encontrava em diferentes regiões do país, nos meios de comunicação, no próprio Comitê Intertribal, com órgãos governamentais e não governamentais. A metodologia empregada no projeto foi qualitativa, por meio do **método biográfico e da história oral.** A documentação, depoimentos orais, fotografias do banco de dados e de imagens são fontes desta pesquisa.

A disseminação desse projeto se deu através de um Fórum realizado na Unicamp em abril de 2011, pela produção do Livro intitulado "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)" organizado pelas três pesquisadoras. Nesse livro os integrantes[13] do projeto puderam dar suas contribuições nas formas de depoimentos, artigos e relatos de pesquisa. Uma página na web[14] também foi criada, contribuindo com informações acerca de pesquisas na área, práticas corporais, bibliografia sobre os Jogos dos Povos Indígenas, links, etnias, etnias participantes, incluindo o Livro, citado anteriormente, em mídia. E a criação do Banco de dados e imagens, disponível para pesquisas relacionadas aos Jogos dos Povos Indígenas contendo transcrições de entrevistas, análises de conteúdo dessas entrevistas, aproximadamente quatro mil fotografias relativas às onze edições dos

---

[11] Centro de Memória da UNICAMP.
[12] Bolsistas na pesquisa: Glória Kok Martins, Deoclecio Rocco Gruppi, Roberta Helena Vieira Tojal, Claudeni Fabiana Alves Pereira, Marina Gomes, Aline Santos Souza Reato, Iraí Amana de Souza, Melissa Möngé, Mateus Souza Borges, Gediel Prado e Rafael da silva Macedo.
[13] Idem.
[14] www.labjor.unicamp.br/indio

Jogos dos Povos Indígenas, documentos oficiais, relatórios de pesquisa e material publicado[15] pela imprensa brasileira.

O relatório de pesquisa feito por Rocha Ferreira se refere ao XI Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional – TO (2011) e utilizado nesta pesquisa apresenta seu objetivo:

> Na versão dos XI Jogos dos Povos Indígenas na Ilha de Porto Real, na cidade de Porto Nacional – Tocantins, o objetivo deste trabalho foi dar continuidade na construção do acervo e na divulgação dos jogos dos povos indígenas para contribuir na visibilidade e identidade dos povos indígenas. (ROCHA FERREIRA, 2011).

Com o objetivo de dar continuidade ao acervo dos Jogos dos Povos Indígenas - "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas no Brasil (1996-2009)" apresentado anteriormente, nesse relatório de pesquisa a autora afirma: "O presente trabalho de campo contribuiu para dar continuidade e salvaguardar este momento histórico-social de caráter híbrido, em que o jogo da tradição e o esporte contemporâneo co-existem" (ROCHA FERREIRA, 2011).

3. Figurações

Na obra de Elias, encontramos a análise das figurações. O autor define o objeto de estudo da sociologia: "as redes de interrelações, interdependências, as figurações e os processos formados por homens interdependentes"(ELIAS, 2005, p.74).

O conceito de interdependência, para Elias[16], é "como em um jogo de xadrez, onde cada ação decidida, de maneira relativamente independente, por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez gera um movimento de outro indivíduo – ou na realidade, de muitos outros indivíduos -, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência"(2001, p.158).

Elias nos elucida sobre uma das formas sociais como figurações de indivíduos interdependentes "pois o fato de os homens não se apresentarem como seres totalmente fechados em si mesmos, mas sim interdependentes, constituindo diversas figurações em sua

[15] Segundo GOMES, M. (2011, p. 96) foram selecionados mais de 500 matérias de jornais mais representativos de circulação regional e nacional.
[16] ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süssekind; prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

convivência, pode ser observado e comprovado por meio de investigações empíricas"(2001, p. 214). Afirma ainda: "como vimos na investigação empírica é possível determinar o surgimento e o desenvolvimento de figurações específicas" (idem, p.214).

Os processos pelos quais o indivíduo passa nos remetem à discussão de seu papel na sociedade da qual é parte, para Elias (1994, p.28) um desses processos é "a individualidade que o ser humano acaba por desenvolver que não depende apenas de sua constituição natural, mas de todo o processo de individualização". Nesse aspecto as relações humanas constituem o modo de reestruturação dos indivíduos em seu meio.

Em Elias notamos que "as relações interpessoais nunca podem ser expressas em simples formas espaciais" (1994, p. 35), essas relações podem ser representadas por uma rede de ligações que está em constante movimento e "ao configurarem suas relações entre si e com o resto do mundo, o entrelaçamento de suas atividades dá origem a leis e estruturas de um tipo especial" (idem, p. 39). Ainda para o autor, "o irrevogável entrelaçamento dos atos, necessidades, ideias e impulsos de muitas pessoas dá origem a estruturas e transformações estruturais numa ordem e direção específicas que não são simplesmente 'animais', 'naturais' ou 'espirituais', nem tampouco 'racionais' ou 'irracionais', mas *sociais"*(idem).

Ao discorrer sobre figurações Elias (2005) apresenta, por meio da teoria da sociologia figuracional, uma análise do objeto de estudo da sociologia que se refere aos indivíduos em sociedade na qual estão inseridos e como as representações se formam de modo interdependentes.

Ao analisar o modelo de sociedade Elias demonstra que "No modelo de senso comum que hoje domina nossa própria experiência ou a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica" (2005, p. 14). Esta análise aponta que o conceito de sociedade é encarado deste modo, ingenuamente egocêntrico, ou seja, neste modelo de senso comum "nos mostra a pessoa individual, o ego particular, rodeado de estruturas sociais. Estas são entendidas como objetos em cima e acima do ego individual"(2005, p.15). Com isso o autor mostra de maneira objetiva a representação dos indivíduos interdependentes, como na família, estado, grupo, sociedade. Dessa maneira Elias aponta que, se levarmos em consideração a superação do senso comum que se apresenta como "encorajamento constante à idéia de que a sociedade é constituída por estruturas que nos

são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível" (2005, p.15), não perceberíamos as mudanças dessas concepções tradicionais.

O que Elias nos mostra então, é que as "pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados... e que cada uma dessas pessoas constitui um ego ou uma pessoa" (2005, p.15).

Sobre esse pensamento Elias exemplifica:

> Cidades e aldeias, universidades e fábricas, estados e classes, famílias e grupos operacionais, todos eles constituem uma rede de indivíduos. Cada um de nós pertence a esses indivíduos – é isso que significam as expressões – a minha aldeia, a minha universidade, a minha classe, o meu país. No nível de uma linguagem quotidiana, tais expressões são perfeitamente usuais e inteligíveis (2005, p 16).

A compreensão dos processos humanos e sociais na afirmação de Elias, "aponta um confronto com uma tarefa semelhante de emancipação. Também nessa esfera as pessoas verificam que estão sujeitas a forças que as compelem" (2005, p. 17). Nesta perspectiva, o autor considera "que não é difícil compreender o que pretendemos conceptualizar como forças sociais são de facto forças exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias" (2005, p. 17).

Ao afirmar que "nunca podemos considerar as pessoas como seres singulares e isolados" Elias nos remete para análise das configurações humanas e de que "cada ser é interdependente – cada um se pode referir a si mesmo como "eu" e aos outros como "tu", "ele", ou "ela", "nós", "vós" ou "eles". Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas" (ELIAS, 2005, p. 139).

> A concepção que cada um de nós tem destas configurações é uma condição básica para a concepção que cada um tem de si próprio, como pessoa isolada. O sentido que cada um tem da sua identidade está estreitamente relacionado com as "relações de nós" e de "eles" no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos por "nós" e de "eles" no nosso próprio grupo e com a nossa posição dentro dessas unidades que designamos por "nós" e "eles". Contudo os pronomes nem sempre se referem às mesmas pessoas. As configurações a que habitualmente se referem podem mudar no decurso de uma vida, tal como uma pessoa muda" (ELIAS, 2005, p. 139).

Como instrumento conceitual a configuração deve estabelecer as relações dos indivíduos em sociedade, como constituição de pessoas interdependentes, sem o "constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o "indivíduo" e a "sociedade" fossem antagônicos e diferentes"(ELIAS, 2005, p.141).

Alguns exemplos são citados por Elias e dentre eles a configuração formada num jogo de futebol é "uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de "eu" e "eles", "nós" ou "eles". Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante" (2005, p. 142).

Para Elias, o "equilíbrio flutuante e elástico e o equilíbrio de poder[...] é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração" (2005, p. 143). A esse respeito podemos explanar as configurações estabelecidas nos exemplos dados pelo autor como jogadores de cartas ao redor de uma mesa ou uma partida de futebol, a fim de entendermos melhor o conceito de poder num conceito de relação nas configurações apresentadas.

O conceito de configuração pode ser aplicado, como afirma Elias "tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes" (2005, p. 143). As configurações, portanto, devem ser analisadas pelos elos de interdependência, como afirma Elias:

> Professores e alunos numa aula, médicos e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. Mas os habitantes da aldeia, da cidade ou da nação, também, formam configurações embora, neste caso, as configurações não se possam percepcionar directamente, porque as cadeias de interdependências que os ligam são maiores e mais diferenciadas. Configurações tão complexas terão de ser abordadas indirectamente e compreendidas mediante uma análise dos elos de interdependência (2005, p. 143).

A partir abordagem sobre figuração, pode-se compreender a constituição dos Jogos dos Povos Indígenas. É constituído a partir das relações de poder e redes de interdependências. Não se pode afirmar que os Jogos dos Povos Indígenas foram originados de um comportamento individual, a figuração formada nos remete à análise dos elos de interdependências. As tomadas de decisões sobre a organização e execução dos Jogos dos

Povos Indígenas, quando me refiro ao financiamento, as regras estabelecidas para as práticas corporais, os locais escolhidos para uma nova edição, possibilitam compreender que na sua trajetória os atores envolvidos, tanto dos representantes do Governo como dos representantes indígenas, desempenham suas tarefas num equilíbrio de poder.

4. Poder

Na figuração formada pelas teias de interdependências entre seres humanos, as relações de poder como característica estrutural, e o seu equilíbrio "constitui um elemento integral de todas as relações humanas" (ELIAS, 2005, p.80).

Como afirma Elias (2005, p. 80), o termo "poder" tem um aroma desagradável. Sobre isso o autor demonstra: ao longo do desenvolvimento das sociedades humanas o "equilíbrio de poder ter sido extremamente desigual", as pessoas que tinham acesso ao poder, o exerciam brutalmente para fins próprios.

Nas relações humanas a balança de poder é uma ocorrência cotidiana e não extraordinária, como exemplifica Elias: "O senhor tem poder sobre seu escravo, mas também o escravo também tem poder sobre seu senhor, na proporção da função que desempenha para o senhor – é a dependência que o senhor tem relativamente a ele" (2005 p. 81). Dessa forma a balança de poder estará sempre presente, e pode haver grandes ou pequenas diferenças nas relações de interdependência funcional entre as pessoas.

Para Elias o poder "não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas" (2005. p. 81). As relações de poder são processos e neles podemos identificar os casos de interdependências humanas. Desse modo a sequência das ações das pessoas podem ser compreendidas e estudadas de ambos os lados em termos das relações entre as pessoas interdependentes (ELIAS, 2005 p. 88).

O poder como característica estrutural de uma relação pode ser boa ou má, conforme Elias:

> Dependemos uns dos outros; os outros dependem de nós. Na medida que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes tem poder sobre

> nós, quer nos tenhamos tornado dependentes deles pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (2005, p 101).

Não se pode tomar o conceito de relação como um conceito estático, tendo em vista que "todas as relações – tal como os jogos humanos – são processos" (Elias, 2005 p. 102).

Na relação de poder, não se pode indicar um indivíduo ou um grupo que exerçam essa relação unilateralmente sobre todos os outros.

Passado algum tempo, torna-se mais fácil compreender que, à medida que diminuem as diferenças de poder entre indivíduos e grupos interdependentes, se torna crescente a possibilidade de quaisquer participantes, por si próprios ou enquanto grupo, estarem aptos a influenciar o decurso global do jogo. Mas as oportunidades de controlar o jogo podem aumentar à medida que as pessoas se tornam cada vez mais distanciadas da sua própria teia, entrando mais na estrutura dinâmica do jogo (ELIAS, 2005, P. 104).

Ainda para Elias "Os modelos de jogo são uma forma excelente de representar o caráter distintivo da formas de organização que encontramos no nível de integração que as sociedades humanas representam" (2005, p.105).

As relações de poder nos Jogos dos Povos Indígenas se estabelecem entre o Ministério do Esporte e o Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, verifica-se por meio dos depoimentos e documentos essas relações entre os representantes dessas instituições.

5. Técnicas do Corpo

Nesta pesquisa, as práticas corporais estão presentes, por meio dos rituais, das danças, das celebrações, dos jogos, e trazem conhecimentos ancestrais dos povos indígenas. Para tratar desse tema recorro a Marcel Mauss no que se refere às técnicas do corpo como movimentos sociais.

No que diz respeito às técnicas do corpo, Marcel Mauss[17](2003), define:

> Assim durante muitos anos tive a noção da natureza social do '*habitus'*. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, '*habitus'*. A palavra exprime, infinitamente melhor que 'hábito' , a '*exis'*, o 'adquirido' e a 'faculdade' de Aristóteles. Ela não designa os hábitos metafísicos, a 'memória' misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses 'hábitos' variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição.

Mauss (2003) ainda afirma que "o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem". O autor complementa que, sem se falar de instrumento, o corpo é o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico.

A técnica é definida como ato tradicional eficaz, "não há técnica se não houver tradição". A noção de técnica do corpo pode variar conforme a idade e o sexo. Nos princípios de classificação das técnicas do corpo o autor estabelece quatro categorias: 1. divisão das técnicas do corpo entre os sexos; 2. variação das técnicas do corpo com as idades; 3. classificação das técnicas do corpo em relação ao rendimento e 4. transmissão da forma das técnicas. (MAUSS, 2003).

Mauss(2003) ainda estabelece uma classificação, trata-se de uma enumeração biográfica das técnicas do corpo: 1.técnicas do nascimento e da obstetrícia; 2. técnicas da infância; 3. técnicas da adolescência; 4. técnicas da idade adulta; 5. técnicas do consumo. Comer; 6. técnicas da reprodução.

Essas técnicas podem ser reconhecidas nas práticas corporais dos Jogos dos Povos Indígenas, pois os participantes são representados por jovens, adultos e velhos nas demonstrações ou apresentações que são levadas da aldeia para esse evento.

Alguns pesquisadores apresentam como se desvelam as técnicas do corpo no modo de conhecer determinadas culturas, ao observar hábitos corporais, gestos, e verificar traços característicos de grupos sociais diferentes.

Alves (2003, p.58-68) revela em sua pesquisa o "corpo sociocultural" da etnia Maxakali, na qual descreve as características físicas desse povo bem como suas técnicas do corpo, ou seja, descreve os usos que homens e mulheres fazem de seus corpos, afirmando

[17] As Técnicas do Corpo – escrito em 1935, Marcel Mauss define as classificações para análise dessas técnicas.

que é possível compreender estruturas sociais específicas. Afirma Alves (2003, p. 58): "conhecer um povo por meio de seus gestos, seus hábitos corporais, suas práticas culturais, possibilita atingir traços de uma determinada cultura."

Podemos encontrar indícios de questões relativas às práticas corporais também em Ambrosetti (2006, p.5) quando descreve sobre a etnia Kaingang de San Pedro (Missiones – Território entre Brasil e Argentina), o autor apresenta as características físicas, fisiológicas, aptidões físicas, usos e costumes, enfim uma série de informações que nos remetem às técnicas do corpo, no qual pode-se conhecer melhor a etnia Kaingang.

Levi-Strauss (1996, p.167) apresenta na obra "Tristes Trópicos" sobre os Cadiueu, o caso dos Mbaiá-Guaicuru:

> O conjunto dos costumes de um povo é sempre marcado por um estilo; estes formam sistemas. Estou convencido de que esses sistemas não existem em número limitado, e que as sociedades humanas, assim como os indivíduos – em seus jogos, seus sonhos ou seus delírios - , jamais criam de modo absoluto, mas se limitam a escolher certas combinações num repertório ideal que seria possível reconstituir.

Tavares (1996, p. 19) se vale da reclusão pubertária dos jovens Kamayurá do Alto Xingu para nos mostrar como os jovens recebem cuidados especiais com a alimentação, saúde e orientações práticas e ao final dessa reclusão, as meninas casam-se ou não e continuam morando na casa dos pais, os meninos após a reclusão "assumem atividades sociais na Aldeia no sentido de engajar-se nos papéis cerimoniais que terão que desempenhar na vida social".

A fala de Marina Vinha reporta o processo de identificação do guerreiro Kadiwéu:

> O habitus Kadiwéu está imbricado com o comportamento guerreiro, construído na aprendizagem social, desde a infância. Um dos processos pedagógicos para o infante consistia em derramar uma caixa de marimbondo sobre o guri. Deixavam a criança picada encostada na moita de caraguatá. Dessa forma o menino ia se formando, pronto para brigar. Mas nem todos os meninos eram aspirantes a guerreiro. Apenas os que se identificavam com o personagem padrão de homem, praticamente invulnerável, sem temer a dor. (2004, p. 66)

O processo de construção do corpo do homem guerreiro passa pelo ritual de suportar a dor física e expressar uma reação própria de um futuro guerreiro quando parte para a luta sem ceder à dor.

Os conhecimentos, os saberes sobre as técnicas do corpo, podem ainda ser conceituados como patrimônio cultural imaterial, como afirma Gallois (2006, p.10):

> As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial – que se transmite de geração em geração – é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, de sua interação com a natureza e sua história, e lhes fornece um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo assim a promover o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana.

Esse conhecimento é considerado um patrimônio cultural imaterial, transmitido ao longo das gerações nas sociedades indígenas, como a música, a dança, os rituais, e que vêm sendo apresentados aos brancos nas edições dos Jogos dos Povos Indígenas, estes demonstram a existência de conhecimento ancestral que permanece e continua a existir.

As diferentes formas de se apresentarem aos brancos demonstram um outro lado das sociedades indígenas, sobre este assunto a fala de Manuela Carneiro da Cunha *in* Albert e Ramos (2002, p. 7) nos mostra o protagonismo indígena "cada uma das sociedades indígenas elabora à sua maneira e em vários registros a sua entrada na modernidade" os atores dessas sociedades trazem para si a situação de sujeitos e não mais de vítimas dos brancos. Essa é uma nova condição de "pacificar os brancos" que para a autora "significa várias coisas: situá-los, aos brancos e aos seus objetos, numa visão de mundo, esvaziá-los de sua agressividade, de sua malignidade, de sua letalidade, domesticá-los em suma" além disso também "entrar em novas relações com eles e reproduzir-se como sociedades, desta vez não contra, e sim através deles, recrutá-los em suma para sua continuidade" (idem p.7).

A participação nos Jogos dos Povos Indígenas possibilita o estabelecimento de novas relações sociais entre indígenas e não indígenas. Essa nova figuração permite as trocas de conhecimentos, experiências e convívio num espaço diferenciado, que é o local onde acontece os Jogos dos Povos Indígenas. Como afirma Seontina Nambikwara (2007) "*eu estou achando muito importante mesmo, que cada vez que a gente vai participar mais gente tem, mais conhecimentos dos povos de fora e nós Nambikwara não queremos deixar a nossa tradição, a nossa cultura...*"

6. Ação Motriz

As contribuições de Pierre Parlebás, quanto às práticas corporais presentes nos Jogos dos Povos Indígenas, se inserem a partir de sua definição de "praxiologia motriz" que estuda cientificamente as ações motrizes.

Segundo Parlebás a praxiologia motriz diz respeito ao campo da Educação Física na investigação da lógica interna das atividades corporais como os jogos, desporto nas práticas motrizes. Essa lógica leva em consideração os aspectos não observáveis na ação das atividades corporais.

A teoria de Parlebás apresenta a ação motriz como um lugar de conhecimento onde se pode analisar os jogos, desportos ou outras atividades físicas, como produtos da ação humana que emergem em qualquer situação desportiva ou lúdica, as características culturais, afetivas, psicológicas ou sociais dos protagonistas praticantes dessas atividades. Essa ação motriz nos Jogos dos Povos Indígenas pode ser constatada mediante observação, mas para Parlebás a "estrutura" se mantém oculta aos olhos do observador. Para o autor deve-se observar quatro setores nos quais se observa a relação de um jogador num determinado jogo: 1. A relação com os demais jogadores; 2. A relação com o espaço; 3. A relação com o tempo e 4. A relação com os objetos extracorporais.

Nas sua investigações Parlebás elabora a classificação com oito categorias de práticas motrizes, resultantes da combinação de critérios: C = comunicação motriz; A = oposição ou presença de adversário e I = incerteza procedente do entorno físico, a saber:

> **C A I** – **Práticas psicomotrizes** caracterizada pela ausência de companheiro e adversário, assim como a incerteza procedente do meio físico. Exemplos corrida de velocidade, saltos e lançamentos de atletismo, natação, ginástica rítmica individual, yoga, relaxamentos, tai chi, e que ostentam um objetivo psicomotor expressivo – dança, ballet.
>
> **C A** I– **Práticas psicomotrizes** aquelas que os protagonistas intervém de forma isolada, sem companheiro ou adversário (ausência de comunicação e contracomunicação motrizes). Mas com incerteza com relação ao meio, visto que o entorno é flutuante e pode apresentar imprevistos. Atividades solitárias em plena natureza. Ex: canoagem em correntezas, esqui, alpinismo, mergulho submarino.
>
> **C** A **I** – Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável. Ex: judô, karatê,...ou mediante um objeto extracorporal, por exemplo: tênis, badminton, ping pong.
>
> **C** A I– Se trata do domínio de ação **sociomotriz** de contracomunicação num meio instável. A oposição dos adversários se realiza em um meio de incerteza, flutuante. Ex: Motocross,

> corridas de bicicletas em estradas, regata de vela individual, esqui, corrida de orientação individual, no qual não existe a possibilidade de interagir com nenhum companheiro.
> C **A I** – Este é um domínio de ação **sociomotriz,** na qual apresenta interação motriz de cooperação, num meio estável, sem incertezas. Ex: patinação por casais, remo, exercícios acrobáticos de circo entre ao menos duas pessoas.
> C **A** I – Corresponde ao domínio das ações motrizes cooperativas que se realizam em um meio com incertezas. Ex: espeleologia, alpinismo, escalada.
> C A **I** – Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas. Ex: futebol, futebol de salão, basquetebol, pique bandeira, queimada (caçador).
> C A I – Dominio de situações **sociomotrizes**, na qual apresenta interação motriz de cooperação, interação motriz de oposição e incertezas. Ex: os jogos na natureza, regatas com tripulação, "ciclocross". (OTERO; BURGUÉS, 2003, pp 84-86).

Nota-se que apresentam seis categorias correspondentes a situações de caráter sociomotriz e duas categorias de situações psicomotriz.

Nos Jogos dos Povos Indígenas as atividades são apresentadas em curtas demonstrações, num período de tempo determinado pela organização da sequência das atividades, em diferentes espaços, tempo e material utilizado. Através da observação dessas representações, estabelecerei a qual categoria pertence cada prática.

Neste trabalho apenas apresento as possibilidades de compreensão dessas atividades nos Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional, pelo fato de serem muitas as práticas realizadas ao longo de todas as edições dos Jogos dos Povos Indígenas.

Capítulo II – Os Terena

1. Etnia Terena

Com o objetivo de situar o leitor sobre uma parte da produção etnográfica dos Terena, no que diz respeito a sua organização social, formas de territorialização e cosmologia, escolhi como referências: Roberto Cardoso de Oliveira (1960; 1972; 1976; 1988 e 1996); Carlos Rodrigues Brandão (1986); Levi Marques Pereira (2009); Graziella Sant'Anna (2010).

Roberto Cardoso de Oliveira, em 1955, inicia seu trabalho etnográfico na aldeia de Cachoeirinha e estende para outras aldeias entre julho e novembro daquele ano. Produz descrições acerca das formas de expressão cultural terena e análise dos processos de assimilação. Trabalhos esses apoiados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pela Divisão de Antropologia do Museu Nacional. No seu primeiro trabalho, Cardoso de Oliveira preocupa-se com o registro e interpretação do processo de interação social, para ele existe um modo de vida sistemático e contínuo que ocorre entre os Terena e a sociedade nacional (1960, p.13). Cardoso de Oliveira inspira-se no texto "A assimilação dos Índios no Brasil" de Darcy Ribeiro, com o qual conviveu, e também tem seu apoio durante a realização da pesquisa sobre os Terena enquanto trabalharam juntos no Museu do Índio do Serviço de Proteção do Índio.

Carlos Rodrigues Brandão em "Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural", analisa as consequentes modificações ocorridas nas sociedades indígenas tratando de temas como etnia e identidade étnica ao longo da história de populações indígenas no Brasil.

Outra pesquisa, de caráter etnográfico ao qual me reporto, é de Levi Marques Pereira (2009). Sua pesquisa apresenta as formas de organizações, territorialização e representação da Identidade dos Terena da aldeia de Buriti. Do ponto de vista acadêmico podem-se ampliar as reflexões sobre as formas de expressão cultural terena disponíveis na bibliografia etnográfica. O autor apoia-se em Norbert Elias como "referência metodológica e inspiração analítica fundamental" (PEREIRA, 2009, p. 20), utilizando, ao longo do referido trabalho, os conceitos de "figuração social" e "formação social" de Elias.

Busco ainda, no trabalho de Graziella Reis de Sant'Anna (2010) "História, Espaços, Ações e Símbolos das Associações Indígenas Terena", descrições sobre aspectos culturais dos Terena. No qual a autora faz um relato das associações Terena criadas na década de 1970 até nossos dias.

A partir das experiências das associações Terena, busco os aspectos relacionados à criação do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, como um movimento indígena, na constituição dos Jogos dos Povos Indígenas.

1. 1 Aspectos Históricos-Socioculturais

1.1.1 Organização Social

Os Terena vivem em território descontínuo e fragmentado, contornado por fazendas, espalhados por sete municípios sul-matogrossenses: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Também há famílias terena vivendo em Porto Murtinho, Dourados e no Estado de São Paulo[18].

A literatura histórico/etnográfica sobre os terena, como são conhecidos, revela ser o último subgrupo Guaná[19] (grupos de língua Aruák) "a entrar em contato contínuo e sistemático com a sociedade brasileira". (OLIVEIRA, 1972, p. 28)

Os Terena localizavam-se próximo às fronteiras com o Paraguai e a Bolívia e passaram a migrar para o sul do atual Mato Grosso do Sul. Depois da guerra do Paraguai passaram a se reorganizar em aldeias, trabalhar em fazendas e, apesar de terem sido atraídos pela formação de cidades e numerosas famílias instalarem-se nos centros urbanos, continuaram ligados às aldeias de origem.

Por serem agricultores e se encontrarem em grande número, os Terena demonstravam influência e poder sobre os territórios do Chaco[20] e Pantanal, conforme Sant'Anna:

> Nos tempos do *Êxiva*[21], os Terena (e demais Guaná) detinham domínios e autonomia sobre amplos territórios do Chaco, bem como sobre algumas etnias, visto serem grandes agricultores, contarem com um expressivo número populacional e inúmeras aldeias fixas; todos esses elementos,

[18] http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1042 Acesso em 06 de novembro de 2012.
[19] Sobre os demais subgrupos Guaná, Cardoso de Oliveira apresenta: "Os Exoaladi, os Layâna, e os Kinikináu).
[20] Sant'Anna: Chaco e Pantanal, o que compreenderia os territórios do Brasil, da Bolívia, Argentina e Paraguai
[21] Sant'Anna, G. Êxiva: tempo e espaço histórico e místico.

> juntos, perfaziam uma base importante de influência e poder, poderio esse que viria a ser, aos poucos, minado com a crescente expansão/pressão espanhola. Um desses grupos com os quais os Terena faziam alianças (para expandir sua influencia e domínio) era os Mbyá-Guaikuru, [...] Nessa aliança, os Terena forneciam alimentos da agricultura e os Mbyá-Guaikuru, em troca, davam proteção guerreira, instrumentos de ferro e cavalos. Além disso, comumente eram realizadas alianças matrimoniais das mulheres Terena com os homens Guaikuru, além de incursões guerreiras conjuntas (em geral para a captura de cativos e mulheres de outras etnias). (2010, P. 34)

Nas comunidades Terena havia a presença de cativos ou capturados de guerras provenientes das expansões dos povos, Oliveira elucida:

> O tratamento dado aos *kauti* (cativos obtidos na guerra ou nas capturas) era o mais suave possível, revelando relações de proteção, mais do que de exploração. Para um povo agricultor como os Terena, os *kauti* economicamente significava muito pouco; pode-se dizer que representavam muito mais uma fonte de prestígio (político e secundariamente econômico), não apenas no seio da própria comunidade, mas principalmente nas relações entre elas e os grupos Mbayá-Guaikuru seus vizinhos e aliados. (1968, p.21)

A estrutura social dos Terena estava dividida em "dois grupos distintos e socialmente sobrepostos: o grupo dos cativos e o grupo tribal dominante. Estes por sua vez subdividiam-se em dois grupos um dos chefes e suas parentelas e outro o dos homens comuns ou do povo." (OLIVEIRA, 1968, p. 21)

Na estrutura social havia a divisão dual (em metades) o *sukirikionó* e *ximonó*, os cativos naturalmente ficavam excluídos, "tendo cada uma delas os mesmos direitos sociais, resultando serem simétricas suas relações." (OLIVEIRA, 1968, p. 22) Os casamentos, no antigo sistema social, eram entre as metades.

> A permanência, até hoje, da divisão de sociedade Terena em metades, embora essas metades estejam em processo rápido de desaparecimento, deve-se a sua função cerimonial, ao passo que as camads, por não contarem com formas – sequer rituais ou lúdicas – de atuação, caíram no esquecimento da comunidade, excetuando-se, naturalmente, os velhos. (OLIVEIRA, 1968, p. 25)

1.1.2 Características Guerreiras

O matador, o guerreiro, era representado por novo grupo social o *xuna-xati*. Era o guerreiro "que se destacava no campo de batalha matando um adversário" (OLIVEIRA, 1968, p. 28)

Oliveira relata:

> Contam os Terena que, depois de matar o inimigo, o guerreiro punha o pé sobre seu peito e tocava uma buzina, anunciando seu feito ao mesmo tempo que reclamava o título de *xuna-xati*. Do grupo social formado pelos *xuna-xati, i.e.*, desse grupo de "titulados é que eram recrutados os "Chefes de Guerra", sem levar em conta sua origem social ou étnica – embora fosse raro (segundo nossos informantes) um *kauti*, tornado xuna-xati, chegar a ser "Chefe de Guerra". (1968, p, 28)

As alianças feitas pelos Terena com os Guaikuru, com as trocas de alimentos por instrumentos de ferro, proteção e cavalos, fortalecem as influências e a índole guerreira desse povo.

> Longe de serem passivos nessa história, os Terena procuravam extrair dessas relações (via aldeamentos) aspectos importantes de suas pautas culturais, desde a apreensão dos recursos do Outro (aprendizado do português (fala e escrita), dos hábitos e costumes, acesso à mercadorias, etc.), até a ampliação dos domínios sobre outras etnias, principalmente quando convocados pela Coroa para aldear/"civilizar" etnias consideradas "selvagens". (SANT'ANNA, 2010, p. 36)

Por outro lado, Pereira nos mostra como compreender a índole pacífica dos Terena e, que pode ser analisada do ponto de vista da relação de convívio com outros povos:

> Os Terena se consideram como um povo afeito à sociabilidade com outros povos, como foi possível constatar em diversas narrativas[...]. Pode-se dizer que a história dos Terena referenda esse ideal, caracterizando uma grande abertura para a exterioridade, desde o registro de sua convivência jundo a sociedade Kadiwel, no período anterior à penetração das frentes de ocupação colonial no território por eles ocupado, até a aproximação que tiveram com os primeiros empreendimentos militares na região de Miranda e Aquidauana. A índole pacífica, da qual os Terena tanto se orgulham, é expressada na fala do Terena Lúcio Sol, atualmente com 94 anos, quando diz que "*nossa tribo terena é índio manso, não gosta de briga, só de união*". Contrapõe assim, seu modo de ser ao da população de outros grupos étnicos, considerados como portadores de uma índole hostil, ou menos propensa à contração de relações de convivialidade com outros povos. (2009, p. 28)

Nos primeiros contatos, a influência dos Terena era vista com bons olhos pelos portugueses sendo-lhes concedido, portanto, um tratamento diferenciado e especial frente a outras etnias, o que possibilitou uma aliança com a Coroa portuguesa.

> […] apesar de desfrutarem de certa autonomia, circulação e manterem relações intensas e não-belicosas com os portugueses, tudo isso não foi suficiente para uma boa composição e configuração das relações entre os Terena e os brasileiros após a eclosão do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864 - 1870) – momento em que os Terena participaram (juntamente com outras etnias, como os Guaikuru) na defesa/consolidação das fronteiras geo-políticas do Brasil. Terminado o conflito, os Terena tiveram como "recompensa" a usurpação de seus territórios, principalmente com o surgimento de uma nova massa de pessoas (muitos ex-combatentes) que passaram a disputar os territórios com a anuência do Estado que passou a declarar como devolutas os territórios habitados pelos indígenas. (SANT'ANNA, 2010, p. 39)

Os territórios, antes ocupados pelos Terena, foram transformados em fazendas de gado, nesse período surgiu o aumento do número de famílias não indígenas na região. Os Terena foram absorvidos para serem mão de obra das fazendas como trabalhadores cativos. (BRANDÃO, 1986, p. 60)

Nas terras Terena há uma unidade social mais inclusiva, dotado de autonomia política própria, existe um cacique e um conselho tribal. Cada aldeia resolve suas pendências jurídico-políticas entre seus membros internamente. Os assuntos são tratados em grandes reuniões com a presença necessária de todas as lideranças das aldeias.

1.1.3 Cosmologia Terena

A cosmologia é compreendida através dos mitos e na reflexão de um povo sobre sua vida e sua história que a interpreta e se relaciona com ela. O contexto ambiental, especificamente para os Terena, possibilita compreender sua história de vida e representações sobre o ambiente.

> "Cosmologias são teorias do mundo. Da ordem do mundo, do movimento do mundo, no espaço e no tempo, no qual a humanidade é apenas um dos personagens em cena. Definem o lugar que ela ocupa no cenário total e expressam concepções que revelam a interdependência permanente e a reciprocidade constante na troca de energias e forças vitais, de conhecimentos, habilidades e capacidades que dão aos personagens a fonte de sua renovação, perpetuação e criatividade" (SILVA, 2005, p.75)

Para os Terena há uma categoria nativa o *natiacha* (“rei da mata” ou “pai do mato” em português), “que se refere a seres espirituais associada a noção de propriedade, cuidado e reprodução de espécies animais e vegetais”. (PEREIRA, 2009, p. 137)

Os Terena, conforme Pereira:

> praticantes do xamanismo, no tempo das origens, os primeiros integrantes de suas figurações sociais pretéritas e os *natiacha* ou donos dos animais ou plantas compartilhavam de maneira mais intensa vários atributos, condições e disposições antropocêntricas. Naquele tempo os Terena e os *natiacha* se comunicavam a partir do uso de uma linguagem comum, compartilhando também uma dieta alimentar baseada no consumo dos mesmos ingredientes: raiz de caraguatá, frutos de jatobá, mel, guariroba, etc. Este compartilhamento é hoje mais valorizado no círculo restrito dos praticantes do xamanismo, ou *purungueiros*, como são denominados. (p. 138)

Entre os Terena, a presença dos curadores não se perdeu apesar do longo tempo de contato com o não índio, nas aldeias como Cachoeirinha e Bananal, por exemplo, os xamãs (em terena: *koixomuneti*) ainda utilizam seus poderes para as curas de doenças, interpretadas como males do espírito que afetam o corpo do indivíduo. (OLIVEIRA, 1960, p.51)

O mito relatado por Oliveira: ”O mito do herói civilizador Yurikovuvakai, que tirou os Terena do fundo da terra e lhes deu o fogo, bem como todos os instrumentos necessários para sua sobrevivência.” (1960, p. 53) O Fogo é outro componente mitológico dos Terena, pois aquece os seres humanos enquanto estão debaixo da terra e também os recém saídos da terra pois estão nus e precisam se aquecer.

Nos Jogos dos Povos Indígenas está presente relação com o mito terena na fala de Marcos Terena quando relata um dos princípios dos Jogos dos Povos Indígenas “*a celebração com os símbolos da natureza, a água, a semente e o fogo, o fogo para os povos indígenas significa exatamente a possibilidade de você construir novos cenários de relacionamentos humanos*” (2011, p. 22). A utilização do fogo nos Jogos dos Povos Indígenas está relacionada ao valor simbólico sagrado da vida dos Terena como pertencimento a natureza.

1.1.4 Relações com a sociedade brasileira

As relações Terena-sociedade brasileira perpassa por episódios centrais desde seus primeiros contatos "com as frentes nacionais de desbravamento até sua integração à economia brasileira regional e sua acomodação nos segmentos socioculturais, nacionais". (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p. 27)

Cardoso de Oliveira expõe os fatores socioculturais os quais, de acordo com seu ponto de vista, estimulam e facilitam a assimilação[22], bem como aqueles que dificultam ou a impedem, apresenta os pontos convergentes e divergentes, como consequência do trabalho cativo e da saída da aldeia para cidade. Para o autor: os pontos convergentes são:

> 1. A atração que a cidade exerce na população Terena como um todo, leva-nos a considerar como um dos fatores mais importantes no processo de assimilação, notadamente quando a vida urbana cria perspectivas de melhor *remuneração* e melhor *educação* de seus filhos. 2. O serviço militar [...] representa para o jovem Terena perspectivas de novas experiências, fornecendo-lhe um documento [...] possibilidades de conseguir emprego mais estável [...] quando ele retorna à aldeia, a condição de reservista é constantemente fonte de prestígio[...] 3.[...] no plano da organização das famílias, através de casamentos *interétnico* e do *compadrio*[23]. Os mestiços filhos de uniões interétnicas nas cidades, apresentam-se em maior número do que os mestiços frutos de uniões intertribais. 4. As *missões religiosas* [...] foi de criar uma nova identidade para o índio: a de *cristão*. 5. A participação dos Terena na política regional ou nacional, marcou seu início em 1864, quando tiveram que entrar no conflito Brasil-Paraguai, como aliados das forças do Império e na defesa de suas aldeias invadidas e saqueadas pelas tropas de Solano Lopez. No Estado Novo, com o restabelecimento da vida democrática no país, os políticos começam a procurar as aldeias com o objetivo de conquistar eleitores. 6. O trabalho não-braçal na cidade, ou o artesanal no campo, para o índio aldeado representa uma 'economia do corpo' e por esse motivo um estímulo ao abandono das atividades tradicionais de produção. (1972, pp. 29-42)

Os fatores divergentes, segundo Cardoso de Oliveira (1972, pp 42-50):

> 1.A existência de *aparência física* peculiar, bem como de idioma, resulta em barreiras extraordinariamente difíceis de se vencer, porquanto discriminam o Terena por onde quer que ele se movimente. 2. Enquanto dificultam a obtenção pelos Terena e empregos mais bem pagos e com certa estabilidade. É a falta de *documentos*. 3. Asseguradas as suas terras, o resultado dessa ação protetora (do Serviço de Proteção aos Índios) foi a *segregação*. [...] Não uma segregação imposta pelo SPI; mas uma

[22] Roberto Cardoso de Oliveira. *O Processo de Assimilação dos Terena* : "*processus* pelo qual um grupo étnico se incorpora noutro, perdendo sua identificação étnica anterior"

[23] Cardoso de Oliveira (1972, p. 34) define: "quando os padrinhos, convidados para o batismo de seus filhos, são escolhidos dentre a população neobrasileira regional ou entre os 'purutuya' (encarregado do Posto Indígena, portugueses) que desfrutam de posições privilegiadas na cidade ou nas fazendas, como o comerciante, o tabelião, ou o fazendeiro.

> consequência natural da criação de Reservas, numa área em que a população tribal era barbaramente explorada. 4. A primeira delas emerge da dificuldade que encontra a população Terena egressa das aldeias em *manter o mesmo índice de vida associativa*. A própria vida recreativa do Terena emigrado que a princípio parecia enriquecer-se muito com sua transladação para as áreas urbanas, mostra-se mais pobre, pois inacessível às camadas menos favorecidas da população, nas quais ele se acomoda. Essa integração com os extratos mais baixos, por sua vez, pode ser considerada a segunda barreira a se levantar entre o Terena e a sociedade nacional. A diminuição do "*mercado matrimonial"*, face a menor possibilidade de casamento intra e intertribal.

Embora Cardoso de Oliveira esteja se reportando ao conceito de assimilação, observamos que a descrição desses fatores intervenientes podem contribuir com a análise da situação social encontrada naquele período de diferenças sociais e segregação de populações indígenas, pelas quais os Terena passavam, o que nos dá indícios da formação de novas redes de interdependências. Sem dúvida foi um trabalho de expressão, uma importante contribuição a partir dos dados etnográficos, com informações relevantes para novos estudos e outras formas de análise sobre a organização social dos terena.

Sobre o processo de assimilação, Pereira (2009, p. 32) fala:

> Na década de 1970, o próprio Cardoso de Oliveira(1976) passou a rever o paradigma da aculturação, [...] seus orientandos deram continuidade e foram mais além ao estudarem o fenômeno da emergência étnica no nordeste brasileiro e em outras regiões do país[...], esse desmoronamento do paradigma da aculturação/assimilação coincide com o ressurgimento do movimento indígena na década de 1970, projetando lideranças indígenas como sujeitos políticos que falam por suas comunidades[...].

O paradigma da assimilação das populações indígenas foi repensado e substituído, na Constituição de 1988, pela obrigação do Estado em assegurar o respeito e a diversidade cultural. O surgimento do movimento indígena, como nova figuração, denota a possibilidade de apoderar-se, ou seja, estabelecer relações de poder presente nessa rede de interdependência.

O Trabalho realizado por Pereira (2009) na aldeia de Buriti corrobora com os dados etnográficos apresentados por Cardoso de Oliveira ao longo de suas publicações. E, em virtude do desmoronamento do paradigma existente, afirma a renovação e um novo momento na antropologia brasileira em que "a maioria dos antropólogos considera

inconsistentes as descrições orientadas pelo paradigma da aculturação e busca experimentar novas possibilidades de descrições e análises". (PEREIRA, 2009, p. 33)

Como uma das populações indígenas mais numerosas no Brasil, de 24.776 habitantes, (FUNASA, 2009) os Terena, mantém seus princípios próprios de sua formação social, não obstante "na situação de contato com a sociedade nacional (colonial e pós-colonial), as comunidades terena optaram – ou tiveram que fazer essa opção como estratégia de sobrevivência" (PEREIRA, 2009, p. 129) mantiveram seus princípios.

> A história de interação dos Terena com as diferentes frentes de expansão da sociedade nacional sempre foi marcada pela intenção deles em colaborar e ao mesmo tempo se inserir no sistema econômico, político e social aí estabelecido. Vale lembrar que os Terena sempre desenvolveram grande sintonia com a legislação indigenista oficial até 1988, quando é aprovada a atual Constituição, se orientava pelo paradigma da assimilação das populações indígenas. Isso facultou aos Terena a ocupação de importantes espaços nas instituições governamentais, inclusive no órgão indigenista oficial, onde muitos trabalham como funcionários. Também ocuparam espaços importantes em organizações da sociedade civil. (PEREIRA, 2009, p.129)

Porém, os Terena estão sempre atentos às questões que se referem aos seus direitos, sobretudo nos dias atuais, por meio dos espaços ocupados em diferentes instituições governamentais ou não governamentais.

Através dos espaços ocupados e decorrentes dos movimentos sociais para a condução das demandas indígenas, as associações indígenas, criadas a partir da década de 1970, começam a ter destaque. Vale ressaltar que nas década de 1980 a 1990 existe um aumento do número de projetos referentes às questões indígenas, promovidos pelas associações criadas nesse período, não somente pelos Terena mas por outras etnias em diferentes regiões brasileiras.

Sobre associações indígenas, Sant'Anna (2010) demonstra que:

> As associações indígenas – principalmente pós 88 –, sem dúvida, representam, também, um desdobramento das mobilizações indígenas desencadeadas a partir da década de 70 e no campo das reivindicações e afirmações étnicas. No entanto – e apesar dos estudos atuais sobre o associativismo, nos variados contextos do país, procurarem focar as estratégias políticas próprias de cada grupo no gerenciamento de suas associações –, grande parte do referencial teórico e metodológico no Brasil provém das discussões relativas ao cenário amazônico. Além disso, esse mesmo referencial tem sido hoje utilizado pelos indígenas no Mato Grosso

> do Sul como uma idealização, ou seja, uma projeção do que querem para as suas associações. (2010, p. 23)

As mobilizações indígenas vão crescendo pelo país, especificamente "os Terena protagonizaram muitas dessas mobilizações que estavam acontecendo, articulando, em diferentes níveis o apoio às suas reinvindicações" (SANT'ANNA, 2010, p.100).

A compreensão sobre a etnia Terena, da organização social e as relações com a sociedade brasileira, possibilita analisar que as relações interpessoais dos irmãos Carlos Terena e Marcos Terena provém da índole terena, quando tratam dos assuntos relacionados aos Jogos dos Povos Indígenas com representantes do Ministério do Esporte e suas articulações políticas.

2. Histórias de vida relacionadas com os Jogos dos Povos Indígenas

2.1 Mariano Marcos Terena

Da etnia Terena, faz parte do grupo de estudantes que vai para Brasília completar os estudos na década de 1970, obtém grande destaque e torna-se piloto de aeronave. Marcos Terena é hoje servidor da Fundação Nacional do Índio, articulador dos Direitos Indígenas, mentor dos Jogos dos Povos Indígenas e um dos grandes representantes da União das Nações Indígenas, Movimento Indígena Brasileiro do final década de 1970, que contava, na época com um grupo de estudantes de outras etnias; Professor da Cátedra Indígena Itinerante e representante de questões dos indígenas no Brasil na Organização das Nações Unidas.

Foto: Acervo pessoal de Carlos Terena

Integrante da Equipe de futebol UNIND (União das Nações Indígenas) formada por quinze estudantes indígenas que vão estudar em Brasília na década de 1970, essa equipe de futebol se torna um movimento político discute direitos humanos, liberdade e democracia na ação indígena.

Time de Futebol de Salão KURUMIM - Brasília/83
Estudantes Indígenas -Em pé:Edson Bakairi, Mateus Terena, Carlos Terena,Carlos Xavante e Tadeu Xavante.
Agachados:Sebastião Terena,Simão Xavante e Jeremias.

Foto: Acervo pessoal de Carlos Terena

Um dos fundadores do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena em 1991.

Em 1992 participa como representante indígena na Conferência das Nações Unidas – Rio 92, contribui na elaboração de uma Declaração denominada "Karioca" e da "Carta da Terra" apresentadas nessa Conferência, documentos esses que foram revistos na Rio + 20, também organizada pela ONU e realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2001, Marcos Terena profere uma palestra, em Irati/PR, por ocasião do I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná. Nessa palestra comenta seu papel no Comitê Intertribal, refere-se também à situação deparada pelos índios no Brasil e fala sobre os Jogos dos Povos Indígenas realizados na cidade de Goiânia/GO, no ano de 1996. A palestra é transcrita pela pesquisadora Marina Vinha e publicada em 2003 no livro intitulado Cultura Corporal Indígena, organizado por Maria Beatriz Rocha Ferreira [et al.].

Este é o primeiro encontro para reflexões, no meio acadêmico, sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

É articulador político e organizador do Fórum Social Indígena, um dos espaços criados para discussões durante cada edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Nesses Fóruns são discutidas questões como: Ecologia, Política, Saúde, Educação, Direitos Indígenas entre outros temas, por representantes indígenas, profissionais, pesquisadores, personalidades nacionais e internacionais. É um espaço aberto e possibilita tomadas de decisões e encaminhamentos de propostas sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

2.2 Carlos Justino Terena

Foi atleta de futebol, participa como chefe de delegação nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) em meados da década de 1980 e 1990. Carlos Justino Terena é funcionário da FUNAI, é representante do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e um dos idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e coordenador cultural desses Jogos;

Entre outras passagens de sua história de vida, comenta sobre a ida a Brasília estudar, encontra indígenas de outras etnias, esse contato possibilita a ampliação de conhecimento sobre outros povos e admite que esse encontro é muito positivo. Conforme Carlos Terena (2007):

> *Bom, só que naquela época não conhecia assim a cultura de outros povos e quando fomos a Brasilia eu fui a Brasilia estudar, comecei a conhecer outras etnias como principalmente xavante, juruna, carajá […] que não estão no meio da gente foi embora. Comecei a conhecer outros povos e a partir dessa leitura eu comecei a conhecer também a cultura desses povos e eu sempre imaginei que um dia a gente pudesse juntar essas atitudes, digamos positiva em torno de alguma coisa que pudesse ser em comum então sabemos que ha divergências políticas digamos assim ha divergências religiosas[…]*

Como se pode observar, nesse relato, a constituição dos Jogos dos Povos Indígenas é uma das inspirações de Carlos Terena após o conhecimento/reconhecimento de outros povos indígenas, ele vislumbra um momento de encontro dos povos para apresentarem suas distintas culturas. Essa experiência, da sua ida a Brasília para completar os estudos, conhecer outras pessoas de etnias diferentes, possibilita estabelecer novas redes de interdependências, tudo leva a crer que é um momento muito propício para ampliar seus

conhecimentos e as probabilidades de atuação, como esportista, nas questões políticas e, até mesmo relativas às questões sociais. As conexões estabelecida pelos estudantes não são planejadas, apesar de serem pessoas de etnias diferentes reunidas num mesmo lugar, com objetivo de estudar, eles têm a oportunidade de refletirem sobre as mais diversas questões relativas às suas vivências trazidas das aldeias para aquele espaço. Devo lembrar que o processo pelo qual se chega à constituição dos Jogos dos Povos Indígenas ainda será discutido ao longo desta tese.

Carlos Terena, esportista, faz parte de comissões que se formam para levar "atletas" para competirem nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), em 1985 em São Paulo, a primeira delegação indígena a participar dos JEBs é composta por representantes do Xingu com as etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako para fazerem demonstração da luta Huka Huka, e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e de natação, nessas modalidades compareceram representantes das etnias: Terena, Xavante, Karajá e os povos do Alto Xingu, onde Carlos Terena foi designado um dos Coordenadores da Delegação. (BOLETIM, 1985, p. 406). A articulação com o então Ministério da Educação e Cultura proporciona essa participação, que permanece até início dos anos de 1990, como relatado anteriormente.

Foto: Acervo pessoal de Carlos Terena (Equipe de futsal – JEBs.)

Como dirigente em 1989, Carlos Terena aponta o fato ocorrido com a equipe indígena de futebol de campo no jogo contra a equipe do Paraná. A equipe da Nação Indígena ganhou no placar, mas foi desclassificada pelo regulamento, pois três de seus atletas tinham inscrições irregulares. Sobre esse ocorrido Carlos Terena explanou: "*a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras*" (BRASIL, 1989, p. 42). Há uma certa tensão nessa fala, foi o momento para queixar-se de problemas sociais enfrentados pelos indígenas e a sociedade nacional e, expressar a indignação ao referir-se às questões sociais que eram e continuam sendo desfavoráveis.

Capítulo III – Iniciativas Indígenas: Jogos Escolares Brasileiros e Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena

1. Participação Indígena nos Jogos Escolares Brasileiros

1.1 Períodos históricos, contexto dos Jogos Escolares Brasileiros (1969-2012)

Os períodos pelos quais passam esses Jogos são marcantes no que diz respeito às políticas de Governo, iniciados no período de regime militar chegam à Nova República. No seu processo sofrem modificações relevantes no que diz respeito às questões políticas em nível nacional como afirmam Borges e Buonicore (2007 p. 16) "os Jogos perpassam governos e políticas, passando pela ditadura militar, pela democratização", pelos anos Costa e Silva[24] Médice[25], Geisel[26], Figueiredo[27], Sarney[28] Collor[29], FHC[30], Governo Lula[31], Dilma[32].

Pensar no contexto brasileiro nas décadas de 60, 70 e 80 nos remete ao que muitos trabalhos já explicitam sobre a ditadura militar e ao processo de democratização política. Sobre esses temas encontramos (SORJ e ALMEIDA (org.), 1983) que elucidam esses períodos possibilitando-nos uma compreensão desse processo.

No contexto brasileiro, os movimentos populares começam a aumentar nas décadas de 1960 e 1970. Os movimentos populares lutam "pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, diminuindo suas carências" (CARDOSO in SORJ e ALMEIDA, 1983, p. 226) nos apresentando que as manifestações populares ganham espaço na sociedade e como se dá a ação conjunta de

[24] Artur da Costa e Silva, mandato de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969.
[25] Emílio Garrastazu Médice, mandato de 25 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.
[26] Ernesto Geisel, mandato de 15 de marcço de 1974 a 15 de março de 1979.
[27] João Baptisa de Oliveira Figueiredo, mandato de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.
[28] José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (Sarney) em 15 de abril de 1985 até 15 de março de 1990.
[29] Fernando Affonso Collor de Mello, foi mandato de 15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992.
[30] Fernando Henrique Cardoso, mandatos de 1° de janeiro de 1995 a 1° de janeiro de 2003.
[31] Luiz Inácio Lula da Silva, mandatos de 1° de janeiro de 2003 a 1° de janeiro de 2011.
[32] Dilma Vana Roussef, mandato: 1° de janeiro de 2011 a atualidade.

associações populares, partidos e sindicatos que demonstra um sentimento comum de opressão num sistema de ditadura (idem, p. 236).

Os anos de 1968 a 1973 são os de maior repressão no Brasil embora a vigência da ditadura militar seja de 1964 a 1984. No regime ditatorial revela-se o projeto de sociedade que se pretende "nas suas diversas estratégias (econômica, política, militar, psicossocial)". (REZENDE, 2001, p.1)

O ano de 1968 é marcado, entre outros fatos, pelo protagonismo do movimento estudantil. Esse movimento aparece com "protestos estudantis contra a política educacional do governo" (VALLE, 2008, p.35) cujas diretrizes são deliniadas desde 1964 e que tomam ênfase em 1968. Nesse ano também há um grande descompasso entre o governo de Costa e Silva e a sociedade civil como embate às pressões da política nacional (idem, p. 37).

Em meio aos acontecimentos que perpassam essas décadas, surgem os Jogos Estudantis como proposta do Governo para o Esporte, que se encontra num momento de transformações em suas estruturas com uma dimensão social. Possivelmente, para os governantes, sendo este um potencial transformador da sociedade por meio do sistema educacional.

Esses Jogos iniciam-se num contexto de transformações do Esporte Moderno, que objetivam o alto rendimento. A implantação das competições ligadas ao sistema educacional no Brasil foi influenciada por este contexto, a busca de resultados esportivos de alto rendimento no interior da Escola, fazendo com que a Escola reproduza esse tipo de Esporte. Segundo Borges e Buonicore (2007, p. 21) "Também não há dúvida de que esse despertar para o esporte de rendimento no país está relacionado ao contexto internacional do esporte".

No texto introdutório (BOLETIM, 1971; p. 35) os organizadores dos Jogos Estudantis Brasileiros demonstram a necessidade de se realizar o evento preferencialmente na mesma cidade e mesmo período do ano, para que cada unidade da federação possa se organizar e efetivamente participar:

> "Por essas razões, e movidos por um alto espírito de colaboração, tomamos a liberdade de apresentar as seguintes sugestões: a) manter, apesar das dificuldades a realização dos Jogos numa mesma localidade e numa mesma época, a fim de permitir a reunião de todos os representantes de todas as

> Unidades da Federação, possibilitando uma visão de conjunto do Brasil unido, em busca de um mesmo objetivo, e mantendo na retina a grandiosidade e a beleza do espetáculo que esses jogos, dessa forma, se constituem; b) custear integralmente o preparo e o comparecimento das representações dos Estados mais pobres e dos Territórios Nacionais, a fim de que todos, sem exceção participem dos Jogos Estudantis Brasileiros e recebam a influência por eles irradiada; c) incentivar ou promover competições locais em épocas antecedentes à dos Jogos Estudantis Brasileiros, com o objetivo de aprimorar o preparo dos participantes desses jogos e, com isso, obter melhores resultados" (DUTRA; ROLIM e MARCELLOS, 1971)

Percebe-se, nesse texto, a preocupação dos organizadores com a efetiva participação de todos os Estados bem como Territórios Nacionais que são "mais pobres" e que consequentemente não participariam do referido evento. Ainda é visível a preocupação com a visibilidade do evento e a influência por ele alcançada, e, não obstante essas preocupações, o aprimoramento do preparo dos participantes com intuito de se obter melhores resultados.

Na edição dos JEBs, 1973 encontra-se o Juramento*do Atleta:* "Juro competir / nos quintos Jogos Estudantis Brasileiros / com dignidade / respeitando os participantes / dirigentes e competidores /cumprindo os regulamentos /e as determinações /pois assim/ estou colaborando / para o desporto sadio / em minha Pátria".

Nos juramentos podemos notar como essa competição estudantil está comprometida com as questões relativas aos bons hábitos, cumprimento das regras e sobretudo às questões da nacionalidade ditada pelo regime militar, por meio do desporto.

Um novo olhar se dá a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois as atividades esportivas são consideradas como atividades formais e não formais possibilitando uma maior agregação de pessoas praticantes de atividades esportivas e não apenas, como era antes, a de agregar somente atividades de alto rendimento, o que exclui uma grande parcela da população.

O denominado *esporte educação* marca uma nova dimensão social do esporte no contexto brasileiro, abre desse modo, novas perspectivas para a prática dessas atividades. Embora haja essa perspectiva da nova dimensão social do esporte, os JEBs têm variáveis de referencial (BORGES E BUONICORE, 2007, p. 29).

Os Jogos Escolares Brasileiros são definidos por Ferreira et al. (2005, p.20.3) como:

> [...] peculiares quando não são locais – ou seja, municipais ou intermunicipais – por assumirem proporções de mega-eventos ao estilo de competições internacionais, e por representarem municípios e cidades... Outro aspecto redefinido por esses jogos foi a integração da juventude por meio do esporte.

No decorrer de sua história o envolvimento sempre crescente do número de atletas e estudantes, melhoria técnica dos esportes olímpicos, o aparecimento de uma mentalidade entre a classe estudantil com relação a atividade física, a reciclagem de professores e técnicos, são pontos principais propostos pelos Jogos Estudantis Brasileiros (GRUPPI, 2011, P. 57).

Em 1987 em Campo Grande ano em que, no Fórum de Debates, aparecem questões referentes à compreensão sobre os JEBs, os posicionamentos quanto ao esporte participação, esporte performance e esporte de rendimento, contudo, são momentos de reflexão sobre sua finalidade. (BORGES E BUONICORE, 2007, p.63). Ainda os autores afirmam:

> Também houve espaços de debates, dentre eles o Fórum de debates sobre os JEB's, que buscou refletir sobre as seguintes questões: qual a compreensão sobre os JEB's? Qual o posicionamento sobre o esporte de participação, o esporte de performance e o esporte de formação? Qual deveria ser a linha do JEB's? A equipe médica também colocou algumas questões para discussão: condições de saúde dos atletas, obrigatoriedade dos exames médicos nas escolas, sugestão de um modelo de avaliação do atleta participante dos JEB's. Tratava-se de um novo momento para a competição, de muita reflexão sobre sua finalidade e de acertos em seu formato.

O modelo dos JEBs começa a ser questionado, assim como sua finalidade como competição, bem como a quem se dirige. Outra questão que se torna relevante é quanto às condições de saúde dos atletas, nesse embate considera-se o aluno no contexto escolar como um atleta em potencial, haja vista a sugestão de se colocar a necessidade de exame médico no interior da escola. Do mesmo modo que as questões levadas ao Forum demonstram certa preocupação no formato no que diz respeito ao esporte participação, de

performance ou de formação, ainda consideram o espaço da escola como local revelador de talentos esportivos.

Nesse contexto de mudanças é redigida a "Carta Brasileira do Esporte na Escola" após discussões e subsídios veiculados na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola[33]. Em 1989 Manoel Tubino assume como dirigente da SEED, por indicação do ministro Carlos Sant'Anna, e estabelece um referencial teórico baseado em suas concepções sobre educação, no qual define cinco princípios socioeducativos, a saber: "o da participação, da cooperação, da coeducação, da corresponsabilidade e da integração" (BRASIL, 1989, p. 30). A partir desses princípios o autor defende que a prática esportiva dentro dos JEBs deverá ser de direito de todos, e que não se poderá continuar como um evento no qual se privilegia o esporte de alto rendimento, proporcionando dessa forma a discussão do papel desse esporte no interior da Escola. Conforme Tubino:

> A publicação, por outro lado, de uma Carta de Princípios para o Esporte-Educação para o Brasil, sem dúvida, deixará uma referência muito forte desse momento, em que se rompe todo um *status quo* que de certa forma deformava o esporte como fato educacional. (BRASIL, 1989, p. 30)

A defesa pela publicação da Carta Brasileira do Esporte na Escola reafirma o comprometimento do dirigente com as densas mudanças, no conceito de Esporte, as quais se podem ser assentadas no interior da Escola e reafirmando a presença do esporte como evento educativo.

1.2 Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos Escolares Brasileiros

A filosofia e objetivos dos JEBs não aparecem especificados nos Boletins, podemos encontrar nos discursos de governantes ou de organizadores. Como um dos

[33] Na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola apresentaram-se pesquisadores de universidades brasileiras, a saber: Prof. Cristóvam Buarque, Prof. Silvino Santin, Prof. Roberto Crema, Prof. João Batista Freire da Silva, Prof. Laércio Elias Pereira, Prof. Paulo Roberto Gomes de Lima, Prof. Paulo Rubem, Prof. Jorge Sergio Pérez Gallardo, além de contar com a participação de Marcos Terena como integrante da comunidade indígena para uma das mesas de debates levando às questões relacionadas a existência de nações indígenas e às práticas esportivas dos indígenas. Entre outros participantes têve Georgeocohama D. A.Araujo e Paulo Roberto de Oliveria, Antonio Batista Pinto (Mestre Zulu – Capoeira), Nilton Agra Vasconcelos Galvão, Paulo Roberto Bukhardt, Rene Augusto Otrenba Eiras. (BRASIL, 1989)

objetivos, podemos identificar, a preocupação com a formação da juventude brasileira por meio do Esporte. Conforme o texto de introdução do Boletim de 1971:

> "Temos que ressaltar as consequências redundantes da execução desses Jogos de grande importância para a formação de nossa juventude e que se apresentam sobre um quádruplo aspecto: cívico, moral, social e desportivo. Eles promovem, de um lado, a integração nacional [...], possibilitando-lhes sentir com mais nitidez a grandiosidade de nossa Pátria e as suas responsabilidades no seu desenvolvimento. Por outro lado, propiciam o contato sadio de adolescentes de ambos os sexos, favorecendo a aquisição de hábitos e atitudes socialmente construtivos e adequados ao nosso meio social. Além disso contribuem para a formação do caráter e da personalidade do adolescente, procurando desenvolver-lhe senso moral e social, bem como suas qualidades de liderança, educando-o pra a vida democrática. Finalmente, contribuem para assegurar a saúde, desenvolver o gosto pelas atividades físicas e o preparo de atletas que integrarão a representação do Brasil nos futuros Jogos Olímpicos"(DUTRA; ROLIM e MARCELLOS, 1971)

A formação da juventude nos aspectos apresentados nessa introdução refere-se ao comportamento e mudanças de atitudes, à crença de que, por meio do esporte e práticas corporais, se atinja os objetivos desse evento. O futuro da nação, a formação do caráter dos jovens também se busca, no entanto o que se tem como escopo é a preservação da saúde, bem como o desenvolvimento da aspiração pelas atividades físicas e preparo dos atletas para representarem o país em grandes eventos.

Além da exigência de índices que pode demonstrar a busca de talentos esportivos, há para cada modalidade a aplicação das regras internacionais nas suas execuções bem como a presença de árbitros com experiências internacionais ou renomados em suas atuações, ou melhores do Brasil em suas modalidades, perfazendo no universo das competições uma experiência para os atletas que se destacarem em suas modalidades e seguirem seus talentos para competições semelhantes de alto nível. Acerca dos objetivos dos JEBs:

> *O foco na realidade era o desenvolvimento do esporte brasileiro, o objetivo principal era descobrir atletas para o desporto de alto rendimento, para você ter uma base para o desporto de alto rendimento. Esse foi o grande objetivo dos JEBs. A linha de pensamento muda mas sempre com foco na medalha olímpica, de ser o melhor do mundo, essa é infelizmente ou felizmente eu acho felizmente, essa é a realidade de*

> *qualquer país, nós temos que buscar essa qualidade nos atletas para poder chegar nessa performance. Agora lógico com um método legal, nada de dopping, isso foi uma coisa sempre batida.*(FERRACIOLLI FILHO, 2012)

Nota-se, nessa fala, como o objetivo principal é disseminado, para os organizadores, a existência dos JEBs possibilita a revelação de atletas conhecidos na atualidade e que fizeram história nas suas respectivas modalidades.

Para exemplificar como os objetivos são alcançados, no Boletim dos V Jogos encontra-se enaltecidos os atletas que conquistaram medalhas no Campeonato Mundial de Atletismo Estudantil e que participaram dos I Jogos Estudantis Brasileiros:

> "A semente plantada em 1969 germinou, a arvore cresceu, e os primeiros frutos vieram: Pedro Teixeira (400m e 4x100 rasos), Geraldo Rodrigues (salto tripo e 4x100 rasos), Jalmerson Carvalho (4x100 rasos), Carlos Alberto Cavalheiro (4x100 rasos) Armando de Zordi (arremesso de peso), Carlos Eduardo Galvão (arremesso do disco) e Roberto Quita (salto com vara), e foram levados à Grécia por Nelson Barros (chefe da delegação), Frederico Hochsttater (técnico) e Ulisses Laurindo dos Santos (jornalista), mostrando ao mundo o que valemos. Esse foi o primeiro ramo que deu frutos os outros já estão em flor, a próxima primavera dirá a qualidade. Viva os nossos estudantes atletas, viva nosso desporto amador." (BOLETIM OFICIAL, 1973)

Para os organizadores dos JEBs esse destaque motiva os jovem a praticarem com mais dedicação ao desporto e aos professores e técnicos uma demonstração de estarem no caminho certo de condução dos jovem nos desportos.

Conforme saudação feita pelo então Ministro da Educação e Cultura Ney Braga encontramos indícios dos objetivos dos Jogos:

> Nada mais belo poderia a atual geração madura reivindicar, do que a glória e a ventura de ter trazido, para o mundo moços como vocês. Se o movimento de 31 de março foi a renovação trazida pela Revolução, que a mocidade do Brasil seja a Revolução da Renovação, trazendo, ao organismo jovem do país, o sangue, a fibra, a pureza, a confiança, tudo aquilo afinal, que caracteriza distingue a adolescência que sabe ter um encontro marcado com o futuro e, para tanto, entrega-se à sua preparação mental e corporal, como exigência de patriotismo, de brio, de confiança no amanhã que nós, mais velhos, queremos que seja mais feliz do que hoje, exatamente porque será vivido por vocês. (Boletim, 1974, p.1)

Os envolvidos nos Jogos Estudantis acreditam que nesse espaço poderão detectar talentos, os futuros desportistas, como podemos verificar na fala de Ferraciolli Filho (2012):

> *Para você ter uma ideia, o Lars Grael e o irmão dele o Toben participaram do iatismo, então são referências. Se você pegar o Diego Hipólito hoje, ele participou de JEBs, a Paula (Magic Paula do Basquete), a Hortência (Basquete), o Oscar (Basquete) participou, o Pipoca (Basquete), muitos atletas de renome nacional participaram dos JEBs, o Joaquim Cruz (Atletismo) participou, foi descoberto praticamente nos JEBs, o Agberto Guimarães ele participou dos JEBs, José Roberto Guimarães (Voleibol), a Vera Mossa (Voleibol), estou te falando o que me lembro, o Bernardinho (Voleibol), tem fotografia dele nessas revistas de Educação Física, o Willian de Carvalho levantador do vôlei, muitos outros a maioria desses atletas participou dos JEBs, Vlamir Marques coordenador, Pedro Henrique de Toledo foi coordenador nosso isso porque estou te dizendo e eu coordenei e eu era diretor técnico, fui diretor técnico algumas vezes, nem sempre mas fui algumas vezes diretor técnico da competição e o Vlamir era o coordenador nosso era coordenador do basquete, foi coordenador o Pedro foi coordenador do atletismo*."

Essa fala corrobora os ideais dos realizadores dos JEBs, pois esses atletas mencionados chegaram ao ponto mais alto no esporte brasileiro, representaram o país em competições internacionais. Além dos jogadores, podemos notar alguns técnicos que se destacaram nesse mesmo cenário.

Sobre os princípios dos JEBs na Nova República, Borges e Buonicore (2007, p. 60), afirmam:

> os JEBs a partir de 1985 tiveram os seguintes princípios: a) Nova identidade para o esporte escolar, diferenciando-o do esporte de rendimento"; b) Redimensionamento da organização e do funcionamento dos Jogos; c) Interiorização dos Jogos e maior envolvimento das escolas da periferia; d) Repúdio à utilização de resultados esportivos nas avaliações de escolas e alunos.

Pode-se notar que a partir de 1985 os JEBs começam a diferenciar-se quanto a sua organização e princípios, culminando com a Constituição de 1988, a qual se refere ao *esporte educação*.

Em São Paulo, 1985 acontece a primeira participação da Nação Indígena, a participação dos povos indígenas nos JEBs pode ser um início de uma experiência de diferentes vivências em configurações nas relações do indivíduo em sociedade, para que

possam se aprofundar em questões políticas e sociais, bem como no que diz respeito à definição do caráter do evento. Como afirma Elias (1994 p.27): "Uma das condições fundamentais para a existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas", o que possibilita a troca de experiências e o processo de envolvimento em diferentes circunstâncias na sociedade.

Ainda nos Jogos de 1985 foi introduzido como modalidade a Capoeira e nos "Estudos Técnicos" a temática sobre os Esportes em Cadeira de Rodas, que têm como objetivo discutir a "problemática das pessoas portadoras da deficiência fisica; técnicas e arbitragem adaptadas ao esporte em cadeira de rodas e as categorias dos esportes praticados por deficientes físicos: classe médica e classe funcional"(BOLETIM, 1985, p. 105).

A partir de 1985 começa-se a organizar a Constituinte e discussões acerca da inclusão social por meio do Esporte e da Educação Fisica culminam na Constituição de 1988. Como corrobora Ferraciolli (2012):

> *Em 1985 começou a Nova República, nós tivemos uma formatação dos Jogos até aquele momento, os JEBs tinham uma formatação até aquele momento, os Estados tinham representatividade com seleções escolares, esses atletas alunos já jogavam nos clubes e nas federações, a partir desse ano criou-se uma nova formatação de disputa nos Jogos, nessa formatação proibiu-se a participação dos atletas federados, então foi uma polêmica muito grande para se ajustar a essa nova condição. A Constituição de 1988 onde começávamos a discutir a inclusão social das pessoas na Educação Física*.

A partir do ano de 1988 as discussões acerca da formatação dos JEBs possibilitam novas mudanças na sua prática, que se concretizam nos JEBs de 1989, no qual Manuel Tubino, como dirigente, traz suas teorias acerca de um novo conceito de esporte que privilegia a participação e onde a ênfase ao rendimento fica em segundo plano.

1989 – Brasília – XVIII JEBs. Na mensagem aos participantes Manuel José Gomes Tubino fala sobre uma mudança nos princípios dos Jogos:

> [...] assim com certeza seria o início de um evento que representa mais uma iniciativa no sentido de buscar a performance atlética, o talento esportivo, a competição a todo custo e, até como ja se falou, as nossas medalhas nos Jogos Olímpicos... Não! Fundamentados nos princípios da participação, "cooperação", coeducação, integração e co-responsabilidade, neste ano estamos vivendo um momento ímpar na história dos JEB's e do Esporte na

> Escola. Viveremos instensamente nestes dias a arte do encontro! Temos certeza que todos os que estão tendo o privilégio de participar deste marco do repensar e refazer o Esporte na Escola, terão a oportunidade histórica de traçar os nossos caminhos para o Esporte enquanto Educação. (BOLETIM, 1989, P.1)

Em 1989 nos XVIII Jogos Escolares Brasileiros há um novo processo de análise e redefinição nos seus princípios. Para que isso seja realizado organiza-se a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola com o Tema: Esporte na Escola e a Educação para a Democracia, conta com Vera Lucia de Menezes Costa na comissão organizadora.

Os princípios aos quais se referem na Conferência estão relacionados à ressignificação do direito dos jovens à formação da cidadania "baseada na participação e na consciência social"(BRASIL, 1989, p.49).

> "Tornou-se necessário criar um espaço para que todos os segmentos da sociedade, engajados com o Esporte na Escola, viessem a colocar seus posicionamentos e, a partir desses, tornar os JEBs um constante processo de discussão dos valores que vêm conduzindo a prática esportiva, bem como as questões sociais, econômicas e culturais que a envolve" (BRASIL, 1989, p. 49).

No processo de reconstrução democrática os JEBs estão sob os holofotes dos dirigentes governamentais e, também nesse momento, de pesquisadores de universidades brasileiras.

A justificativa para essas mudanças leva em consideração que o Esporte praticado na Escola caracteriza-se pela "reprodução do Esporte institucionalizado, elitista, segregacionista" (BRASIL, 1989, P. 49) refere-se à criança e ao jovem como os "principais protagonistas dos Jogos Escolares Brasileiros do processo de co-responsabilidade nas transformações sociais pela garantia dos direitos dos cidadãos"(idem, p.49).

Ao referir-se ao contexto na qual "a sociedade brasileira se organiza e participa diretamente dos destinos da nação e que o esporte é reconhecido como direito de todo cidadão" (idem, p. 49), a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola tem como objetivos principais:

> "- Suscitar entre os participantes dos XVIII JEBs, retomada da reflexão acerca do Esporte na Escola, vislumbrando a sua contribuição ao processo de Educação para Democracia, no contexto de um país do Terceiro Mundo, tendo em vista a perspectiva para o século XXI;

> - Estabelecer um ponto de encontro que viabilize a troca de idéias, opiniões e experiências entre os diferentes segmentos envolvidos com o Esporte na Escola;
> - Discutir a incorporação da democracia e sua utilização por professores, técnicos, estudantes e administradores na gestão do Esporte na Escola;
> - Propor princípios e alternativas de ação ao Esporte na Escola, que venham a se constituir em compromissos com a Educação para a Democracia." (BRASIL, 1989, p. 49).

Esses objetivos encaminham discussões que norteiam o papel do Esporte no contexto brasileiro, no qual o reafirmam o processo de democratização, por meio de reflexões acerca do Esporte na Escola bem como os protagonistas nesse Esporte. Novas redes de interdependências se formam para discutirem o papel do Esporte nesse contexto, com a participação de pesquisadores de universidades, assim como a participação de técnicos esportivos, estudantes, representantes indígenas e gestores do Esporte na Escola.

1.3 Participação Indígena – Descrição dos participantes/população atendida e organizadores

No ano de 1985 a Nação Indígena participa pela primeira vez dos JEBs, é citada nos boletins dos Jogos realizados na cidade de São Paulo, quando realizam a demonstração da luta Uka Uka no CEPEUSP, essa luta aparece no quadro das modalidades com as datas e horários, bem como o local a serem realizadas (BOLETIM, 1985, p.01). A participação nesses JEBs contou com a presença das etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako, teve como Chefe da demonstração da Luta: Sr. Aritana - "Capitão absoluto do Alto Xingu" (BOLETIM, 1985, p. 406), e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e natação, representados pelos Terena, Xavante, povos do Alto Xingu e Karajá, como chefe das modalidades: Sr. Jorge Terena, e Coordenadores da Delegação: Carlos Terena e Jeremias Xavante (idem, p. 406).

A participação indígena no desporto começa no final década de 1970 quando um grupo de jovens indígenas, estudantes que moram em Brasília decidem criar uma equipe de futebol.

> *Tudo começou em 19 de abril de 1979, Dia do Índio, quando foi organizada uma seleção de futebol indígena, formada pelas tribos dos Karajá, Terena, Bakairi, Xavante e Tuxá, para partida*

> *amistosa contra a então equipe do CEUB. Daí nasceria uma equipe de futebol de campo e salão, dos estudantes indígenas, com o nome de KURUMIM. Ela já se apresentou em vários estados brasileiros, inclusive atuando por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. (TERENA, 2001 p.37).*

O relato nos apresenta o momento das experiências na juventude com a organização da equipe de futebol formada por integrantes de diferentes etnias, estudantes que se apresentam em diferentes estados brasileiros, inclusive a atuação por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. Como afirma Sant'Ana (2010, p.101) "(...) alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília.(...) morando num mesmo local e compartilhando de expectativas e experiências comuns, esses jovens criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas)".

Carlos Terena:

> *Em seguida, através da nossa articulação junto ao Ministério da Educação e Cultura, ficou acertada a participação das comunidades indígenas nos IV Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na cidade de São Paulo, em 1985. E até hoje continua a participação das comunidades indígenas em eventos esportivos oficiais. (TERENA, 2001 p.37).*

A articulação de Carlos Terena junto ao Ministério da Educação e Cultura concretiza sua participação como liderança indígena no processo de desdobramento da inserção das comunidades indígenas num diferente contexto brasileiro que é o dos Jogos Escolares.

A primeira participação de indígenas nos JEBs acontece com a presença de um arqueiro para distinguir, ou seja, para apresentar uma outra maneira de demonstrar práticas corporais, como afirma Terena: "Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha" (idem, p. 37). No entanto o autor nos brinda com seu relato sobre a participação do arqueiro naqueles Jogos:

> *(...) quando o índio flecheiro desceu na linha para fazer a demonstração, eu mesmo não conhecia esse índio flecheiro, ele disse: 'Não, pode por aqui mais de cinquenta metros – porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar'.'Então ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim atirou. Ele acertou uma melancia. 'Está muito grande, traga outra' trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã(...) (TERENA, 2001 p.37).*

Ao comentar esse fato, Terena se remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa:

> *(...) ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas. (TERENA, 2001, p.37).*

Essa demonstração então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Em 1988, São Luiz – MA, XVII JEBs, a Nação Indígena participa nas modalidades de Futebol e Futebol de Salão e um fato se torna relevante, eles recebem um comunicado da Comissão Central Organizadora:

> "A Comissão de Disciplina comunica que as equipes de Futebol e Futebol de Salão da Nação Indígena perderam todos os pontos em favor dos adversários. Tal mudança deve-se ao fato de terem sido inscritos atletas em duas modalidades coletivas contrariando assim, o Artigo 50 do Regulamento Geral dos XVII Jogos Escolares Brasileiros."(BOLETIM, 1988, p. 247)

Para todos os participantes há o mesmo Regulamento, não obstante serem Nação Indígena e recebem o mesmo tratamento dado a qualquer outra delegação participante dos Jogos. Sobre essa questão Carlos Terena afirma: "a desclassificação fez com que nos sentíssemos iguais aos brancos, vendo a lei ser cumprida da forma como gostaríamos que acontecesse com as invasões de nossas terras"(BRASIL, 1989, p. 42).

Em 1989, com as inovações e mudanças de formatação, os JEBs contam com a presença de aproximadamente 4.000 atletas. Nesse ano a nação indígena participa nas Modalidades de Atletismo (masc. e fem.), Futebol de Salão e Futebol.

2. Informações sobre o Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena

Em 1991 é criado o Comitê Intertribal – 500 anos de Resistência, presidido por Mariano Marcos Terena. Marcos Terena, como é conhecido, é designado[34] titular, e Pedro Cornélio como suplente, junto ao Grupo de Trabalho Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas, para a preparação/participação da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Entre outras pessoas compõem o Comitê Intertribal: Eliane Potiguara, Itiarrori Karajá e o Aritana. Marcos Terena em depoimento a Graziella Sant'Anna (2010, p. 112) afirma:

> Graziella: *O Comitê, você disse que surgiu na Eco 92...* Marcos Terena: *Isso, daí não sei como eles me convidaram pra ir pra Genebra, primeira vez, ao Secretariado responsável pela Conferência da Rio 92 [ECO 92], convidou e eu fui pra lá. Então, antes de ir prá lá o pessoal da ONU aqui disse: "Vai ter uma Conferência, o que você acha que pode fazer e articular?". Eu falei: "Eu posso ajudar a organizar tal, mas quero ver primeiro, preciso pensar o que podemos fazer". Daí, conversei com o Carlos [Terena] o que nós íamos fazer, daí chegamos a conclusão que íamos fazer uma aldeia no evento. Era uma coisa inédita, mais agressiva. Nós estávamos com um plano aqui que nós íamos fazer uma aldeia onde nós iríamos demonstrar o que é desenvolvimento, o que é meio ambiente, usando a tecnologia da selva, começamos a usar esses termos assim. O cara falou: "Poxa, vocês conseguem fazer tudo isso?". "Nós só vamos participar se conseguirmos fazer isso". Daí fui pra Genebra nessas condições, já como Comitê Intertribal.* Graziella: Vocês montaram o Comitê com que pessoas? Marcos Terena: *Nós montamos com a Eliane Potiguara, o Itiarrori Karajá, o Aritana, e outros*. Graziella: Tinha outros Terena? Marcos Terena: *Tinha. E registramos a associação para, assim, com o efeito de referência externa lá fora, porque provavelmente a gente poderia ter financiamento para as ações na Rio 92, só que no decorrer do processo eu achei assim, como era evento da ONU, qualquer recurso que a gente conseguisse a gente descarregaria no PNUD e ele gerenciaria isso pra gente, e foi o que realmente aconteceu.* (Marcos Terena)

O modo como Marcos Terena se afirma diante dessa situação, como representante indígena junto ao governo, com prestígio e confiança, também proporciona a inserção de

[34] Conforme Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1991, seção II p. 7435.

seu irmão Carlos Terena na organização, por meio do Comitê Intertribal se concretiza a participação de indígenas na ECO 92.

Quando Marcos Terena fala do surgimento do Comitê Intertribal, penso que ele se refere a um dos primeiros trabalhos que esse Comitê realizou e ampliou a visibilidade, tanto para os indígenas que o compuseram quanto para o Governo, que naquele momento possibilitou uma participação mais ampla, ou seja, de outros setores da sociedade num evento como a ECO 92.

Na discussão de questões relativas ao meio ambiente, a representatividade da população indígena pode se dar a partir desse Comitê Intertribal. Porém, surgem algumas questões que merecem atenção acerca dessa representatividade, ou mesmo o porquê desse Comitê ser escolhido, na década de 1990 já existem inúmeras associações indígenas disseminadas pelo país, sobretudo na Região Norte.

Talvez a composição do Comitê representado por algumas etnias possa ser uma das respostas. No entanto, há questionamentos que nos dão indícios das redes de relações estabelecidas naquele tempo e espaço que possibilitam a melhor compreensão dessa participação junto ao Governo. O fato de Marcos Terena ser convidado para a organização da ECO 92, faz com que se "registre a associação", tanto para fins de financiamentos como para as tarefas que deverá executar, ou mesmo para um início de parceria com o Governo. Ao mesmo tempo nota-se contradições nas ações, o mesmo governo que em um momento se aproxima dos indígenas para realizar tarefas de interesse político comum, se encontra do lado oposto dos indígenas quando estes através das várias associações reivindicam ações governamentais frente aos seus problemas.

Entre outros eventos que o Comitê Intertribal realiza em parceria com o Governo Federal, encontramos os Jogos dos Povos Indígenas, este por sua vez será amplamente abordado na investigação que permeia esta tese.

3. Ministério do Esporte e relação com os Jogos dos Povos Indígenas

Para discorrer sobre o Ministério do Esporte, estarei me reportando à breve história do esporte nos setores do Governo. Na história institucional do esporte, verifica-se que este esteve vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, pela Lei n°. 378 de 13/03/1937 que

cria a Divisão de Educação Física, este vínculo permanece até 1998, pela Medida Provisória n°. 1794-8 cria-se o Ministério do Esporte e Turismo.

Em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso, cria o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, nomeando Edson Arantes do Nascimento – Pelé (1995-1998) para a Secretaria de Esportes vinculada ainda ao Ministério da Educação.

O Ministério do Esporte e Turismo é criado em dezembro de 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal Rafael Grecca assume a pasta.

Em janeiro de 2003 é criado o Ministério do Esporte no qual Agnelo Queiroz assume a pasta, até março de 2006, quando se candidata ao cargo de senador, e Orlando Silva, assume o ministério interinamente como secretário excutivo, somente em 2007 é nomeado ministro do Esporte, este ocupa o cargo até outubro de 2011. Com a saída de Olando Silva, é nomeado Aldo Rebelo como ministro do Esporte.

Como principal financiador para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas desde seu início, a relação do Ministério do Esporte com os Jogos dos Povos Indígenas se constitui através de trocas de experiências quanto a sua organização.

A realização dos Jogos dos Povos Indígenas é coordenada pela Secretaria de Esporte Educacional e pela Secretaria do Segundo Tempo[35] até o ano de 2007, a partir desse ano passa para a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL). Um dos problemas enfrentados por essa Secretaria é a dificuldade de se obter informações sobre os Jogos anteriores, pois as informações se perderam com a mudança de secretaria. Como afirma Claudia Bonalume (2011) "*tudo que existia de registro de história se perdeu, o Comitê não tinha, fora o que estava na memória deles"*.

Os embates/debates entre o Ministério do Esporte e Comitê Intertribal acerca dos Jogos dos Povos Indígenas se revelam nos depoimentos de representantes desses setores.

[35] Programa do Ministério do Esporte destinado a democratizar o acesso à prática e acesso ao esporte . http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/objetivos.jsp Acesso em 20 de março de 2011.

Capítulo IV – Jogos dos Povos Indígenas

1.1Idealização dos Jogos

Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena através do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena em parceria com o Ministério do Esporte. Os eventos objetivam a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia. No início os objetivos não são tão claros, Carlos Terena não imagina o impacto dos Jogos.

A consideração dos Jogos dos Povos Indígenas no cenário brasileiro está presente no Artigo 217[36] da Constituição Brasileira de 1988, que trata o desporto não somente como formação atlética mas apresenta no inciso "IV a proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional". Portanto, é dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

> *Em l996, com o surgimento do Ministério Extraordinário dos Esportes foi proposto ao então Ministro Edson Arantes do Nascimento (Pelé) a idéia para a realização dos I Jogos dos Povos Indígenas. O Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP, órgão executivo do Ministério dos Esportes, colocou seus recursos financeiros à disposição e seus técnicos para iniciarem os trabalhos. Chegara o momento para a realização de um sonho: fazer com que povos indígenas, após 500 anos, inclusive os que outrora foram inimigos tradicionais, se encontrassem, buscando demonstrar sua alegria através da cultura e do esporte. Com a participação de Pelé e o esforço de José Eduardo e Marcos Roberto, assessores do INDESP a concepção dos jogos saia do campo da imaginação e passava para o papel, resgatando o que estava nas mentes e corações indígenas.* (TERENA, 2010)

Carlos Terena apresenta um relato de como se dá o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte e consequentemente com a realização de um sonho e também o

[36] Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional; IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º – O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º – A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

espírito de liderança, que perpassa quase duas décadas. Ainda apresenta todo o processo pelo qual passaram para chegar ao que denominam hoje como Jogos dos Povos Indígenas.

Em 1996, em Goiânia, são realizados os I Jogos dos Povos Indígenas, mas para que esse evento se tornasse realidade Carlos Terena e Marcos Terena percorrem caminhos de negociações políticas, como a articulação com o Ministério do Esporte e INDESP.

Conforme o Relatório Indígena sobre as Atividades Tradicionais dos "Esportes Indígenas e o Ministério dos Esportes do Brasil – 1996/1997 – Década do Índio/ONU (TERENA, 1997 p.2-6), os Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia foram considerados como o evento mais importante realizados em nível nacional como internacional "pelos Índios e por vários setores do indigenismo" (TERENA,1997 p.2) , neste momento vive-se a denominada "Década Internacional do Índio" estabelecida a partir de uma resolução das Nações Unidas e tem a participação de líderes indígenas bem como a participação de Marcos Terena. Esse Relatório além de apresentar os Jogos dos Povos Indígenas realizados em Goiânia, ainda trata de dois temas, a saber: A Solidariedade Indígena – Rio 2004 e O Dia do Índio e o COI.

No contexto das articulações encontram-se envolvidos diferentes atores nas posições de representantes, tanto por parte das lideranças indígenas como por parte dos governantes, quando se fala que o nascimento dos Jogos dos Povos Indígenas se dá "após diversos intercâmbios tribais isolados e com o apoio de governos local e federal, mas sempre por iniciativa indígena, de líderes e articuladores."(TERENA, 1997, p.2).

Novas redes de interdependências são estabelecidas a partir da iniciativa indígena, haja vista que ao longo do tempo as atividades da equipe de Futebol Indígena proporcionam maior visibilidade e espaços para discussões de problemas que envolvem as aldeias. Nota-se as lideranças indígenas a se reunirem em eventos esportivos e considerando esses como meios de se ter visibilidade na sociedade mais ampla, quer seja em nível nacional ou internacional. Os intercâmbios, como afirma Marcos Terena, visam o "fortalecimento da integração de nossas diferenças étnicas, cuja base é exatamente o respeito e o resgate ao orgulho por essa diferença lingüística, cultural e até mesmo física" (1997, p.2).

As articulações se apresentam de modo que abranja a sociedade nacional "principalmente entre os jovens e crianças, visando mostrar a verdadeira cara dos índios e conquistando não só a simpatia, o engajamento desses setores, como a valorização do amor

à terra e as riquezas culturais, ecológicas e étnicas do nosso país(...)"(TERENA, 1997, p.2). Em virtude do índio ter sido o primeiro a viver nestas terras sempre fora marginalizado.

> Queremos ressaltar ainda, que o caminho da luta indígena em nosso país, através do esporte foi uma via onde buscamos mostrar o lado bonito do índio no seu contato com a natureza, terra ou água, fatores alimentícios e ecossistemas, tendo como objetivo demonstrar na prática, o papel da terra para nossa sobrevivência e a necessidade do reconhecimento governamental, da sociedade em geral para a sua demarcação (TERENA, 1997, p.2).

Marcos Terena afirma que, por meio do esporte, os indígenas começam a se tornar mais visíveis para a sociedade mais ampla e, que a luta indígena em questões importantes como a demarcação de terras, há muito tempo acontece e pode ser apresentada de modo objetivo por meio desse instrumento: o esporte.

A busca pelo reconhecimento governamental, começa a se tornar mais evidente quando Carlos e Marcos Terena iniciam contato com o Ministério do Esporte e INDESP a fim de apresentar seus projetos para a realização do evento denominado Jogos dos Povos Indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas realizados em Goiânia (1996), com a participação de aproximadamente 500 índios, num total de 20 etnias brasileiras foi realizado com parcerias, a primeira delas com o então INDESP e com o Ministro Extraordinário do Esporte e conforme Terena (1997, p.2):

> a decisão de se fazer o Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, deu-se em torno de 40 dias antes da data pré-estabelecida, já que inicialmente estava programado para a cidade de Campo Grande-MS, mesmo assim, quando do primeiro contato com o Secretário de Esportes de Goiás, Deputado Ricardo Yano, houve uma receptividade empolgante apesar do escasso tempo de organização e a falta de experiência no trato com povos indígenas.

Apesar de terem notado grande receptividade por parte de autoridades, o projeto aprovado a ser executado tem alguns problemas a serem resolvidos, como a mudança de cidade, o escasso tempo para a organização, e, ainda o que se pôde notar a falta de experiência no trado com povos indígenas.

> É importante registrar que nessa fase, sentimos uma demonstração de descaso e crítica velada a esse 'programa de índio' por diversos setores oficiais, inclusive no próprio Ministério, mas que não puderam afetar nosso comportamento como pessoas acostumadas a lutar por novas conquistas, aprendizado ainda fomentado por nossos chefes, por nossos pais e nossas famílias, mesmo porque as articulações com as comunidades eram baseadas nesse princípio da palavra, da verdade e não das jogadas políticas ou do falso sorriso".(TERENA, 1997, p. 2).

Nessas novas relações interpessoais, nota-se, através das palavras de Marcos Terena, o "descaso e critica velada" ao projeto, e estes, por estarem sempre dispostos a lutar pelos seus ideais, mantêm o desafio de levar o projeto adiante.

Dentre as várias articulações, além do contato com o poder público, Carlos e Marcos Terena têm que "(...) conversar com setores da imprensa, visando agendá-las para o evento, não só no Brasil como fora (...)" (TERENA, 1997, p.2).

A preocupação em estabelecer a articulação com a imprensa surge pela necessidade de se preservar a mensagem transmitida "através dos slogans, dos folders enfim, da linguagem histórica e contextualizada" (TERENA, 1997, p.2) a toda sociedade, "já que o que estava em jogo era a história do Índio em nosso país, como também da personalidade e do trabalho histórico do Ministro Edson Arantes do Nascimento"(idem.).

A presença da FUNAI, apesar de cumprir seu papel no projeto dos Jogos dos Povos Indígenas, também é um momento tenso, já que é constitucionalmente a representante oficial do Governo Federal na Assistência e Proteção ao Índio, porém esse órgão não apresenta preocupação com eventos esportivos, por não fazer parte de seus programas indigenistas, nas palavras de Marcos Terena vê-se preocupação de se estabelecer aproximações entre a FUNAI e o Ministério dos Esportes:

> "(...) é preciso que o Ministério através do Indesp, faça um trabalho de aproximação com a Funai, já que devido aos constantes atritos com aldeias, demarcação de terras, falta de recursos, o aspecto esportivo e cultural, nem sempre são prioridades para a entidade indigenista oficial e sua prática inclusive, não faz parte do curriculum e dos programas indigenistas ou da direção, o que comprova que a voz indígena precisa ser ouvida e atendida, não de forma paternalista-assistencial, mas dentro de um projeto que atenda hoje e tenha continuidade amanhã". (1997, p. 4).

As tensões emergem na medida em que se comeca a repensar a diversidade de necessidades que as comunidades indígenas possuem, não somente questões sobre as demarcações de terras que são muito importantes, além das questões da saúde, recursos financeiros, mas também ao direito de vivenciarem as manifestações culturais e esportivas, e sua continuidade.

Após a realização do primeiro grande evento: os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, a presença dos povos indígenas em eventos públicos começa a ser valorizada pelo poder público, em especial pelo Ministério dos Esportes. Essas novas relações apresentam oportunidades recíprocas, no que diz respeito à visibilidade e diversidade de cultura e povos presentes no Brasil.

No ano de 1996 o governo brasileiro apoia a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004, e com a intenção de "compor um lobby multi-racial do nosso país para defender a cidade do Rio de Janeiro perante o COI" (TERENA, 1997, p.4) o Ministério dos Esportes incumbe os irmãos Carlos e Marcos Terena de organizarem uma delegação de atletas indígenas e levá-la para a cidade do Rio de Janeiro a fim de mostrar tradições culturais de povos indígenas tais como: rituais indígenas, danças, corrida da tora por homens e mulheres, huka-huka, e demonstração de arco e flecha.

Marcos Terena elucida:

> A articulação e a montagem de um evento como esse, que não é nosso, não pode simplesmente ser decidido pelos donos do dinheiro ou pelos donos do poder, nosso trabalho demanda tempo e paciência, num vai-e-vem entre a cidade e as aldeias, quer seja por telefone, fax, rádio ou mesmo um recado (1997, p.4).

Essa incumbência dada a Carlos e Marcos Terena deixa-os preocupados pela complexidade da ação, pois é uma decisão de um órgão público, como Marcos afirma, é necessário "tempo e paciência" para fazer os contatos e os convites além da preocupação da aceitação desses convites.

> Durante muito tempo a imagem de nossas **tradições** culturais, espirituais e lingüísticas foram manipuladas através de fotos, filmes e livros, inclusive em nome da ciência e da valorização cultural. Interessante que nesses casos o personagem principal foi o homem branco, o manipulador, o usurpador, o colonizador, por isso, quando o convite foi feito, tratamos de realizar uma

> avaliação cuidadosa, não só em termos de apoio financeiro, estrutural, com em saber com quem estávamos caminhando e até mesmo, qual o tipo de valorização teríamos como retorno para nossa demanda territorial e de sobrevivência de nossas aldeias (1997, p.4).

A avaliação feita pelos líderes leva em consideração as possibilidades de valorização de suas culturas e, sobretudo a um retorno em nível das comunidades como a "demanda territorial e de sobrevivência" nas aldeias.

Nas palavras de Marcos Terena, pode-se identificar os problemas e dificuldades que um evento como esse trazem, em nível de organização de comunidades indígenas, também os benefícios diretos aos indígenas brasileiros. Nessa avaliação percebemos que a balança de poder se estabelece, pois os indígenas têm as tradições culturais, seus conhecimentos, e o poder público a intenção de reunir isso tudo aos seus interesses, neste caso a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas.

> Assim, após essas avaliações, decidimos em conjunto com 04 comunidades indígenas, participar daquele grande dia da RIO 2004. Participaram os Guarani de Angra dos Reis(...) os Xavantes da Serra do Roncador em Mato Grosso e os Kanela do Sul do Maranhão, com seus guerreiros e guerreiras; os Kuikuro, Yawalapiti, Trumai, Meinako, do Alto Xingu. (1997, p. 4)

A decisão não é somente de Carlos e Marcos Terena, é tomada em conjunto com as comunidades escolhidas, pois decisões como estas não são unilaterais.

Marcos Terena, em relação aos participantes diz: "Todos possuidores de grande potencial físico, beleza plástica e cultural, além de sua força espiritual", em virtude de não considerar essa ação como simplesmente um passeio, "mas um trabalho de construção da nossa dignidade também".(1997, p. 4)

Em comum acordo com os organizadores do evento Marcos Terena afirma: "ficou decidido o tipo de evento que teríamos naquele domingo (...): dois rituais indígenas, a dança da terra, a dança da amizade e a dança da guerra; corrida da tora por homens e mulheres; huka-huka, e a demonstração do arco e flecha". (MARCOS TERENA, 1997, p.4)

Uma preocupação dos líderes Carlos e Marcos Terena refere-se à população em geral no que diz respeito a sua participação direta nas atividades programadas, como forma de intercâmbio, é um bom momento para os "brancos" conhecerem melhor outras culturas existentes neste país.

Contudo, o local onde estariam ao longo do dia, em frente ao Copacabana Palace, “um dia antes mudado pelos donos da festa para 100 metros a esquerda do hotel” (MARCOS TERENA, 1997, p.05) os líderes acompanham a “montagem do alvo, da pista de corrida, do tipo de água da praia, do sistema de segurança, de primeiros socorros, etc, afinal seriam 80 pessoas de diferentes costumes, muitas inclusive sem nunca terem saído das aldeias”. (idem)

> O apoio institucional, de infra-estrutura também foi devidamente acompanhado, com um mapeamento desde a saída da aldeia, com o apoio já nessa altura da Funai local, através de funcionários indígenas e indigenistas, assim como o tipo de transporte e acomodação no Rio, por exemplo evitando-se a locação de hotéis em Copacabana, e sim em local mais tranqüilo, como o Flamengo (MARCOS TERENA, 1997, p.5).

Para Marcos Terena, o acompanhamento da saída dos indígenas de suas aldeias para o Rio de Janeiro, conta com apoio institucional e de infra-estrutura, e, sobretudo o tipo de transporte e acomodações para todos integrantes convidados a participarem do evento. Conforme Marcos Terena:

> A única falha do Ministério e o Indesp não terem tido mais uma vez, um canal de comunicação com a imprensa e o Registro em fotos ou vídeos. Como sempre, a passagem do índio para defender uma cidade como o Rio de Janeiro, outrora com guerras, ficou marcada apenas nas cabeças do presidente do Comitê, Thomas e de todas as pessoas que estiveram na barraca Indígena e que no final do dia deram-se em abraços, levantando as mãos para os céus, após a prece do líder Indígena Benjamim, numa intercessão pela vida, pela paz nas ruas do Rio e naturalmente para que no ano de 2004, o Rio seja sede da Olimpíada. (1997, p.5)

Esse relato nos remete ao comprometimento das comunidades indígenas com o evento, e que lamentam a falta de registro sob a forma de vídeo ou de fotografias por parte do Ministério e do Indesp, apesar disso tudo os integrantes da barraca Indígena correspondem às solicitações abraçando-se e com agradecimentos.

A ausência dos Guarani é relatada: “infelizmente, os Guarani não puderam comparecer por motivos que até hoje desconhecemos, já que a responsabilidade do deslocamento de seus participantes ficara sob responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis”. (MARCOS TERENA, 1997, p.5)

Sobre os Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia em 1996, podemos encontrar na fala de Motta (2010):

> Penso que os Jogos dos Povos Indígenas, o primeiro que aconteceu na época que o Pelé que estava à frente do que veio a se o Ministério do Esporte, e toda a sua equipe lá do então Indesp, que nós somos de um país que realmente precisamos criar uma tradição de executar as coisas com qualidade, um evento com qualidade, um evento que tenha realmente um resultado final positivo e somatório ano a ano, e que realmente a gente faça coisas que deixem para as gerações atuais e para as futuras gerações um legado de coisas boas como memória, nós estamos fazendo isso porque é importante que nós não nos esqueçamos que o Brasil tem uma história em construção, nós estamos todos os dias revendo, por exemplo, nós tínhamos uma Monarquia que contava uma história, uma República de certa forma golpista que foi destituída que começou contar outra história, um condenava Tiradentes outro o exalta, nesse cenário todo de confusões os povos indígenas foram o que?... foram extremamente oprimidos, foram relegados, para não dizer coisas piores... quase que muitos casos irresponsavelmente envolvidos dentro das comunidades chamadas civilizadas e padeceram de doenças sem qualquer assistência, nós tivemos até pouco tempo na região do Mato Grosso do Sul crianças Terena morrendo de subnutrição sem entender porque, atualmente com gestantes indígenas e índice de suicídios altíssimos entre mulheres indígenas. Eu acho que é fundamental que a gente trabalhe para construir uma história baseada na verdade, nos fatos, baseados no que realmente nós queremos para essas populações, penso que os Jogos dos Povos Indígenas tem um papel fundamental nisso.

1.2Identificação da filosofia e objetivos dos Jogos dos Povos Indígenas

Quando fala sobre os significados dos Jogos, Carlos Terena diz que são vários e que a cada edição dos Jogos percebe as relações que eles podem ter com as sociedades indígenas e não indígenas. Conforme Carlos Terena em entrevista concedida à Diana Ruiz em 2009:

> *(...) nós começamos falando do fortalecimento da nossa cultura como povos autóctones como povos tradicionais, mas com o tempo nós fomos descobrindo que ele tem muitas ele foi, ele ta acontecendo de uma maneira tal que ele vai tomando rumos diferentes, por exemplo, assim, nós não imaginávamos que os jogos poderiam fortalecer praticamente nossa cultura, eu não conseguia visualizar isso durante muitos anos de realização. No começo, nós achávamos que seria o encontro dos povos pra praticar o esporte, mas com o tempo nós fomos assim entendendo que realmente que através desse mecanismo, desse evento nós descobrimos realmente que ele estava proporcionando cada povo se conhecer e se*

> *espelhar um no outro e fortalecer a cultura. (CARLOS TERENA, 2009, informação oral)*

Ao dizer que existem outros significados, Carlos Terena fala do fortalecimento da cultura dos povos indígenas durante os anos de realização dos Jogos e isso mostra o quanto se torna relevante a participação das comunidades indígenas, fazendo com que sejam conhecidas e reconhecidas pelos não indígenas.

Um princípio dos Jogos dos Povos Indígenas se encontra no lema criado pelos líderes Terena, segundo o qual: "O importante não é competir e sim celebrar", e um comentário a respeito desse princípio encontramos na fala de Carlos Terena:

> (...) digamos assim, agora nós não incentivamos um atleta Carajá ou Xavante brigar entre si por causa de uma medalha porque isso não é importante pra gente..., porque o espírito de competição, ele ta no meio do branco ele não ta no meio dos indígenas, então que o índio não quer ganhar não que cada atleta quer ganhar... se você for numa aldeia por exemplo você não vai ver o campeão de Uca Uca você não vai ver o campeão de corrida de tora, todos tem os seus valores, dentro de uma comunidade então a gente não incentiva essas coisas nos jogos..., nós fizemos nós incentivamos isso, tudo tem o contexto espiritual dentro dos jogos, tem o contexto das nossas danças, tem o contexto das nossas cerâmicas, das nossas comidas, e depois tem o contexto dos Jogos propriamente dito, e do contexto social também, porque a gente tem o lado educativo dos jogos, tanto para os indígenas como para os jovens branco por exemplo, a gente busca ensinar um pouco a maneira mais correta de não sujar o rio por exemplo... tanto quando quem ganhar a gente fala que o importante pra nós é a gente brincar entre nós, celebrar, vamos celebrar a vida, celebrar a comida, celebrar a natureza, celebrar Deus nosso criador, celebrar a vida de uma maneira geral, então a gente tenta passar isso pros nossos parentes e muito deles entendem isso. (TERENA, 2009).

Nessa fala, Carlos Terena demonstra que há um princípio nos Jogos, e que difere dos Jogos dos brancos no qual o objetivo é a conquista por medalhas, pelo pódio, enquanto que para os indígenas o objetivo é a celebração como elemento essencial num contexto espiritual dentro dos Jogos, deixa explícito que a salvaguarda da cultura deve prevalecer.

Sobre outros princípios dos Jogos como o fogo, compartilhar e celebrar, Carlos Terena diz:

> São todos cerimoniais incorporados em nossos ritos tradicionais, princípios fundamentais na celebração do encontro com a grande família: o repartir, o

> festejar no nascer, rito de passagem, formação do homem adulto, o ancião e nossa ida (morte), tudo ganha importância em toda nossa existência. Os Jogos nasceram nessa inspiração, e com essas essências, não há como fugir desses princípios. (TERENA, 2011, p. 17)

Os Jogos começam a ter visibilidade e a cada ano realiza-se um evento com novas abordagens e perspectivas em discussões nos Fóruns realizados em cada edição. No que diz respeito à organização de 1996 até 2009 sendo neste último os X Jogos dos Povos Indígenas em Paragominas - Pará, nos elucida Terena, que houve dificuldades com as comissões organizadoras locais ao longo dessas dez edições dos Jogos, mas a cada evento algo novo se aprende e é possível melhorar. Terena (2009) fala: "e hoje nós estamos conseguindo ter um resultado muito grande depois de muitos anos de atividade". Os Jogos dos Povos Indígenas são de âmbito Nacional, não obstante sejam organizados Jogos Regionais como os Jogos Interculturais de Campos Novos do Pareci (MT), Jogos Indígenas do Pará, Festa do Índio em Bertioga (SP), e também os Jogos Culturais Indígenas de Rio das Cobras (PR), Semana Cultural Indígena da Terra Indígena de Marrecas – (PR), são exemplos dessas práticas corporais entre outros eventos realizados.

1.3 Os organizadores e participantes dos Jogos dos Povos Indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas, ao longo de suas edições têm como organizadores os seus idealizadores representantes do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, bem como o apoio de setores como os Ministérios da Educação, Cultura, Justiça, Esportes, e das Secretarias Estaduais e Municipais. Como idealizadores: Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena. Na primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas em 1996, o Ministro Extraordinário do Esporte Edson Arantes do Nascimento (Pelé). Em 1999 Rafael Grecca como representante do Ministério. Nos JPIs de 2004 o Ministro do Esporte Agnelo Queiróz. No ano de 2005 o Secretário Nacional de Esporte Educacional Rafael de Aguiar Barbosa assumiu a coordenação dos Jogos. Os Jogos de 2007, 2009 e 2011 sob responsabilidade da Secretária Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – Ministério do Esporte Rejane Penna Rodrigues e na comissão do Ministério do Esporte Claudia Bonalume.

Sobre a comissão de organização dos Jogos, Bonalume (2011) relata:

> *Eu estou na comissão de organização dos Jogos. A comissão de organização ela é composta pelo Ministério do Esporte, eu sou então uma das representantes, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Funai, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria da Igualdade Racial, Governo do Estado, Prefeitura e o Comitê Intertribal. É essa comissão que foi criada justamente pra gente ir discutindo esse processo de organização dos Jogos.*

Apesar da comissão de organizadores ter representantes de vários setores do governo, o ITC e Ministério do Esporte são os atores principais nessa tarefa. Os problemas vão surgindo e cabe a eles a resolução imediata.

Sobre os problemas que surgem, Bonalume (2011) nos apresenta a formação de uma rede de interdependências na organização dos Jogos, elucida:

> *O Comitê na verdade deveria ser o grande maestro, deveria ser o núcleo dessa rede, porque a gente precisa tanto do trabalho intersetorial como trabalho em rede que são diferentes concepções na nossa questão teórica. Você sempre tem que ter uma coordenação central, no caso da rede núcleo, no caso da intersetorialidade, alguém que faça essa ponte, é a gente sempre procura colocar o Comitê com esse papel, mas pela própria característica do grupo do Comitê Intertribal acaba que fica muito mais no Ministério essa coordenação do que neles.*

Nos Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional, 2011, nota-se a preocupação da representante do Ministério do Esporte com uma coordenação central, o modelo de organização de eventos remete a uma comissão organizadora central, como poderíamos pensar essa comissão sem a participação dos indígenas? Talvez pelo fato das questões burocráticas serem complexas para se lidar e, desse modo o Ministério do Esporte como qualquer outro órgão do governo possa executar com facilidade, deixa uma lacuna nessa relação com o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena. O que se pode pensar nesse caso – o Ministério do Esporte poderia assumir todas as responsabilidades pelos Jogos dos Povos Indígenas nas questões burocráticas. A tomada de decisão parte dos organizadores Marcos Terena e Carlos Terena nos Jogos dos Povos Indígenas, com isso observar a capacidade dos representantes do Ministério do Esporte de estabelecerem uma relação de maior confiança entre o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena torna-se indispensável se nos referirmos às tensões geradas nessa relação.

E Bonalume continua "*e não porque a gente queira passar por cima, mais por uma própria demanda deles, eles se colocam como frágeis nessa questão de fazer a*

coordenação desse movimento" (2011). Tudo leva a crer que essa "demanda deles" é construída pelas relações interpessoais estáveis admitidas entre os representantes do Ministério do Esporte e do ITC, estabelecida a partir dos JPIs de 2007 onde esses mesmos representantes do ME iniciam as discussões sobre a organização dos JPIs, continuam em 2009 nos Jogos de Paragominas.

Como representante do Ministério do Esporte a autora relata a estrutura articulada para a realização dos Jogos, as redes que são formadas, os setores envolvidos e algumas dificuldades encontradas ao longo da organização dos Jogos.

A autora continua mostrando como se dá o envolvimento do Ministério do Esporte desde 2007 quando esse setor assume os Jogos dos Povos Indígenas que até então fica sob responsabilidade da Secretaria de Esporte Educacional:

> *Na verdade até 2007, os Jogos eram coordenados lá no ministério pela secretaria de esporte educacional, e a secretaria do Segundo Tempo. Em 2007 o secretário Julio em discussão com a secretária Rejane, eles avaliaram que tinha muito mais a ver nessa relação a nossa secretaria que era a de desenvolvimento de esporte e lazer, do que a deles, então os Jogos passaram à Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.*[...] *Até esses Jogos de 2007 os convênios eram feitos com os governos locais, ou do Estado ou da Prefeitura, quase sempre do Estado, só que em 2007 a gente teve muito problema, o governo de Estado que recebeu o recurso estava inadimplente na hora de receber o recurso, não conseguiu receber e aí os Jogos tiveram dificuldades muito parecidas com as que aconteceram aqui(Porto Nacional-TO). Mas esses Jogos foram o limite da desconfiança do Comitê em relação a boa vontade dos Governos com eles, já há isso na história deles, vivenciaram um processo assim então nesses Jogos, na avaliação a gente concluiu que os próximos convênios seriam com eles porque havia uma grande desconfiança, aí este aqui hoje, é a segunda edição que o Governo erra com o Comitê, mas agora o próprio Comitê começa a perceber e nós vemos também que as dificuldades se repetem, mesmo sendo com o Comitê as dificuldades são as mesmas, os atrasos, então a questão ou seja, não é quem é o conveniado e a gente tem avaliado inclusive o risco que uma organização não governamental sem fins lucrativos, sem nenhuma fonte de arrecadação corre ao fazer um convenio desse porte. O Ministério agora está hoje sob auditorias lá por conta de convênios com entidades privadas e sem fins lucrativos, e aí a gente ta reavaliando com eles. E agora definir OK! vivenciamos duas situações, vivenciamos o Governo com entidade do Estado e vivenciamos o Governo como Entidade Privada, e para a gente nos próximos tomar uma decisão de como é que vai ser, se vai ser com o Governo, se vai ser com eles, se eles avaliam que está ok melhorou deu conta ou não, está aí uma questão que a gente tem conversado bastante e vai avaliar, porque a gente entende assim que se a gente tivesse um governo como prometido, o recurso repassado com tempo, o governo cuidasse dessa parte, eles poderiam ficar muito mais disponíveis pra parte tradicional deles, que são os Jogos, e não*

> *com a preocupação com as compras, das contratações, que é muito difícil pra gente e imagine pra eles, que não vivenciam isso. Então foi isso a partir de 2007 a gente tem um acumulo maior mas ainda não se percebe isso no resultado, na execução dos Jogos, 2007 também marcou o primeiro Fórum que a gente passou a discutir com eles que a gente só faria Jogos se houvesse também uma discussão da política indígena, do que que nós estamos fazendo aí e porque, e eles abraçaram essa idéia conosco, desde então e hoje o Fórum é um ponto alto pra eles, embora a participação não seja muito grande mas quem participa, e a questão da qualidade da discussão que se garante, ontem mesmo nós tivemos a visita de outro Senador Wellington Dias e fizemos uma reunião de líderes que daria para se chamar uma continuidade do Fórum, em que os líderes colocaram pra ele, as expectativas dos indígenas em relação ao Senado, as dificuldades que eles enfrentam no dia a dia, foi uma discussão muito bonita, assim onde eles colocaram e o Senador anotou as principais pautas e que ficou de se colocar na parceria para ajudar.* (BONALUME, 2011, informação oral)

Sobre a organização da parte esportiva, Bonalume (2011) afirma:

> *A gente fala Carlos e as coisas, ele fala não... ta tudo aqui (aponta para cabeça), só que o que a gente percebe, que o que "ta tudo aqui" tem escapado um pouquinho, mas isso tudo demanda de nós, eu conversei hoje com o Marcos que tem um outro nível de leitura, muita sensibilidade porque ele tem razão ele não quer que esportivize, ele não quer que a gente vá colocando uma organização que engesse, fique com cara de jogo de branco, tudo isso ele tem razão mas isso não quer dizer que precise ser desorganizado. Que os indígenas precisam ficar esperando lá no sol, porque o coordenador da prova foi fazer o percurso, isso é o tipo de coisa que não pode acontecer. E isso, nós profissionais da área temos a obrigação de construir, agora eles tem muita resistência a nós professores de educação física e com toda razão porque a gente chega querendo... vamos fazer a saída baixa da corrida de cem metros, tudo bem vamos fazer na natação uma saída em linha, ele ficou furioso ontem que fizeram a saída em linha porque eles saiam amontoados mesmo, e pra eles isso tem uma lógica, que aí eles não querem que a gente coloque, então a gente tem que ter a sensibilidade de saber até que ponto entra nossa intervenção para colaborar e ate que ponto ela passaria a ser invasiva no sentido de esportivizar demais no nosso perfil dos Jogos que há regras muito duras, porque aí muda a regra combina tudo ali na frente pra eles tudo é muito tranqüilo, pra nós não, pra nós isso soa como desorganização, então a gente precisa ver até que ponto organiza e até que ponto há regras.*

Rejane Penna Rodrigues (2011, p.26) fala sobre a parceria entre o Comitê Intertribal e o Ministério do Esporte:

> *O Comitê Intertribal em parceria com o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL serão os responsáveis pela realização neste ano de 2011, da XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Será o terceiro evento que realizaremos juntos.*

> *Do ano de 2007 até a presente data, podemos dizer que houve uma grande evolução de confiança e de conhecimento para ambos os parceiros. Aprendemos muito durante este processo. A questão indígena é hoje no nosso Ministério tema de pesquisas, programas e outras ações políticas, científicas e de tecnologia de gestão. Estes Jogos propiciaram também um avanço nas ações intersetoriais do Ministério do Esporte na parceria com outros Ministérios como: o Ministério da Saúde, da Educação, do Turismo, Justiça, da FUNAI e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).*

1.4 Políticas de Investimentos do Estado

Os Jogos dos Povos Indígenas têm, ao longo da suas edições, investimentos do Governo brasileiro por meio dos Ministérios aos quais estãp agregados diretamente. No Ministério da Educação, Ministério Extraordinário do Esporte, Ministério do Esporte, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça.

Os dados aqui apresentados são extraídos dos documentos intitulados Tomadas de Contas do Ministério do Esporte (2003, 2004, 2005, 2006), além desses documentos há informações no Diário Oficial da União e do Orçamento Indigenista da União – LOA 2008 (Lei Orçamentária Anual) & PLOA 2009 (Parecer Preliminar Aprovado – Portal Orçamentário).

O primeiro documento contendo prestação de contas é do ano de 2003, quando o Ministério do Esporte completa o primeiro ano de existência, no qual apresenta os investimentos desse Ministério desde 1994. A partir de 2004 são elaborados anualmente documentos extensos nos quais contém todas as ações do Ministério do Esporte, bem como previsões orçamentárias para o ano seguinte.

> "Efetivamente, nem sempre é lembrado que foi em 2003 que, pela primeira vez, o Esporte assumiu importância suficiente no plano de governo para justificar seu tratamento como pasta independente. Assim, ao completar seu primeiro ano de existência, o Ministério do Esporte demonstra que sua criação foi uma decisão acertada do presidente Lula. Fazer muito com pouco, mobilizar a sociedade, promover a inclusão social através do esporte e fazer da atividade esportiva algo tão essencial quanto a educação e a saúde, são objetivos que vêm sendo alcançados. (BRASIL, 2003, p. 4)

O documento apresenta que o Ministério do Esporte recém criado contribui, por meio do Esporte e Lazer a inclusão social, demonstrando sua importância no cenário brasileiro, assim como outros como da Saúde e Educação.

As justificativas para os investimentos, no Esporte e especificamente para programas de Esporte e Lazer, vão sendo apresentadas e nesse conjunto encontra-se entre outros eventos os Jogos dos Povos Indígenas. Como pode-se observar a seguir:

> "Outras atividades ligadas ao antigo programa Esporte Solidário, estão sendo incorporadas, de modo ampliado, pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade, através do qual será efetivamente implantada a política de lazer do Governo. Este novo programa vai adquirir, ainda em 2004, uma dimensão extremamente significativa, também buscando parcerias como a que está sendo realizada com o Ministério da Saúde, por meio de amplo programa de incentivo ao esporte e ao lazer como elementos preponderantes de saúde. Também foram revitalizados eventos esportivos de grande importância. Os jogos da juventude, escolares e universitários estão ganhando uma nova dimensão na vida de nossa juventude. O mesmo ocorre com eventos que realçam a identidade nacional, como os Jogos dos Povos Indígenas e os esportes de criação nacional, como é a capoeira, por exemplo." (BRASIL, 2003, p.6)

No programa de incentivo ao esporte e lazer, o Ministério do Esporte aponta para atividades que consigam abranger um grande número de pessoas, que por meio dessas práticas possam proporcionar benefícios mais amplos como a saúde dos sujeitos e ampliação das redes nessas atividades.

Os investimentos públicos nos Jogos dos Povos Indígenas por meio de seu objetivo coloca a presença do esporte de criação nacional como meio de integração. Sendo um conceito novo de esporte admitido pelo Ministério.

> JOGOS INDÍGENAS: O objetivo do sistema é automatizar o encontro e o intercâmbio esportivo-cultural entre os diferentes povos indígenas brasileiros, revelando ao público o universo que traduz a harmonia e equilíbrio das sociedades tribais, manifestado através de suas danças, cantos, pinturas corporais e gestos esportivos próprios, o autêntico ritual do esporte de criação nacional. Investimentos Públicos nos Jogos dos Povos Indígenas. (BRASIL, 2003, p. 21)

O Quadro 1 refere-se aos investimentos públicos nos Jogos dos Povos Indígenas, serão apresentados outras fontes de recursos nos quadros 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Quadro 1. Valores homologados para a realização dos JPIs.

Ano/ Cidade	Aprovado:	Homologado:	FONTE
1996 – Goiânia	R$ 479.896,35	R$ 276.645,00	(2003, p.119 e p. 164)
1999 – Guaira – PR		R$ 307.974,31	(2003, p. 139)
2000 – Marabá – PA		R$ 340.255,55	(2003, p.147)
2001 – Campo Grande – MS		R$ 560.000,00	(2003, p. 150)
2002 – Marapanim – PA		R$ 700.000,00	(2003, p. 106)
2003 – Palmas – TO		R$ 911.411,50	(2003, p. 109)

2004 – Porto Seguro		**R$ 550.000,00**	**(2004, p. 114)**
2005 – Fortaleza		**R$ 800.000,00**	**(2005, p. 108)**
2007 – Recife/Olinda			**Sem informação oficial**
2009 – Paragominas			**Sem informação oficial**
2011 – Porto Nacional		**R$ 1.750.000**	**(2011, p.8)**

Fonte: (BRASIL, 2003, 2011)

Ao apresentar os Jogos dos Povos Indígenas, o documento traz seu objetivo definindo como esporte de criação nacional e que deve proporcionar encontro e intercâmbio entre os indígenas. Esse objetivo prossegue pelos anos seguintes nas prestações de contas. Vale destacar que as Tomadas de Contas que se refere aos anos de 2007 e 2009 não foram publicadas por estarem em processo de revisão pelo Tribunal de Contas da União.

No ano de 2004 as ações do Ministério prosseguem no Programa Esporte de Criação Nacional[37], como foi apresentado na prestação de contas, conforme documento:

Quadro 2 - Execução financeira e física do Programa até o dia 31/12/2004.

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Fomento à Implantação de Centros de Memória do Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural - 2350 (CENTRO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	100.000,00	0,00
Funcionamento de Núcleos de Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural - 2344 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	445,00	0,00	100.000,00	0,00
Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e de Criação Nacional - 2494 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	1,00	2,00	550.000,00	550.000,00
TOTAL			750.000,00	550.000

Fonte: SIGPLAN e Relatórios de Gestão do Programa. (BRASIL, 2004, p. 114)

Quadro 3 – Execução Financeira

2494 - Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e de Criação Nacional			
Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	1,000	2,000	200,00
Financeiro	550.000	550.000	100,00

Fonte: SIGPLAN e Relatórios de Gestão do Programa. (BRASIL, 2004, p. 114)

[37] "PROGRAMA ESPORTE DE CRIAÇÃO NACIONAL E DE IDENTIDADE CULTURAL: O Programa Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural é uma iniciativa do Ministério do Esporte que tem por objetivo "incentivar a prática das modalidades esportivas de criação nacional e de identidade cultural, possibilitando a difusão e o conhecimento da sua história". Seu público-alvo é constituído pelos praticantes de modalidades esportivas de criação nacional e de identidade cultural. As ações do Programa Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural – o Programa Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural possui três ações orçamentárias, a saber:
- 1255.2350 – Fomento à Implantação de Centros de Memória do Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural; - 1255.2344 – Funcionamento de Núcleos de Esporte de Criação Nacional e de Identidade Cultural; e - 1255.2494 – Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e de Criação Nacional." (BRASIL, 2004, p 113)

Quadro 4 – Execução financeira

2494-0001 – Nacional – 51101 (evento realizado/unidade) – Atividade			
Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	1,000	2,000	200,00
Financeiro	550.000	550.000	100,00

Fonte: SIGPLAN e Relatórios de Gestão do Programa. (BRASIL, 2004, p. 114)

Conforme o quadro os resultados alcançados pelo programa esporte de criação nacional e de identidade cultural a realização dos VII Jogos dos Povos Indígenas, no período entre 20 e 27 de novembro de 2004, em Porto Seguro/BA, beneficia cerca de 600 atletas, de 37 etnias. (BRASIL, 2004, p. 115)

A Tomada de Contas do ano de 2005 apresenta a execução orçamentária, conforme quadro:

Quadro 5 – Tomada de Contas, 2005

R$ 1,00

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	LEI + CRÉDITO	EMPENHOS EMITIDOS	PAGAMENTOS EFETIVADOS
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	800.000	800.000	800.000
Brasil no Esporte de Alto Rendimento	53.756.000	31.244.750	5.801.338
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	14.485.000	12.402.755	10.158.202
Rumo ao PAN 2007	57.390.000	6.400.930	5.722.832
Esporte e Lazer na Cidade	363.748.600	219.852.833	10.179.692
Segundo Tempo	159.086.737	123.974.264	50.703.328
TOTAL	649.266.337	394.675.532	83.365.392

Fonte: SIAFI (BRASIL, 2005, p. 108)

No programa “Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural os resultados apresentados referentes a realização dos VII Jogos dos Povos Indígenas, com a participação de 600 indígenas de 25 etnias.

Quadro 6 – Tomada de contas, 2005

ORÇAMENTO ESPECIFICADO DOS JOGOS INDÍGENAS NACIONAIS 2005	**Valor**
ARENA PARA 5.000 PESSOAS - ELETROBRÁS	130.000,00
ARENA PARA 5.000 PESSOAS - BANCO DO BRASIL + 1000 camisetas	125.000,00
RECURSOS DE PATROCÍNIOS INVESTIDOS EM 2005	**255.000,00**
AÇÕES ESPECÍFICAS PARA DESENVOLVIMENTO DO EVENTO DO M. ESPORTE	800.000,00
FUNASA	100.000,00
MinC	50.000,00
SUB-TOTAL	**1.205.000,00**
CONTRAPARTIDA DO GOVERNO DO ESTADO	300.000,00
CONTRAPARTIDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	100.000,00
SUB-TOTAL	**400.000,00**
RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM 2005	**1.605.000,00**

Fonte: Relatório Equipe Técnica SNEED/ME (BRASIL, 2005, p. 199)

No ano de 2006 não acontecem os Jogos Nacionais, etapas Regionais e Estaduais, têm investimento público de R$ 602.966,06, conforme especificado no quadro:

Quadro 7 – Tomada de contas, 2006

027.812.0150.2494/0001 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas							
N°	UF	N° Convênios	Entidade	Eventos	Valor	N°.Pessoas Atendidas	N° Etnias Atendidas
1	CE	137/05	Secretaria de Esporte e juventude do Ceará	3° Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará	50.000,00	600	8
2	DF	321/06	Sociedade Nheengatu	1° Jogos dos Povos Indígenas de Pernambuco	138.578,82	400	10
3	TO	TERMO DE COOP. TÉCN. N° 020/06	Fundação Universidade Federal do Tocantins	1°Jogos dos Povos Indígenas do Tocantins OBS: Evento acontecido porém os recursos no valor de R$ 68.245,28 , foram devolvidos pela Universidade por problemas internos		315	8
4	DF	275/05	Organização Indígena Portal do Xingu	2° Jogos Indígenas do Xingu	40.053,74	600	14
5	MG	431/06	Instituto Cidade	1° Taça das Nações Indígenas de Futebol OBS: a pagar em Janeiro	374.333,50	600	23
					602.966,06	**2.515**	**63**

(BRASIL, 2006, p. 312) PROGRAMA 0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS – AÇÃO 2494 – REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

O Ministério do Esporte e a SEPPIR/PR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República) fazem-se presentes na realização desta ação, por meio da parceria estabelecida através de uma Comissão Interministerial, que, além das duas pastas governamentais, tem a participação da FUNASA/Ministério da Saúde, FUNAI, Ministério da Cultura, Ministério da Educação. (BRASIL, 2006, p.312)

2011 – Porto Nacional – TO – total: R$ 1.800.000,00 (Termo de Referência dos Jogos dos Povos Indígenas 2011, p. 8)

- Ministério do Esporte/recurso nacional: R$ 1.300.000,00
- Governo do Estado do Tocantins: R$ 300.000,00
- Ministério do Turismo: R$ 150.000,00
- Patrocínio: R$ 50.000,00

Os investimentos são muito inferiores se comparados com os Jogos Escolares Brasileiros, num país onde há essa minoria o investimento não é tão grande.

1.5 Relações/tensões entre Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena e Ministério do Esporte

As relações entre Comitê Intertribal e Ministério do Esporte referentes aos Jogos dos Povos Indígenas, perpassam pela lógica na organização de um evento esportivo e pelas relações interpessoais. Vale lembrar que os Jogos dos Povos Indígenas propiciam relações intersetoriais do Ministério do Esporte com outros Ministérios: como Ministério da Saúde, da Justiça, do Turismo e da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).

Nos Jogos dos Povos Indígenas realizados em Fortaleza 2005 podemos perceber como as relações interpessoais se estabelecem de modo a contribuir com a organização, conforme Secco:

> A partir do ano de 2005, o Governo Federal priorizou, na política nacional, a questão dos povos indígenas, assim como os quilombolas, assim como outras etnias. Foi então criada uma Secretaria Especial para promoção da igualdade racial que vem desenvolvendo, conjuntamente com o Ministério do Esporte, também essa questão dos povos indígenas. ... Hoje ela também é uma parceira nessa ação que hoje está dentro do Ministério da Cultura, que é um outro parceiro nosso nos Jogos Indígenas, e vinculado à estrutura da Funai. É claro que os Jogos Indígenas não aconteceriam se não houvesse a participação – até nem digo da Funai e nossa – mas da entidade que é responsável pela realização dos jogos, como pelo processo de organização. Nós, do Ministério, ficamos no processo de organização, trazendo os demais parceiros. No caso, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, o Banco do Brasil como uma entidade financiadora, e outras instituições. Qual é a repercussão desses jogos, no sentido restrito e no sentido mais amplo, em relação à própria população indígena? Ou seja, eles vão lá, participam dos jogos e depois? O que isto traz para a comunidade indígena? Até hoje não houve nenhum processo, por parte do Ministério, de avaliação dessa ação. Esse ano, a gente já está discutindo isso, na equipe que está organizando esses jogos. Está discutindo essa necessidade de um processo de acompanhamento e avaliação, a necessidade de se iniciar esse processo, seja nesse governo, seja no próximo. (SECCO, 2005).

Se por um lado Secco (2005) como representante do governo nos Jogos dos Povos Indígenas se preocupa com o papel do Ministério e propõe uma avaliação junto aos

organizadores indígenas para futuras tomadas de decisão, por outro Ivone Cogo na condição de representante do Ministério antecipa decisões, na sua fala é possível constatar:

> *O Ministério do esporte tem uma ação que se chama jogos dos povos indígenas que a gente faz atualmente em dois e dois anos. Um ano a gente realiza os jogos nacionais e no outro a gente atende as demandas estaduais ou étnicas. Essa ação é desenvolvida ou executada por meio de um Governo do Estado geralmente ou da Prefeitura. Existe um convenio do Ministério dos Esportes com estado e realiza os jogos com apoio técnico de outras entidades. Este ano nos temos uma modificação; de agora em diante nos jogos nos vamos envolver lideranças indígenas dentro da comissão organizadora. Então vai ser formada uma portaria ministerial, uma comissão organizadora onde fazem parte oito lideranças de etnias* (COGO, 2007, informação oral).

As tensões, neste caso, nas relações de poder entre os organizadores indígenas e Ministério do Esporte podem ser observadas nas falas Luciana Secco (2005) quando demonstra sua sensibilidade relatar a necessidade de uma avaliação dos Jogos dos Povos Indígenas para tomadas de decisões por parte do Governo e da fala de Ivone Cogo quando apresenta uma alternativa de organização dos Jogos dos Povos Indígenas sem ter a preocupação de saber se os idealizadores desses Jogos concordavam ou não com sua decisão, sobre esse assunto Carlos Terena (2010, p. 183) fala:

> *Assim, [...]a professora [Ivone, que trabalhava no ME] ela começou a interferir dentro das nossas decisões. [...] a gente chegava lá para outra professora, a outra diretora [e falava...] olha a funcionária está se intrometendo muito nas questões indígenas, parece que quanto mais falava, mais complicava. [... ela] começou a ligar para etnias querendo fazer reuniões sem o nosso conhecimento [...] teve situações difíceis para administrar depois [...], começou a viajar para as áreas indígenas, começou a tomar conta [...] e como ela falou nos últimos jogos lá no Mato Grosso [...]. (informação oral)*

Por outro lado o olhar sobre a organização dos Jogos dos Povos Indígenas de Rejane Penna Rodrigues já está mais sensível às reinvindicações de Carlos Terena e Marcos Terena enquanto indígenas organizadores. Rodrigues (2011) aponta:

> *Os Jogos Indígenas até um determinado tempo eles, aí até o próprio Marcos colocou, eles eram tratados como forma de evento com patrocínio então o Ministério era mobilizado no ano da atividade dos Jogos e era tratado como financiamento de um evento, e com algumas dificuldades de entendimentos as vezes quem financia quer se apropriar e aí havia muitas tensões entre o Comitê e o órgão financiador, muitas vezes o próprio Ministério do Esporte, [...]E aí nós tínhamos dificuldades pela desconfiança, uma dificuldade que eles não colocaram aqui por eu ser*

> *mulher (risos...) tivemos que vencer essa barreira também, mas agora ta superado, temos uma presidente mulher, e eles já falaram que é de igual para igual e pela falta de dinheiro mesmo, [...] Nós fizemos uma série de reuniões aí tem a questão política também num sentido mais amplo , [...] tem um partido, tem outro partido, e os indígenas sempre transitando no meio, tentando dar um equilíbrio. Nós acabamos chegamos a conclusão de realizar no Estado de Pernambuco.*

As tensões entre os organizadores indígenas e o governo ficam evidentes ao observarmos como se iniciam as discussões sobre o local a ser realizado o evento, quanto ao projeto e suas implicações políticas. E a chegada a um consenso dos papeis de cada um na organização dos Jogos.

As tensões vivenciadas pelos organizadores e participantes dos Jogos dos Povos Indígenas de Fortaleza também se revelam em outra instância com outros atores, conforme descrito no relatório de pesquisa Rocha Ferreira:

> Na diversidade de atores, o evento também pode ser palco para outras disputas políticas, como o ocorrido em Fortaleza (2005). Uma decisão do "juiz Jorge Luiz Girão atrasou em algumas horas a cerimônia de abertura da 8ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Girão Bandeira suspendeu a realização do evento alegando não existir autorização oficial para a realização dos Jogos no aterro da Praia de Iracema" (BARDAWIL, 2005). As razões e disputas políticas, comentadas no momento, se houveram, entre o juiz, o promotor e os secretários de esporte e/ou cultura não foram esclarecidas. No final a questão foi resolvida com interferência de diferentes representantes, pois a praia pertence à União. Os participantes tinham decidido invadir a arena na abertura, mesmo sem autorização. (2005, p. 70)

Os embates não são somente com o Ministério do Esporte, nesse caso podemos notar que há a interferência de diferentes representantes para contribuírem na solução do problema.

Para organização da décima primeira edição dos Jogos dos Povos Indígenas, o Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena (ITC), com financiamento do Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e o Ministério da Cultura se reúnem para decidirem o local onde serão realizados.

Em reunião, os representantes desses setores escolhem a Cidade de Porto Nacional na Ilha de Porto Real, cidade localizada no Estado do Tocantins. Porto Nacional tem 273

anos de história e 173 anos de emancipação política, está localizada a 63 km Palmas capital do Estado e tem uma população de 49.143 hab (IBGE/2010).

Para tanto, os líderes e organizadores indígenas por meio do ITC estabelecem e ampliam as parcerias com o Governo do Estado do Tocantins e com a Prefeitura de Porto Nacional. Formam a figuração: com o Ministério da Educação, com o Ministério do Turismo, com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Saúde – SESAI, com a FUNAI, com o Ministério da Cultura, com a Secretaria de Promoção Social da Igualdade Racial, e com Gabinete do Senador Vicentinho Alves – TO/PR.

Após determinarem o local dos Jogos dos Povos Indígenas, escolhem o período para a sua realização, de 08 a 15 de outubro de 2011, com lançamento marcado para o dia 08 de agosto de 2011 em Porto Nacional, conta com a presença de pelo menos um representante de cada setor envolvido no lançamento dos Jogos.

Os preparativos para o evento consistem na construção de uma "Aldeia Olímpica Indígena" na Ilha de Porto Real para receber aproximadamente 1300 indígenas de cerca de 35 etnias, de diferentes regiões do país, além da montagem de uma estrutura para receber uma platéia de aproximadamente oito mil pessoas. "Além disso, são esperados líderes e observadores indígenas de outros países (Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Equador, EUA, Guiana Francesa, Peru e Venezuela)" conforme informação de Marcos Terena.

No contexto das articulações um fato relevante se torna obstáculo para a organizadores dos XI Jogos dos Povos Indígenas: um novo padrão de convênio, de contratos e rapasses é estabelecido pelo Governo Federal. Nesse processo encontra-se a dificuldade da cultura indígena em lidar com a burocracia do Estado.

Torna-se necessária a publicação de uma portaria de instituição de chamada pública para a realização dos XI Jogos dos Povos Indígenas, para selecionar os projetos que receberão os recursos do Orçamento Geral da União, que prevê a organização, a realização e a avaliação do evento.

O então Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, institui uma chamada pública para a realização da XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas, com a finalidade de selecionar os projetos que receberão recursos do Orçamento Geral da União, na Portaria nº. 165, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 nº. 196 de 11 de outubro de 2011, página 78, e o edital de chamada pública na Seção 3 do Diário

Oficial da União de 11 de outubro de 2011 nas páginas 124 e 125. Teve o período de 11 a 25 de outubro para cadastramento e envio das propostas e uma segunda fase análise e seleção das propostas entre os dias 26 e 27 de outubro. Enfim, o projeto do Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena - ITC é escolhido para organizar, realizar e avaliar a XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas de 2011.

Esse fato causa tensão entre os diferentes setores, os organizadores Marcos Terena e Carlos Terena e o Governo, pelo edital a organização geral dos Jogos dos Povos Indígenas não poderá ser feita com as regras anteriores de convênios com ONGs, deverá seguir outros procedimentos legais e como consequência se faz necessária a alteração das datas de início e encerramento dos Jogos de Porto Nacional.

Nas relações entre os organizadores indígenas e os representantes do Ministério do Esporte há encontros/desencontros das ações, quando da coordenação dos Jogos dos Povos Indígenas. Bonalume (2011) aponta avanços dessas relações:

> *Você sempre tem que ter uma coordenação central, no caso da rede núcleo, no caso da intersetorialidade, alguém que faça essa ponte, é a gente sempre procura colocar o Comitê com esse papel, mas pela própria característica do grupo do Comitê Intertribal, acaba que fica muito mais no Ministério essa coordenação do que neles e não porque a gente queira passar por cima, mais por uma própria demanda deles, eles se colocam como frágeis nessa questão de fazer a coordenação desse movimento e aí acaba que o Ministério tenta fazer mas também fica ruim porque quando são duas coordenações, embora uma de fato e outra de direito, a gente também acaba criando uma certa duplicidade e aí as pessoas se dirigem a eles e outras se dirigem a nós, assim como imagino toda rede.* (Informação oral)

Nessa afirmação, as relações de poder entre os organizadores do governo e indígenas se revelam, seria ingenuidade simplesmente acreditar na afirmação sobre o papel dos coordenadores no evento como "de fato e de direito", tudo leva a crer que esses papéis estejam relacionados à lógica interna de tomada de decisões e à oscilação de poder entre os organizadores. Esta oscilação está ligada às novas relações de poder na organização dos Jogos dos Povos Indígenas. Os representantes do Governo têm uma lógica voltada às questões burocráticas, ou mesmo na ação/atuação com tempos e espaços diferentes, a lógica para a tomada de decisão por parte dos organizadores indígenas esta voltada para as experiências/vivências, esta reflexão nos remete a oscilação dos pratos de uma balança. Não obstante, neste caso estamos tratando dos assuntos relacionados à troca de experiências

entre os organizadores governamentais e indígenas no campo da organização dos Jogos dos Povos Indígenas. Outra questão que se deve levar em consideração "é a mobilidade dos empregos dos organizadores do poder público [...] e, portanto, as negociações do Comitê Intertribal necessitam sempre ser retomadas nas novas edições."(ROCHA FERREIRA, 2005, p.71).

As relações interpessoais na realização/execução das atividades nos Jogos dos Povos Indígenas também são desveladas quando da organização desse evento. Na realização das práticas corporais e competições durante esses Jogos o período de realização de cada atividade é determinado no momento em que se reúnem para as iniciarem.

> *O Marcos,[...] não quer que a gente vá colocando uma organização que engesse, que fique com cara de jogo de branco, mas isso não quer dizer que seja desorganizado*[...] *pra eles tem uma lógica, porque aí muda a regra, combina tudo ali na frente, pra eles tudo é muito tranquilo. (Informação oral Claudia Bonalume, 2011)*

Nessa fala a racionalização do período de tempo das atividades fica evidente se levarmos em consideração a perspectiva do não índio, por outro lado para o indígena isso não acontece, essa é uma questão que pode ser melhor analisada nas relações entre o Governo e Jogos dos Povos Indígenas, como avanços dessa relação.

Capítulo V – Práticas Corporais

O conjunto de práticas descritas corresponde às já apresentadas em alguma edição dos Jogos dos Povo Indígenas, não necessariamente em todas, algumas delas acompanham os Jogos desde sua criação, como o lançamento com o Arco e Flecha, a Corrida com Toras ou a Luta Huka Huka. Para os idealizadores desses Jogos a cada edição se faz necessária a presença de novas práticas corporais, a fim de permitir às diferentes etnias que apresentem suas práticas culturais aos outros povos indígenas e não indígenas.

Arena dos Jogos dos Povos Indígenas – Foto: Roberta Tojal

As práticas corporais consideradas pelos indígenas como 'tradicionais'[38] são as que fazem parte de seus rituais, e as práticas "ocidentais" como o futebol compõem os Jogos dos Povos Indígenas e revelam as manifestações culturais desses povos, com intenção de celebrar o encontro das etnias sem se preocuparem com resultados ou performances.

Carlos Terena nos elucida acerca da sua concepção dessas práticas corporais:

> O lançar a flecha certeira no Hipipi, o mergulho corporal no jogo Jikunahati, o ajoelhar na disputa do Huka Huka, o cortar, carregar e correr com o tronco do buriti do Wuiede, o bater das bordunas no Ronkrãn, o emitir dos sons das taquaras para o ritual do Kohixoti Kypahi, os movimentos e gestos corporais do Kuarup, compõem uma rica diversidade ritualística, que pode ser caracterizada como esporte e prática cultural. (TERENA, 2011, p. 20)

Arena dos Jogos dos Povos Indígenas – Arco e Flecha – Foto: Deoclecio Rocco Gruppi

[38] E o saber tradicional não é sua antiguidade, mas a maneira como ele é adquirido e como é usado, ou melhor formas particulares, continuamente colocadas em prática na produção dos conhecimentos (GALLOIS, 2006).

Sobre os Jogos 'Tradicionais' Indígenas verificamos na publicação de Rocha Ferreira *et al* no Atlas do Esporte no Brasil[39] a seguinte definição:

> Os jogos 'tradicionais'[40] indígenas são atividades corporais, com características lúdicas, pelas quais permeiam os mitos e valores culturais. Eles requerem um aprendizado específico de habilidades motoras, estratégias e/ou chances. Geralmente, são jogados em rituais, para agradar a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros. Visam, também, a preparação do jovem para a vida adulta, a socialização, a cooperação e/ou a formação de guerreiros. Os jogos ocorrem em períodos e locais determinados, as regras são dinamicamente estabelecidas, não há geralmente limite de idade para os jogadores, não existem necessariamente ganhadores/perdedores e nem requerem premiação, exceto prestígio. (ROCHA FERREIRA *et al*, 2005, p. 1.33)

Os jogos 'tradicionais' quando realizados nos Jogos dos Povos Indígenas são representações do que se pratica na aldeia e atendem às necessidades do local onde acontecerão, ou seja, na arena ou outro local determinado pelos organizadores.

Essas práticas são trazidas da aldeia para a cidade com anuência do Cacique ou Conselho Indígena a que pertencem, têm a intenção de representar a cultura nos Jogos dos Povos Indígenas e proporcionam um momento de conhecimento recíproco entre indígenas e entre estes e os não indígenas.

[39] Atlas do esporte no Brasil : atlas do esporte, educação fisica e atividades fisica de saude e lazer no Brasil = Atlas of sports in Brazil, atlas of sport, of physical education and physical activities for health and for leisure in Brazil / Lamartine DaCosta organizador.

[40] Estas aspas foram colocadas pelo autor da tese, leva em consideração a definição de Gallois.

Arena dos Jogos dos Povos Indígenas – Jogo Rokrã - Foto: Roberta Tojal

Futebol

José Ronaldo Mendonça Fassheber[41] direciona seu trabalho para o Etno-Desporto Indígena analisando o Futebol entre os Kaingang.

A presença do futebol nas Terras Indígenas, por exemplo, dos Kaingang pode ser observada em Fassheber (2010, p.103):"o futebol tornou-se prática incorporada à vida

[41] O autor recebeu prêmio pela obra "Etno-Desporto Indígena: A antropologia social e o campo entre os Kaingang em 2008 no "1º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL" pelo Ministério do Esporte.

Kaingang há mais de oitenta anos […]". O autor em sua pesquisa mostra como essa modalidade está presente nas Terras Indígenas dos Kaingang e que faz parte do seu cotidiano. Em seu trabalho, enfoca "as relações entre o futebol e a vida comunal e social dos Kaingang"(idem).

Fassheber (2010, p. 91) defende o Etno-Desporto como "segunda natureza" quando discute a questão a presença do futebol em diferentes culturas quando se torna congruente às especificidades de cada cultura.

Carlos Terena (2007) justifica a presença do futebol, uma modalidade praticada desde a primeira edição dos JPIs, e na sua visão deve ser excluída, por não fazer parte da cultura de seus antepassados:

> *Em Goiânia, um projeto piloto nasceu, aí começamos sim a montar essa questão dos chamados jogos indígenas, projetos, experiências, fomos assim, digamos limpando os jogos e dando um caráter dele mesmo assim indígena, e hoje a gente já se consolida, creio que nos próximos jogos indígenas já vai se considerar como modelo para os verdadeiros jogos indígenas, tratanto que nesses próximos jogos não vamos ter a mais a modalidade de futebol, porque a gente fez um projeto alimentando isso, agora nós vamos e eliminar o futebol se você pegar o primeiro video histórico do primeiro jogos você vai ver que todo mundo estava interessado de jogar bola, isso vai também fazendo com que a gente plante essa ideia principalmente entre os jovens.*

Falando do futebol, Carlos Terena diz: "no Brasil é um esporte que poderia congregar/reunir os povos numa manifestação de sua cultura", cultura não indígena. Nas Terras Indígenas o futebol também é um esporte muito praticado, Carlos Terena diz "nossos parentes querem jogar bola", mas ao longo das edições dos Jogos dos Povos Indígenas foi notada a relevância de apresentarem suas manifestações culturais que nos ritos se fundem. O esporte, um dos primeiros objetivos dos Jogos dos Povos Indígenas, foi deixado em segundo plano, embora tenha jogos/competições de futebol a cada edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Carlos Terena (2007) apresenta algumas curiosidades sobre os Jogos dos Povos Indígenas, no artigo "O Importante não é Ganhar, mas Celebrar", e uma delas se refere ao Futebol:

> Em um jogo de futebol disputado entre duas equipes indígenas nos I Jogos (Goiânia, 1996), numa acirrada disputa de bola dentro da área, aquela

> jogada confusa que quase ninguém enxerga, a bola bate em cima da linha do gol e fica aquela dúvida se entrou ou não. O atleta atacante gesticula para o juiz, pois não fala o português, questiona que a bola poderia ter ultrapassado a linha do gol. Imediatamente, o goleiro adversário, com a bola na mão (em jogo), chama o atleta e coloca a bola em cima da linha e solta, mostrando que ela havia quicado; o atacante fica olhando e acenando com a cabeça dizendo sim, e se afasta, correndo para o centro do campo. O atacante poderia ter chutado a bola e feito o gol, pois estava em jogo, mas isso não foi feito.

Esse fato ocorrido no futebol, nos Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia, é relatado por Carlos Terena, ele tenta reafirmar o autocontrole dos jogadores, uma jogada duvidosa poderia levar ao desequilíbrio das tensões, o que não ocorre, tudo leva a crer que nessa situação se pode confirmar o envolvimento das equipes para celebrar. Contudo, o autor anteriormente fala da idéia de retirar o futebol dos Jogos, esse esporte fez parte de todas as edições dos Jogos dos Povos Indígenas.

O futebol, por exemplo, muito pesquisado e praticado no Brasil, também tem seu lugar nas aldeias. Percebemos sua presença nas primeiras edições dos Jogos dos Povos Indígenas, pelas imagens e declarações, nos primeiros Jogos, o futebol de campo, nas edições posteriores o futebol de areia, com participação, tanto de equipes masculinas quanto femininas foi marcante.

A escolha pelo esporte nos Jogos dos Povos Indígenas, foi o ponto de partida que possibilitou a compreensão e abrangência desses Jogos.

> *No começo, nós achávamos que seria o encontro dos povos para praticar o esporte, mas com o tempo nós fomos entendendo que realmente através desse mecanismo, desse evento, nós descobrimos que ele estava proporcionando cada povo se conhecer e se espelhar um no outro e fortalecer a cultura de cada povo* (CARLOS TERENA, 2009)

A propósito, nas questões referentes à prática dos Jogos dos Povos Indígenas, seus idealizadores tiveram momentos tensos, como podemos verificar na fala de Marcos Terena (2007):

> *Foi importante porque ao mesmo tempo nós precisávamos também conscientizar o Ministério do Esporte de que essa atividade não era um campeonato de índios, de esportes indígenas, não..., tinha toda uma celebração, uma tradição, um rito (ênfase) que a gente faz na aldeia e que precisava ser trazido pra cidade, onde geralmente o flecheiro mais capaz de atingir o alvo, são os mais velhos, então não havia a coisa da idade, né a simbologia da força física e então essa*

> *esse tipo de trabalho, fez com que a gente fosse promovendo ao longo dos anos e em lugares diferentes o sentido dos jogos dos povos indígenas.*

O sentido do futebol nos Jogos dos Povos Indígenas vai além do conceito de esporte de alto rendimento, mas um momento de celebração com outros povos, por meio das práticas corporais. Investigar como esse "esporte" se integra no universo indígena, pode ser um começo para outras pesquisas sobre os Jogos dos Povos Indígenas.

O trabalho publicado por Arthur José Medeiros de Almeida[42] (2008) aborda questão sobre o processo pelo qual passaram as práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas, desde as primeiras edições, se refere ao "processo de *esportivização"*[43] e esse processo foi debatido por pesquisadores. Para o autor "a estruturação dos Jogos dos Povos Indígenas contribui para o desenvolvimento de um processo de *esportivização* das práticas corporais desses povos" (ALMEIDA, 2008, p. 9). Pesquisa sobre o tema esportivização deve ser tratada com cuidado pois são conceitos que me parecem frágeis e demandaria uma investigação mais profunda sobre o tema e retomarei no capítulo da discussão desta tese.

Os organizadores não querem que os Jogos dos Povos Indígenas passe por esse processo (de esportivização), em virtude de representarem elementos da vida social, de rituais e de cerimônias. A tensão sobre essa afirmação gerou debates, sobretudo por parte de pesquisadores e dos idealizadores dos Jogos.

Categorias

Vicente (2011) no trabalho de campo nos Jogos Estaduais de Conceição do Araguaia – Pará (2006), IX Jogos dos Povos Indígenas de Recife e Olinda – PE (2007) e nos I Jogos Interculturais de Campo Novo do Parecis – MT (2007) emprega a seguinte classificação das categorias das práticas corporais:

> a) Modalidades Tradicionais – arco e flecha; lançamento de lança; cabo de guerra; canoagem e corridas de toras.

---

[42] Recebeu em **2010** - 2 º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL 1º Colocado Categoria: Dissertação Centro-Oeste, Ministéiro do Esporte. Em **2010** - 2 º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL 3º Colocado Categoria: Ensaio Nacional, Ministério do Esporte.

[43] Esportivização – processo de transformação de certas práticas corporais em esporte institucionalizado, com regras oficiais.

> b) Atividades Demonstrativas – corrida de toras, Jãmparti, Kagót; Lutas corporais; Peteca; Ronkã; Xikunahity e Zarabatana.
> c) Modalidades não indígenas – corrida de fundo; corrida de velocidade; futebol masculino e feminino; natação. (2011, p. 383 - 425). A autora baseou-se nas categorias estabelecidas pelos organizadores desses Jogos.

Arena dos Jogos dos Povos Indígenas – Arco e Flecha – Foto: Deoclecio Rocco Gruppi

As categorias organizadas das práticas corporais dos XI Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional – TO (2011) foram: a) Jogos Nativos de Integração (Arco e Flecha, Arremesso de Lança, Canoagem, Cabo de força, Corrida de Tora, Corridas de Velocidade, Corrida de Resistência, Canoagem e Natação); b) Jogos Tradicionais Demonstração (Corrida de tora, Lutas Corporais, Jikunaahti, Hipipi, Katulaywa, Jawary, Tihimore, Rõkran, Peikran, Kagót, Insistró, Jãmparty, Nhwra reni, Ngokhôn Kaseke, Khwra ro nô, Kgwra remi, Pásy hrã dáki, Pênsog thâky, Xaká-akere.); c) Futebol; Apresentações Culturais Indígenas e Regionais.

Para Rocha Ferreira:

> As práticas corporais apresentadas nos eventos representam atividades de (i) sobrevivência no cotidiano das aldeias, como arco, flecha e canoagem utilizados na caça e pesca, (ii) inseridas em rituais como corrida de toras,

> lutas e (iii) outras, de caráter geral como os jogos de cabo de guerra e futebol. (2011, p.34)

No texto do Atlas do Esporte no Brasil foram estabelecidas categorias das prática corporais dos Jogos dos Povos Indígenas, com base em Veerle Van Mele e Roland Renson (1992) que publicaram especificamente sobre os Jogos Indígenas e deram "ênfase nas relações internas de categorias divergentes, dentro de um dado sistema sócio-cultural" (ROCHA FERREIRA et al, 2005, p. 1.33), estabelecem categorias relacionadas a jogos, festas. E Marina Vinha (1999, p.43) elabora um quadro com as brincadeiras relatadas pelos índios Kadiwéu e estabelece as categorias "brincadeira, modalidade, finalidade, estratégia e época", discute sobre o "Corpus/Brincadeira" dessa etnia. Esses pesquisadores deram ênfase nas relações internas como a finalidade da brincadeira ou do jogo nas atividades praticadas entre indígenas, pesquisados *in loco* com profundidade nos mostram as diferentes possibilidades de classificação dessas atividades. A tabela abaixo sobre a tipologia dos Jogos da América do Sul elaborada por Mele e Renson, 1992:

Tabela 1 Tipologia dos jogos adaptados de diferentes autores: Cullin (1975), Roberts, Arth e Bush (1959) e Mele e Renson, 1992.

<table>
<tr><td colspan="13">Culin, 1975</td></tr>
<tr><td colspan="3">Jogos de chances</td><td colspan="8">Jogos de destreza</td><td colspan="2">outros</td></tr>
<tr><td>Jogos de dados</td><td colspan="3">Jogos de adivinhação
Jogos de varas
Jogsos de mão
Jogos de quatro-stick-
Jogos de bola esconde</td><td>Tiro com arco
snow snake
Aro e polo
Argola e pino</td><td colspan="4">Jogos com bolas
raquete
shhinny
double ball
ball race</td><td>futebol
hand-and-foot ball
Bola arremessada
foot-cast ball
ball juging
Bola quente</td><td>Pequenas diversões</td><td>corridas</td></tr>
<tr><td colspan="13">Roberts, Arth e Bush, 1959</td></tr>
<tr><td colspan="4">Jogos de habilidades físicas</td><td colspan="3">Jogos de estratégia</td><td colspan="6">Jogos de azar</td></tr>
<tr><td colspan="4">Associado a elementos de estratégia e oportunidades</td><td colspan="3">Associado apenas com Elemento do acaso</td><td colspan="6">Sem a necessidade da habilidade física ou estratégica</td></tr>
<tr><td colspan="13">Mele e Renson, 1992</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de boliche</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos com bolas (rubber games, shuttlecock played with feathered ball,</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">batting games, and circle ball games)</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de animais</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de lutas</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de locomoçãoo</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de arremesso</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de partido</td></tr>
<tr><td>**</td><td colspan="12">Crianças e festival*</td></tr>
<tr><td>**</td><td colspan="12">Jogos de</td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">destreza**</td></tr>
<tr><td>**</td><td colspan="12"></td></tr>
<tr><td>*</td><td colspan="12">Jogos de força **</td></tr>
</table>

* usao em Flandres e estudos da America do Sul, ** usado somente em Flandres, usado somente na America do Sul

A tabela acima delineia diferentes possibilidades de análise dos Jogos Tradicionais da América do Sul (Mele e Renson, 1992) elaborados em diferentes períodos e servem de referência para nossos apontamentos sobre as práticas corporais realizadas nos Jogos dos Povos Indígenas.

Rocha Ferreira *et. al*, 2005 apresenta exemplos de atividades realizadas nas arenas e respectivas etnias praticantes:

QUADRO 8 – Práticas corporais e etnias

Zarabatana	Matis – Amazonas Kokana – Amazonas Zuruaha - Amazonas
Jogos de bola de borracha com cabeça e variações	Pareci – Mato Grosso Enawenê Nawê – Mato Grosso Nhambiquaras, Kepkiriwat e Amniapa – Mato Grosso do Sul
Jogos com bola	Pareci – Mato Grosso Tukano – Amazonas Xerente - Tocantins
Tihimore (assemelha-se ao jogo de boliche)	Pareci – Mato Grosso
Ronkrã (jogo de duas equipes com bastão e bola)	Kaiapó – Pará e Mato Grosso Apinayé - Tocantins
Jogo de Peteca	Kadiwéu – Mato Grosso do Sul Tikuna _ Amazonas Tukano - Amazonas
Jogo com linha e variações	Tapirapé – Aldeia Tapirapé – Mato Grosso Kadiwéu – Aldeia Bodoquena – Mato Grosso do Sul
Carreira à Cavalo	Kadiwéu – Mato Grosso do Sul
Jogo Chueca	Kadiwéu – Mato Grosso do Sul
Sambo (Luta)	Kaiowá – Guarani – Dourados Mato Grosso do Sul
Corrida de Toras com Variações	Krahô – Tocantins Kanela – Maranhão Xavante – Mato Grosso Gavião Kyikatêjê / Parakateyê – Pará Xerente – Tocantins Apinajés – Tocantins
Caingire (Simula Campo de Batalha)	Kaingàng – Paraná
Pingire (Campo de Batalha à Noite)	Kaingàng – Paraná
Apãnare (Lançamento de Flecha) e Variações	Ashaninka – Acre Gaviões – Pará Xavantes – Mato Grosso
Cabo de Guerra e Variações	Xavante – Mato Grosso
Canoagem	Rikgatsa – Mato Grosso Bakairi – Mato Grosso Karajá – Mato Grosso, Tocantins e Pará Munduruku – Amazonas
Arremesso de Flexa e variações	Gavião Kyikatêjê / Parakateyê – Pará Cawahib – Mato Grosso Povos do Xingu (Waura, Kamayurá, Tapirapé, Trumai, Yawalapiti)
Arremesso de varas de 5 m.	Nambikwara – Mato Grosso e Rondonia Pareci – Mato Grosso
Luta Corporal com Variações	Povos do Xingu (Waura, Kamayurá, Tapirapé, Trumai, Yawalapiti) Bakairi – Mato Grosso Karajá – Tocantins Gavião Parakateyê – Pará Tapirapé – Mato Grosso Xavante – Mato Grosso

Criado por: Laboratório de Antropologia Biocultural, vinculado ao Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada – FEF- Unicamp, Brasil – 2005.

Rocha Ferreira *et. al*, 2012 apresenta exemplos de atividades realizadas nas arenas e outros locais (rio ou mar):

Quadro 9 - Atividades realizadas nas arenas e outros locais

Corrida de toras e variações Nota - Jãmparty é acima de 100 kgs	Krahô – Tocantins Kanela - Maranhão Xavante – Mato Grosso Gavião Kyikatêjê/Parakateyê – Pará Xerente – Tocantins Apinajés – Tocantins	Mulheres e Homens
Apãnare (flecha e variações)	Ashaninka –Acre Gaviões – Pará Xavante – Mato Grosso	Homens
Cabo de Guerra	Todas etnias	Mulheres e Homens
Canoagem Arco e flecha e variações	Rikbaktsa – Mato Grosso Bakairi – Mato Grosso Karajá – Mato Grosso, Tocantins e Pará Munduruku, - Amazonas	Homens
Arco e flecha e variações	Gavião Kyikatêjê/Parakatejê – Pará Kaiabi - Mato Grosso Povos do Xingu ((Waura, Kamayurá, Tapirapé, Trumai, Yawalapiti,)	Homens
Flecha (de 5 metros)	Nambikwara – Mato Grosso e Rondonia Pareci – Mato Grosso	Homens
Lutas corporais e variações (como a Inssitró)	Povos do Xingu (Waura, Kamayurá, Tapirapé, Trumai, Yawalapiti,) Bakairi - Mato Grosso Karajá – Tocantins Gavião Parakateyê - Pará Tapirapé – Mato Grosso Xavante – Mato Grosso	Mulheres e Homens
Ronkrã (Taco e Bola, com Duas equipes)	Kayapó – Pará e Mato Grosso Apinayé – Tocantins	Homens
Tihimore (boliche com bola de marmelo)	Pareci - Mato Grosso	Homens
FUTEBOL –	Pareci - Mato Grosso Tukano - Amazonas Xerente – Tocantins Xavante – Mato Grosso e outras etnias	Mulheres e Homens
Jogo de bola com a cabeça Xikunahity	Pareci - Mato Grosso Enawenê Nawê – Mato Grosso Nambikwara - Mato Grosso	Homens
Zarabatana (Lançamento Soprando)	Matis (Amazonas) Kokama (Amazonas) Zuruahã (Amazonas)	Homens
100 e 400 metros de corrida	Todos participantes	Mulheres e Homens
5000 metros de corrida	Todos participantes	Homens
Natação	Todos participantes	Mulheres e Homens
Dança	Todos participantes	Mulheres e Homens

Elaborado por: Maria Beatriz Rocha Ferreira; José Ronaldo Fassheber; Marina Vinha (2012)

Rocha Ferreira *et. al*, apresenta no quadro acima as atividades praticadas nos Jogos dos Povos Indígenas demonstrando a variação das atividades a cada evento.

Para este trabalho as categorias definidas[44] estão relacionadas com o material utilizado na prática, sem material e ambiente para cada prática nos Jogos dos Povos Indígenas, a saber:

a) Com Materiais: Apiñara, Arco e Flecha, Corrida de Toras, Corrida com Toras variações, Futebol, Kagót, Músicas (Com instrumentos), Tihimore, ZiKunariti e Hiara;

b) Sem Materiais: Corrida de 100 metros, corrida de fundo 5 km, Lutas corporais, Huka Huka, Danças;

c) Ambiente: Corridas; Canoagem; Natação – Travessia.

Essas atividades foram observadas nos Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional-TO, em nossa pesquisa de campo. Para classificação dessas atividades nos reportamos à teoria de Parlebás sobre ação motriz nos domínios sociomotriz ou psicomotriz.

As descrições das práticas corporais evidenciadas nas edições dos Jogos dos Povos Indígenas estão contidas no Banco de Dados e Imagens e resultado das observações *in loco* nos XI Jogos dos Povos Indígenas de Porto Nacional.

Quadro 10 - Práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas

Atividade	Descrição	Domínio (Parlebás)
***Apañara* (lançamento de flecha)**	Trata-se de um lançamento de flecha em que o alvo é um guerreiro que tentará agarrar a flecha com as mãos. Outra variante praticada pelos Xavante é o lançamento da flecha na vertical e esta deverá ser recolhida antes que caia no solo.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Arco e Flecha	Cada etnia participa com, no máximo, dois competidores, que podem ser homens ou mulheres, a flecha é disparada em direção a um alvo situado a 30 metros, geralmente com a forma de um peixe. A pontuação oscila entre 1 e 40 pontos, dependendo da parte do peixe que for atingido, o olho do peixe recebe a pontuação máxima, cada participante pode fazer três disparos. Na prova eliminatória, classificam-se doze atletas para disputar a prova final. Cada arqueiro fabrica seu arco e suas flechas, estas apresentam grande diversidade, conforme o grupo étnico e o uso, não há medida padrão.	**C A** I **Práticas psicomotrizes** aquelas que os protagonistas intervém de forma isolada, sem companheiro ou adversário (ausência de comunicação e contracomunicação motrizes). Mas com incerteza com relação ao meio, visto que o entorno é flutuante e pode apresentar imprevistos. Atividades solitárias em plena natureza.

[44] Essas categorias foram definidas pelo autor desta tese.

Arremesso de lanças	É uma modalidade masculina na qual o atleta deve atirar a lança com o objetivo de atingir a distância máxima. Todos os participantes usam as mesmas lanças. Cada um deles pode fazer três lançamentos consecutivos, dos quais é considerado apenas o melhor. A técnica de lançamento varia de uma etnia para outra. A maioria utiliza uma das mãos para o lançamento, embora tenha também lançadores que utilizam as duas, este apoia uma delas no extremo oposto da ponta da lança. Existe uma área onde o atleta pode realizar uma corrida a fim de impulsionar ao lançamento. Os lançamentos fora da zona delimitada são anulados.	**C A I** **Práticas psicomotrizes** caracterizada pela ausência de companheiro e adversário, assim como a incerteza procedente do meio físico.
Corrida com toras	É uma corrida entre equipes onde um dos atletas de cada equipe transporta um tronco de árvore no ombro, existe sempre a possibilidade de fazer rodízios entre os membros da equipe. O peso da tora varia de 70 a 100 quilos na categoria masculina e de 50 a 70 quilos na categoria feminina. Cada equipe pode ter no máximo 15 atletas. A corrida é feita em círculos, são três voltas e termina no centro do estádio, quando a tora é posta no chão. A maioria das toras é feita com o tronco da palmeira chamada Buriti e cada grupo tem um ritual próprio para sua confecção. A corrida de toras é uma-prova de força e resistência, praticada em rituais, festas e jogos por várias etnias: os Xavante; os Gavião Kyikatêjê/Parakateyê; os Xerente; os Krahô; os Kanela; os Krakati; e os Apinaje.	**C** A I Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Corrida de toras (variação) – Jamparti	Uma das variações da corrida de toras, o *Jamparti* é praticada pelos Gavião Kyikatêje/Parakateyê, do Pará, com uma tora mais larga e com mais de 100 kg, confeccionada com palmeira buriti. Muitas toras são deixadas no rio para que absorvam a água e pesem ainda mais.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Kagót	Praticado pelo povo Xicrin, os participantes dividem-se em dois grupos com o mesmo número de participantes, que não é fixo. A modalidade inicia-se com danças e canções de ambos os grupos que se aproximam gradativamente para o enfrentamento. Durante a dança atiram flechas sem ponta contra o adversário ao se cruzarem, meta é atirar em algum membro da equipe adversária. Ao receber a "flechada", o jogador avisa e a equipe adversária recebe pontos. É uma forma de confraternização entre os grupos.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Jogo de bola (variação) - Katulaywa	Jogo de bola com os joelhos, praticado pelos grupos indígenas do Xingu.	C A **I** – Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas.
Cabo de guerra ou Sogatira	Realiza-se em duas categorias: feminina e masculina. Cada equipe é formada por, no máximo, dez participantes, pode ter também duas reservas e um técnico. Os participantes se colocam em fila para agarrar a corda. Cada equipe agarra uma das	**C** A I Se trata do domínio de ação **sociomotriz** de contracomunicação num meio instável. A oposição

	extremidades, os atletas devem puxar a corda em sentido oposto, o objetivo é puxar a corda e arrastar a equipe adversária até a área demarcada.	dos adversários se realiza em um meio de incerteza, flutuante.
Futebol	O futebol, apesar de ser uma modalidade que se originou na sociedade ocidental, faz parte do contexto cultural de vários grupos indígenas, praticado por atletas masculinos e femininos. A modalidade é disputada de acordo com as regras da instrução geral dos Jogos e de acordo com o padrão da Confederação Brasileira de Futebol, excetuando o tempo do jogo que é de 40 minutos, dividido em dois tempos de 20 minutos, com *um* intervalo de cinco minutos.	C A **I** Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas.
Jogo de peteca – Kopü-Kopü	Utiliza-se uma peteca feita de palha de milho. Todos os participantes se colocam em círculo cada um bate com a mão na peteca para que o outro ("fale") rebata. Quando alguém erra, todos correm para derrubá-lo, demonstrando que errou.	C A **I** Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas.
Rokrá, Rokrá ou Rõkrã	É um jogo coletivo tradicional praticado pelos Kayapó, do Pará. Duas equipes de 10 ou mais atletas se alinham no campo e, com uma espécie de bastão, os atletas rebatem uma pequena bola para o adversário. Quando a bola ultrapassa a linha de fundo da outra equipe, marca-se um ponto.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Tihimore	Esta é uma modalidade disputada apenas por mulheres, geralmente jovens e adolescentes, entre clãs ou famílias do povo Pareci. Semelhante ao jogo de boliche, é realizada em festas e rituais de iniciação e nominação, quando as crianças recebem nomes próprios. A disputa ocorre em um campo de 10 metros de largura por um metro de comprimento, com ripas de madeira fixadas no solo nas duas extremidades onde se colocam espigas de milho. O jogo é disputado com duas bolas de marmelo verde e o objetivo é tirar o milho das adversárias que estão nos últimos paus. É jogado com quatro atletas de cada lado e não tem juiz, apenas um observador de cada lado adversário, que tem a função de verificar se houve toque e a pontuação.	**C** A I Se trata do domínio de ação **sociomotriz** de contracomunicação num meio instável. A oposição dos adversários se realiza em um meio de incerteza, flutuante.
Jogo de bola com a cabeça – Zikunariti **e Hiara**	Denominado *Zikunariti*, na língua dos Paresi, e *Hiara*, na língua dos Enawenê Nawê, esta modalidade é parecida com o jogo de futebol, mas, ao invés de chutar, as equipes devem cabecear a bola. Trata-se de um esporte exclusivamente masculino, praticado tradicionalmente pelos Paresi do Mato Grosso. O jogo é disputado por duas equipes, com dois atletas em cada uma delas. A partida se realiza em um campo de terra batida para que a bola ganhe impulso há uma linha no centro que delimita o espaço de cada equipe. A partida	C A **I** Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas.

	começa com atletas veteranos que se dirigem para o centro do campo e decidem quem vai começar a lançar a bola com a mão o adversário deverá cabecear de volta. E assim sucessivamente, quem deixar cair a bola no chão cederá o ponto ao adversário quando tocar em outra parte do corpo ou não houver rebote.	
Zarabatana	Arremesso de dardos com zarabatanas, praticada pelos Matis e Kokama, originários do Amazonas. Geralmente, as zarabatanas são armas utilizadas contra alvos móveis, como pássaros ou macacos. No entanto, nos Jogos Indígenas, o alvo foi adaptado às condições do local, uma melancia pendurada em um tripé a uma distância de 20 ou 30 metros. A zarabatana é uma arma artesanal, feita de madeira, de cerca de 2,5 metros de comprimento, nela se coloca uma pequena flecha de aproximadamente 15 cm. Por ser silenciosa e precisa, a zarabatana é muito utilizada pelos índios amazônicos para caçar aves e animais.	C A **I** Domínio de situações **sociomotrizes**, com interação motriz de cooperação e oposição, mas realizado em um meio de incertezas
Lutas corporais	Praticadas por homens e mulheres de vários grupos indígenas, as lutas corporais são bastante diversificadas, fazem parte da cultura tradicional dos povos xinguanos (Kayapó e Tchukarramãe), Bakairi, Xavante, Gavião Kyikatêjê/Parakatêye e Karajá.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Huka-Huka	é uma luta tradicional dos povos indígenas do Xingu e dos índios Bakairi. Aprender a lutar *huka-huka*, aperfeiçoar as técnicas de lutador, faz parte da reclusão pubertária dos jovens Kamayurá, cujo tipo ideal é o de um lutador e campeão de luta. Depois que o organizador da luta chama ao centro da arena os adversários, os lutadores se ajoelham girando em direção anti-horária diante do opositor até que se agarram tentando levantar o adversário para tirá-lo do solo.	**C** A **I** Corresponde ao domínio de **ações sociomotrizes**, sem interação motriz com companheiros, com presença de adversários, realizadas em um meio estável.
Corrida de 100 metros	É uma corrida de velocidade de 100 metros de distância. Participam quatro atletas de cada etnia, dois na categoria feminina e dois na categoria masculina. Esta corrida disputada se realiza em séries dentro do estádio, na rua ou estrada.	**C A I** – **Práticas psicomotrizes** caracterizada pela ausência de companheiro e adversário, assim como a incerteza procedente do meio físico.
Corrida de fundo (5km)	Esta é uma prova de resistência disputada pela maioria das etnias. Não há limite de inscrição. Organizam-se duas corridas, uma feminina e outra masculina.	**C A I** – **Práticas psicomotrizes** caracterizada pela ausência de companheiro e adversário, assim como a incerteza procedente do meio físico.
Natação Travessia	A disputa é feita em águas abertas: rios, lagos e mar. A prova, praticada por homens e mulheres, pode ser de meia distância ou de resistência. As distâncias variam de 400 a 700 metros. O estilo é livre. Cada etnia pode participar com dois atletas.	C A I - Dominio de situações **sociomotrizes**, na qual apresenta interação motriz de cooperação, interação motriz

		de oposição e incertezas.
Canoagem	É uma corrida de canoas disputada nos rios, lagos ou mar. Geralmente, a distância é de cerca de 400 metros, mas pode variar. A disputa é feita em dupla e, no final, a dupla vencedora é a que ultrapassa em primeiro lugar a linha de demarcação com a ponta da proa da canoa. As canoas são comuns a todos os participantes, que devem levar os seus remos. A cada corrida as canoas são sorteadas, atualmente utiliza-se canoas fabricadas pelos Rikbatsa do Mato Grosso. A canoa ainda hoje é empregada como meio de transporte e de pesca por muitos grupos indígenas e apresenta grande diversidade. Entre os Karajá, por exemplo, as canoas são mais estreitas e mais velozes.	**C A** I – **Práticas psicomotrizes** aquelas que os protagonistas intervém de forma isolada, sem companheiro ou adversário (ausência de comunicação e contracomunicação motrizes). Mas incerteza com relação ao meio, visto que o entorno é flutuante e pode apresentar imprevistos. Atividades solitárias em plena natureza.
Danças	Representações das diferentes etnias, e também do não índio com características regionais	**C A I** – **Práticas psicomotrizes** caracterizada pela ausência de companheiro e adversário, assim como a incerteza procedente do meio físico. Exemplos corrida de velocidade, saltos e lançamentos de atletismo, natação, ginástica rítmica individual, yoga, relaxamentos, tai chi, e que ostentam um objetivo psicomotor expressivo – dança, ballet.

Estas atividades trazidas para os Jogos dos Povos Indígenas podem durar dias nas aldeias, o contexto deve ser observado pois cada prática tem um significado para cada povo indígena.

O arco e flecha realizado nos Jogos dos Povos Indígenas se torna uma competição haja vista os alvos que foram utilizados em Jogos anteriores como a figura de uma Anta, Peixe ou Cobra. Pela própria regra estabelecida com classificações e também em virtude da maioria dos participantes indígenas terem essa habilidade.

Foto: Deoclecio Rocco Gruppi

Arena dos Jogos dos Povos Indígenas –Cabo de Força - Foto: Deoclecio Rocco Gruppi

No universo das práticas corporais descritas anteriormente elucido a Corrida de Toras especificamente da etnia Canela, pesquisada por Dieckert e Meringer (1994) no trabalho de campo realizado em 1988 na aldeia Canela. Para os Canela as corridas de toras fazem parte do contexto ritual realizado nos períodos de festas. São corridas de médio percurso (4 a 5 Km), longas (20 a 40 Km) ou na aldeia (850 m). Sempre tem caráter competitivo entre dois grupos, cada grupo prepara sua tora. Neste caso o "comprimento da tora era feita pelas medidas de uma moça ou uma mulher solteira, até a altura da cabeça, ombro ou até o mamilo" (DIECKERT e MERINGER, 1994 p. 176).

É uma competição na qual o vencedor é considerado o jovem mais forte e este tem um papel importante na vida dos Canela "um bom corredor de toras tem boas chances junto às moças e mulheres, como também no que diz respeito às funções políticas na vida tribal" (DIECKERT e MERINGER, 1994 p. 179). A Corrida de Toras apresenta o aspecto religioso de culto, preparação física para funções do cotidiano.

Essa atividade analisada faz parte de rituais na aldeia. Nos Jogos dos Povos Indígenas é apresentada como "Demonstração", foi designada pela c omissão técnica indígena e não indígena a ser apresentada como a prática original. A força ou a capacidade de cada integrante de carrega-la é destacada. A Corrida de Toras, a luta Huka Huka apresentada pelos Kamayurá tem significados próprios na aldeia (TAVARES, 1994) e nos Jogos dos Povos Indígenas como representações do que se faz na aldeia. Os significados das representações são transmitidos pelo locutor nos eventos com informações dos organizadores indígenas, também de representantes das etnias pelo fato de se ter conhecimento de todas atividades.

Alguns depoimentos de indígenas nos mostram atividades na aldeia:

- *"flechada, corrida de tora, a gente diz de tora, mas é feita com outro tipo de talo de cana d'água da lagoa. Corrida, lutas corporais, natação. A gente pesca muito, mergulhando pega peixe. Carregar peso, a caça". Atleta Bororo.* (PINTO, 2011, p. 64).
- *"na nossa tribo a gente tem a dança dos guerreiros, dos batigancho[...], brincadeira tradicionalidade do ritual do menino[...]; também Puxa o Cipó que é um ritual que a gente tem, aqui (nos Jogos dos Povos Indígenas) eles falam cabo de guerra" Liderança Indígena Pankararu*. (PINTO, 2011, p. 65).
- *"dentro da cultura tem que ter tudo, o futebol, o Toré, a dança de côco, a ciranda, vários outros modos de danças, tudo faz parte da cultura" Liderança Indígena Pankará.* (PINTO, 2011, p. 65).
- *"as atividades tradicionais que o Umutina tem é o arco e flecha[...] corrida também que a gente vem praticando dentro da nossa cultura, [...] as vezes futebol que todo brasileiro gosta né?. Liderança Umutina.* (PINTO, 2011, p. 66).

- *"o mais importante é a festa do Auranã, que é a mais importante, a gente vai a luta, a gente chama de Bô, o branco chama de aruanã, luta corporal, a gente dança muito"Xicrin – Atleta.* (PINTO, 2011, p. 66).

A intenção é compreender, pelos exemplos dessas práticas, e que cada uma tem seu significado, faz parte de rituais, de aspectos religiosos no contexto da aldeia. E quando se refere ao contexto dos Jogos dos Povos Indígenas essas práticas são ressignificadas em virtude de tempo, de espaço, mas sem perder a originalidade na apresentação.

Foto XI Jogos dos Povos Indígenas – Porto Nacional-TO, 2011. Foto: Fernando Amazônia

Cerimônia de Abertura – Foto Deoclecio Rocco Gruppi

Arena dos Jogos - Foto – Deoclecio Rocco Gruppi

Arena dos Jogos – Foto: Deoclecio Rocco Gruppi

Foto Deoclecio Rocco Gruppi

Aportes finais

A **figuração** Jogos dos Povos Indígenas começa a se delinear com aproximações dos idealizadores Marcos Terena e Carlos Terena com o governo.

Com a aprovação da **Constituição** em 1988, a valorização da cultura indígena e de criação nacional e a inserção dessas populações no esporte passam a ter amparo legal, porém apesar da promulgação da Constituição não há, por parte do governo, iniciativas de organização de **projetos e eventos** ou de políticas públicas para a população indígena na área do esporte.

Uma exceção na mudança de **filosofia** do governo sobre o esporte, pode-se verificar nesta pesquisa, está na organização dos Jogos Escolares Brasileiros a partir de 1989, quando o esporte passa a ser voltado para que haja um maior número de pessoas participantes, ou seja, se torne mais acessível. Apesar dessa mudança de filosofia nos Jogos Escolares Brasileiros, as práticas tradicionais como capoeira, danças regionais, entre outros, ainda estão em segundo plano para o governo.

Para que a **organização** dos Jogos dos Povos Indígenas comece a se delinear e se torne uma realidade, é necessário as iniciativas de pessoas vinculadas a diferentes instituições, cada uma dentro de sua especificidade. A rede de relações interpessoais se expande, a abrangência dos trabalhos do ITC se torna mais ampla e proporciona uma maior visibilidade dessa ONG.

As **relações** estabelecidas pelos idealizadores indígenas com representantes do governo federal possibilitam sua aproximação com representantes do esporte em nível nacional. O fato do Comitê Intertribal ter a competência de organizar os Jogos dos Povos Indígenas, os aproxima cada vez mais dos representantes do governo para apresentar a ideia inicial dos Jogos dos Povos Indígenas.

A **aproximação** com os representantes do governo proporciona o intercâmbio de ideias apresentadas por Carlos e Marcos Terena ao Ministério Extraordinário do Esporte, que na época tem Edson Arantes do Nascimento (Pelé) como **representante**, este atendeu aos pedidos dos idealizadores de se organizar uma "Olimpíada Indígena", aqui a aproximação pelo Esporte se torna mais viável.

Pelas falas de Carlos e Marcos Terena nota-se o que eles pretendem, a organização dos Jogos dos Povos Indígenas e para tal a **aproximação** do Comitê Intertribal com representantes do Governo se faz necessária.

O ITC, representado pelos irmãos Carlos e Marcos Terena, e o Ministério Extraordinário do Esporte se tornam **parceiros** na organização e viabilização dos primeiros Jogos dos Povos Indígenas e também protagonistas desse evento, o primeiro com ideias e projetos e o segundo com financiamento. Neste momento começam a se estabelecer as relações mais próximas para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Com esta parceria, o projeto se torna realidade.

As **redes** formadas pelo Ministério do Esporte se amplia com a participação de outros Ministérios e Secretarias, como Ministério da Cultura, Saúde, Justiça, Educação, Secretaria da Igualdade Racial (...) e também pela FUNAI.

Para a **execução** e **avaliação** outros atores entram em cena como os estudandes da área de Educação Física que colaboram nas atividades práticas dos Jogos dos Povos Indígenas, e também pesquisadores na contribuição da avaliação desses Jogos.

Representantes de ONGs também contribuem nos Jogos dos Povos Indígenas, como a Ecoterra que tem trabalhado nos Jogos desde 2003 em Palmas-TO, essa primeira participação possibilita a **articulação política** entre estudantes universitários que reivindicam cotas para indígenas na universidade, neste caso do Estado de Tocantins, relata Fernando Amazônia: *"nós viemos para os Jogos Indígenas, e começamos a questionar também, enquanto movimento estudantil, que deveria ter política de cota para indígena na universidade, e aí marcamos uma reunião nos Jogos Indígenas de 2003 com todas as etnias do Estado"* (2011, depoimento oral).

Para falarmos dos **idealizadores** dos JPIs Carlos e Marcos Terena é necessário um retorno às suas origens.

Pertencentes à etnia **Terena**, esta etnia se caracteriza por um povo guerreiro e diferencia-se de outros povos pelo fato de terem na sua organização social a capacidade de articulações e alianças que atendam ao bem comum da comunidade. Embora essa característica tenha trazido problemas ao longo do tempo com o não índio, a cordialidade sempre esteve presente nas relações interpessoais dessa etnia com as outras.

Esse povo apresenta abertura para a **exterioridade**, o que mantém até nossos dias, não podemos deixar de mencionar a índole pacífica e as características guerreiras, os terena ao contrário de outros povos indígenas têm a "propensão à contração das relações de conviviabilidade com outros povos" (PEREIRA, 2008, p.28).

As **relações interpessoais** dos terena possibilita a troca de experiências e sobretudo, no que diz respeito ao seu modo de ser, com cordialidade, porém sempre discutem seu ponto de vista.

A **cosmologia** sempre está presente na vida dos terena, a crença em seres espirituais que cuidam das plantas, animais e da reprodução da espécie, enfim, no cuidado e o respeito pela natureza. Nos Jogos dos Povos Indígenas esses valores são enaltecidos pelo seus idealizadores.

Carlos Terena traz experiências da prática do futebol, como atleta foi goleiro, e sempre incentiva a prática esportiva. Na sua história encontramos a participação na equipe de futebol denominada UNIND, a formação dessa equipe proporciona momentos de reflexão e discussão política sobre as condições de vida dos indígenas e de suas comunidades. Como dirigente esportivo tem participação nos Jogos Escolares Brasileiros, para Carlos Terena o esporte pode congregar/reunir, pode ser um meio de se estabelecer novas relações interpessoais.

A **índole guerreira** de Carlos Terena pode ser identificada nas representações do esporte, assim como nas relações de poder, nas tomadas de decisão e também no saber esperar para poder agir, ouvindo e observando a situação com controle e cordialidade.

O registro da história de vida de Carlos Terena se faz necessário para podermos compreender seu papel na **figuração** Jogos dos Povos Indígenas, sua experiência como atleta e como dirigente esportivo, e as relações estabelecidas nessas instâncias faz com que ele tinha outro olhar para possibilidade de se reunir povos indígenas para práticas esportivas.

O período que fica fora da aldeia para a realização dos estudos em Brasília possibilita conhecer pessoas de diversas etnias e entender a existência de **diferenças culturais** entre elas, esse é um momento significativo de trocas de experiências e de reflexão para pensar numa reunião maior entre povos indígenas.

A rede de **relações** estabelecida em Brasília amplia suas perspectivas de retomar questões culturais que envolvam os povos indígenas na aldeia e a preservação da cultura, não somente de sua etnia, mas de outras no Brasil.

Carlos diz "no início tínhamos um sonho, de reunir diferentes povos para um encontro"(2011, Fórum Unicamp) para o conhecimento e reconhecimento de suas culturas e apresentar para a sociedade nacional essa **diversidade cultural**.

A **rede de interdependência** constituída com pesquisadores da UNICAMP e da UNICENTRO contribui significativamente para o registro sobre os Jogos dos Povos Indígenas, como apresentado anteriormente, com Seminários (UNICENTRO em 2001 e 2003), Palestras e Projetos de Pesquisa (UNICAMP em 2002), Fórum sobre Jogos dos Povos Indígenas (UNICAMP 2011). Os registros possibilitam a disseminação dos Jogos dos Povos Indígenas no meio acadêmico nacional e internacional.

As experiências de Carlos Terena no meio esportivo revelam seu papel na **organização dos JPIs**. Sua especificidade está relacionada à organização da infraestrutura para a prática das atividades levadas da aldeia, à organização das "competições e apresentações" dessas atividades nos JPIs e à logística do evento como um todo.

As atribuições de **Marcos Terena** nos Jogos dos Povos Indígenas diferem das do irmão Carlos Terena. Marcos tem um papel importante nas relações com o governo, universidades e órgãos internacionais, no evento congrega estas forças no Fórum Social Indígena, que trata de diferentes temas. Ele é o responsável pelo convite dos representantes indígenas, pesquisadores e políticos para participação nos debates.

A atuação de Marcos Terena nos JPIs está na **articulação política** nas relações com representantes do governo onde tem circulação e facilidade nos encontros com deputados, senadores e ministros. A índole terena de abertura para a exterioridade é refletida nas ações de Marcos Terena e nas questões que se referem aos direitos dos índígenas.

As atribuições de Carlos e Marcos Terena nos JPIs se diferenciam e ao mesmo tempo se completam, as **tomadas de decisão** são conjuntas, um sempre aguarda a opinião do outro e resolvem juntos as situações difíceis.

A rede de relações estabelecidas em Brasília entre Carlos Terena e Marcos Terena e os representantes do governo possibilita a participação indígena nos **Jogos Escolares**

Brasileiros em 1985. Ao longo da participação nos JEBs vivenciam experiências de organização de competições esportivas.

A trajetória de Carlos Terena nas experiências anteriores como atleta ou dirigente, a participação nos JEBs e os relacionamentos com profissionais de Educação Física apontam possibilidades de se pensar um evento para reunião de povos indígenas. Carlos Terena diz que "sempre sonhou em ver seus parentes reunidos" para **encontros** sejam eles esportivos ou que propiciem a discussão de problemas enfrentados nas aldeias.

A constituição dos Jogos dos Povos Indígenas se dá pelas **redes de interdependências** formadas por Carlos Terena e Marcos e Marcos Terena em suas trajetórias de vida que, através do trabalho realizado no e pelo Comitê Intertribal, garantem o planejamento desse evento que reúne um maior número de participantes a cada edição.

Marcos Terena e Carlos Terena são os principais **representantes** do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena. As atividades de assessoria, organização de eventos, palestras, reuniões são realizadas pelo Comitê desde sua criação. Os Jogos dos Povos Indígenas são organizados pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena através de seus idealizadores.

Pelo fato de ser uma organização não governamental sem fins lucrativos, as necessidades de **recursos** para organização dos Jogos dos Povos Indígenas, pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, são dificultadas pelas exigências da burocracia para se constituir um evento como esse.

Nos Jogos dos Povos Indígenas há a possibilidade do encontro entre vários povos a fim de **celebrarem** seus conhecimentos ancestrais e partilharem momentos de reflexão sobre seus conhecimentos e dificuldades enfrentadas no cotidiano das aldeias.

A **primeira ideia** é de se realizar uma "Olimpíada Indígena" onde se possa reunir povos de diferentes etnias para representarem seus "esportes tradicionais".

As **articulações e relacionamentos** estabelecidos com representantes do governo possibilitam a apresentação da ideia dos Jogos Indígenas ao Ministro Extraordinário do Esporte que aprova a realização desse evento. Para que isso aconteça, a articulação política de Marcos Terena juntamente com a experiência de Carlos Terena constituídas a partir das redes de interdependências levam à constituição dos Jogos dos Povos Indígenas.

A escolha da cidade e local para **realização** desses Jogos é sempre feita pelo Comitê Intertribal, com a presença de Carlos Terena e Marcos Terena e representantes do governo. Nas edições anteriores há problemas na realização dos JPIs, sejam eles em nível político, financeiros e nos relacionamentos interpessoais.

Quando nos referimos à **organização** dos Jogos dos Povos Indígenas realizado em Goiânia (1996), pela observação de fotografias, vídeos, artigos de jornais da época, notamos a semelhança com os Jogos Escolares Brasileiros. No que diz respeito aos esportes notamos a presença do voleibol, futebol, natação, corridas, saltos, arremessos e lançamentos com aplicação das regras oficiais nas arbitragens. Devo enfatizar também que os organizadores locais dos Jogos dos Povos Indígenas são profissionais de Educação Física e seguem o modelo de organização de competições esportivas como nos Jogos Escolares Brasileiros. Há dificuldade de **interlocução** entre os organizadores indígenas e profissionais de Educação Física, os primeiros dependem desses profissionais que seguem a lógica de uma competição esportiva, com regulamentos, estabelecem numero de atletas para cada modalidade, grupos ou chaves de competição e classificação e arbitragens oficiais.

Como **profissional de Educação Física** e colaborador nos Jogos dos Povos Indígenas desde 2003, Mendes (2011) diz: " *a gente sabe que todas as modalidades, os jogos tradicionais indígenas, tudo envolve um ritual, não é uma coisa por si só, não é uma coisa que apenas acaba ali, é um ciclo muito grande de cultura, de transmissão de cultura pelos antepassados de todas as etnias indígenas*", como se pode notar ele tem compreensão do universo cultural que envolve os JPI, o que costuma ser raro entre os profissionais de Educação Física que também colaboram no evento.

A presença das **atividades 'tradicionais'** também é notada e para algumas delas também se segue a lógica da organização de eventos esportivos, nota-se na fala de Fidêncio, um profissional e colaborador local dos Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia, a insegurança na atribuição da pontuação e necessidade de prudência:

> *é muito complicado você atuar nessa área, e a gente que era inexperiente que estava aprendendo junto, então colocou-se essa anta como se fosse um gado de açougue, dividiu as partes nobres, cabeça, olho, e a pontuação que a pessoa atingisse uma flecha, era uma pontuação que ele teria, para aquela aldeia, como somatória de pontos com uma possível classificação,*

> *que até a ideia de campeão a gente tinha* dúvidas. (FIDÊNCIO, 2010, informação oral)

Nas atividades 'tradicionais', os organizadores não indígenas necessitam do auxílio e sugestões dos idealizadores Carlos e Marcos Terena a fim de terem uma noção do que fazer. É interessante notar as contradições encontradas na fala de Fidêncio (2010), se por um lado é uma **'competição'**, por outro uma prática 'tradicional' e o resultado nesse momento deixa dúvidas para os colaboradores. Parece-me que há restrições quanto à execução dessa prática, possivelmente o projeto elaborado pelos organizadores indígenas preveja as ações dessas práticas e os organizadores locais não tenham acesso. Nessa fala de Fidêncio pode-se notar o envolvimento de profissionais de Educação Física na organização dos Jogos dos Povos Indígenas e suas contribuições na execução.

A compreensão das **relações dos idealizadores** dos Jogos dos Povos Indígenas e o Ministério do Esporte perpassa pelas redes de relações e interdependências constituídas entres os atores envolvidos.

Os idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas pertencentes ao Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena, que é um órgão mais estável em termos de representação, se depara com a **lógica do governo** na qual os representantes mudam quando mudam os governantes, essa mudança independe de partido político.

Desde os primeiros contatos com representantes do governo para apresentarem a proposta de **realização e execução** dos Jogos dos Povos Indígenas, os irmãos Carlos Terena e Marcos Terena passaram por diferentes governos: Fernando Henrique Cardoso nos Jogos de 1996 a 2002; Luiz Inácio Lula da Silva nos Jogos de 2003 a 2011. Mesmo durante esses governos, houve mudanças no Ministério e no ano de 2003 foi criado o Ministério do Esporte.

A **mobilidade**[45] dos funcionários comissionados nos órgãos públicos é corriqueira e prevista nas estratégias políticas de cada governante, portanto as pessoas vão mudando na medida que mudam as decisões. Nesta tese observamos que a fragilidade dessa questão se encontra nas relações dos organizadores indígenas e o poder público.

[45] Rocha Ferreira discute no texto "Jogos dos Povos Indígenas: diversidades" publicado em O Público e o Privado nº 16, julho-dezembro de 2010.

Nas **relações instáveis** com o governo é possível perceber, ao longo desta pesquisa, momentos de tensão nas relações entre os idealizadores dos Jogos dos Povos Indígenas e representantes do governo, em virtude da necessidade de sempre se recomeçar as negociações, pelos motivos expostos anteriormente, além do fato de os representantes do Governo virem de uma lógica do esporte, racionalista e competitiva.

Nos Jogos dos Povos Indígenas de Goiânia nota-se como se dão as **articulações políticas** na organização e execução dos Jogos. Marcos Terena (1997, p. 2) relata "a decisão de se fazer os Jogos de Goiânia, deu-se quarenta dias antes da data pré-estabelecida".

As articulações para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas se tornam frequentes, essas articulações estão sempre sendo renovadas e atendem aos **interesses imediatos** para determinado evento. A cada edição dos Jogos dos Povos Indígenas Carlos Terena e Marcos Terena recomeçam as negociações.

Os **avanços e retrocessos** dos organizadores indígenas e o Ministério do Esporte são observados nesta investigação. Nas relações interpessoais notamos avanços na compreensão sobre a execução dos Jogos dos Povos Indígenas, as ações de representantes do governo se aproximam do que é esperado pelos organizadores indígenas. Por exemplo, Secco (2005), envolvida como representante do Governo na organização dos Jogos dos Povos Indígenas de Fortaleza, está atenta ao processo de execução e **propõe** uma avaliação para, possivelmente, identificar fragilidades e estabelecer metas para assimilação do Ministério do Esporte para posteriores tarefas na organização. A preocupação da autora aponta para uma análise do **comprometimento** das pessoas representantes do poder público. Sua intenção é deixar registradas informações para os sucessores que vierem a assumir o papel de organizadores dos Jogos dos Povos Indígenas. Em 2005 surge a ideia sobre a avaliação que é executada a partir de 2007.

Ainda nos Jogos dos Povos Indígenas de Fortaleza em 2005, a pesquisadora **Maria Beatriz Rocha Ferreira** e a equipe no Laboratório de Antropologia Biocultural da FEF/UNICAMP sob sua coordenação realiza uma **avaliação dos JPIs** para o Ministério e divulga partes dos resultados em diferentes artigos científicos, contribuindo para o registro daqueles Jogos.

Em 2007 a secretária **Rejane Rodrigues** assume, como representante do governo, a organização dos Jogos dos Povos Indígenas. Não há informações **registradas** sobre todos os Jogos anteriores no Ministério, fato já relatado em outro momento desta tese, apenas o relatório de pesquisa de Rocha Ferreira et. al. 2005 produzido de forma **independente** e publicado pela Universidade Estadual do Ceará (ROCHA FERREIRA, 2010), as outras informações foram extraviadas. Não são apenas os organizadores indígenas que devem sempre **recomeçar**, a pessoa que estiver à frente representando o Governo para a realização dos Jogos também tem seus problemas nas **interlocuções**, há necessidade de ambas as partes se compreenderem. Ela contou também com informações do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena para poder começar seus trabalhos e **negociações** para organização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Na fala de Claudia Bonalume (2011) percebemos o **compromisso** assumido pela secretária em 2007: "[...] *dos Jogos de 2007, foi construído a partir de um trabalho que a gente fez, de registrar todas as necessidades* [...]" As sugestões anteriormente dadas por Secco foram acatadas por Rodrigues que organizou a avaliação daqueles Jogos e deixou registrada em livro e teve sua **publicação** feita pelo governo.

As relações entre Carlos Terena e Marcos Terena com Rodrigues no Ministério do Esporte no ano de 2007 tiveram um **início tenso**, como já havia ocorrido em 2005 com a outra representante do governo, mas a compreensão mútua começa a se estabelecer. Essas relações interpessoais com a secretária Rodrigues viabilizam a organização dos Jogos dos Povos Indígenas de Paragominas, PA, 2009 com apoio financeiro do Ministério do Esporte.

Essas **relações** entre o governo e os organizadores indígenas não são fáceis como diz Rodrigues (2011), mas existe acordo entre as partes. Há avanço em diferentes situações, como no registro das informações, e autonomia do Comitê Intertribal para a organização dos Jogos a partir de 2009.

É importante relatar que em 2010, o projeto intitulado "Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos dos Povos Indígenas", é de extrema importância, reúne toda a **informação** disponível sobre os Jogos dos Povos Indígenas de 1996 a 2009 que se encontra dispersa, toda informação é coletada na mídia local onde se realizam os jogos, entrevistas e imagens produzidas pela

TV UNICAMP, fotografias do acervo do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, entrevistas realizadas em 2010 na cidade de Goiânia e em Guaíra e compilada, como falado anteriormente, no Banco de Dados e Imagens que leva o mesmo nome do projeto, toda a informação dos Jogos de 1996 até 2009 é disponível graças ao trabalho da comunidade científica.

Até os Jogos de Porto Nacional, TO, 2011 Rodrigues permanece no cargo de secretária, a mobilidade de funcionários se faz presente e ela é direcionada para outra função, e para a organização dos Jogos dos Povos Indígenas de 2013 os idealizadores deverão **recomeçar** as negociações e estabelecer novas relações para alcançarem o objetivo da realização da XII edição dos Jogos dos Povos Indígenas. E agora (janeiro de 2013), momento em que estou concluindo esta pesquisa, percebo a movimentação do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena para o estabelecimento das novas relações para o recomeço.

A análise das **práticas corporais** é observada a partir das atividades levadas para os Jogos dos Povos Indígenas, como os rituais representados por meio dos jogos e das danças, faço análise pela ótica dos organizadores não indígenas de como essas representações se constituem nos Jogos dos Povos Indígenas.

A **representação** das práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas é um dos momentos na constituição desses Jogos, existem outros momentos, como Fórum Social, venda de artesanato, pinturas corporais em não indígenas e exposições de fotografias além do "encontro entre os povos".

As práticas corporais nos Jogos dos Povos Indígenas são representações do que se faz na **aldeia**. As atividades 'tradicionais' são levadas para os Jogos dos Povos Indígenas com a **anuência** do cacique, líder ou conselho indígena de cada etnia, por fazerem parte de rituais, as possibilidades a serem representadas nos Jogos devem ser pensadas nas comunidades indígenas. Os **rituais** podem levar dias ou semanas na aldeia, porém quando levadas para os Jogos dos Povos Indígenas são representadas num curto espaço de tempo, são em média quarenta etnias participantes. Além dos rituais, as práticas representadas podem ser nas formas de **jogos** e atividades do cotidiano indígena como a caça e a pesca.

Ao **convidar** uma etnia para participar dos Jogos dos Povos Indígenas, Carlos Terena e Marcos Terena pedem para que a etnia leve algo da cultura 'tradicional' para ser representado nos Jogos.

Em nossa pesquisa, encontramos nas **edições** dos Jogos dos Povos Indígenas práticas que foram representadas numa edição e em outra não. As práticas como a Corrida de Toras, a luta Huka Huka e o Arco e Flecha acompanham os Jogos desde sua constituição, outras vão sendo representadas e podem ou não continuar, depende sempre da etnia presente.

Como já exposto, as práticas são levadas da **aldeia para os Jogos dos Povos Indígenas**, o Arco e Flecha são representados na forma de competição. Por sugestão de Carlos Terena, para participação nessa prática cada etnia apresenta um ou dois flecheiros que levam seus arcos e flechas, não há padronização, somente a representação na qual pode ser observada a habilidade com o material e as **técnicas corporais**.

A presença dessas práticas corporais têm despertado interesse no meio acadêmico. Pude observar na **pesquisa de campo** em Porto Nacional, com olhar voltado para a área da Educação Física, como elas são representadas e as características dos participantes, as relações entre as práticas, as habilidades e capacidades físicas em determinados momentos. Busquei a leitura de Parlebás para iniciar uma análise dessas ações, pude iniciar uma **classificação geral** pela observação dessas atividades. Uma das limitações deste trabalho foi não ser possível uma análise mais detalhada por meio dessa teoria, pelo fato de serem muitas as atividades representadas, a análise de todas demandaria muito tempo. Seria necessário escolher uma prática e a partir de elementos não observáveis (que seriam feitos por meio de entrevistas, das regras, do material, relação dos competidores, do meio onde se desenvolve) da ação dessa prática, estabelecer suas estruturas internas, classificando-as para compreender a **ação motriz**.

As práticas corporais representadas nos Jogos dos Povos Indígenas têm interferências das relação do **tempo de execução** e do **espaço**, tendo então uma ressignificação. Quando analisadas particularmente poderão ser melhor compreendidas/interpretadas por um profissional da área da Educação Física e possivelmente ser uma contribuição como um objeto de estudo na **escola indígena**.

Portanto para este trabalho optei por fazer uma **classificação** das práticas corporais como um primeiro momento da aplicação da teoria de Parlebás, para em uma outra oportunidade dar continuidade a esse estudo. Tenho a intenção de contribuir para investigações futuras na área da Educação Física e mais especificamente na educação física na escola indígena.

Um outro ponto apresentado nesta tese refere-se às pesquisas realizadas sobre as práticas corporais representadas nos Jogos dos Povos Indígenas. Pesquisadores relatam que essas práticas estão sendo "**esportivizadas**" nos Jogos dos Povos Indígenas.

A teoria de Elias nos permite compreender que os **processos das atividades humanas** requerem a análise de um longo período de tempo e para Elias (1992) o jogo serve para pensar relacionalmente os grupos sociais. Para se analisar as práticas no viés da "esportivização" deve-se levar em consideração que "a pesquisa sobre o desenvolvimento do esporte mostrava um desenvolvimento global do código de conduta e sentimento na mesma direção" (GARRIGOU, 2001, p. 69)

Elias nos elucida: "demonstrar que os estudos do desporto que não sejam simultaneamente os estudos da sociedade são análises desprovidas de conteúdo" (1992, p. 48).

E como exemplo das relações existentes para o **nascimento do desporto** Elias apresenta:

> Um tipo específico de atividades de lazer, como por exemplo, a caça, o boxe, a corrida e alguns jogos de bola, assumiu as características de desporto e, de facto foi designado por desporto pela primeira vez em Inglaterra durante o século XVIII, isto é, no mesmo período em que as antigas assembleias de estado, Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, representando camadas da sociedade restritas e privilegiadas, constituíram a principal área de confronto onde se determinou quem deveria formar governo" (1992, p.51).

Na **análise** de Elias o "desporto é um empreendimento de seres humanos e muitas das ações humanas, que são exploradas academicamente em termos de objeto de estudo diferentes e como se existissem em compartimentos separados" (1992, p. 60).

E para concluir esta discussão apresento o que Elias demonstra em seu estudo acerca do desporto: "o desporto e, em particular os jogos de competição realizados por

jogadores profissionais perante um público amador envolvem um controlado mas agradável descontrolo de afectos e de emoções".

Considero que as práticas ressignificadas nos Jogos dos Povos Indígenas não se constituem e não podem ser consideradas "esportivizadas", como bem nos mostra Elias em sua teoria.

Essa é uma questão, dentre outras, que deve ser investigada, pois pode ser o início de uma nova pesquisa acerca dos Jogos dos Povos Indígenas.

Nos **Jogos dos Povos Indígenas** e nos **JEBs** podemos encontrar alguns aspectos, no que diz respeito à organização e fórum de debates, que numa organização esportiva tem o mesmo formato, como toda forma de competição. Por outro lado nos Jogos dos Povos Indígenas a **filosofia** é muito diferente da dos JEBs. O **modelo** de jogo dos JEBs não cabe aos Jogos dos Povos Indígenas, pelo próprio conceito de esporte de alto rendimento, revelado nele, enquanto que nos Jogos dos Povos Indígenas esse conceito não é atribuído, como vimos ao longo deste trabalho. E é a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas.

As **experiências de vida** na equipe de futebol nos JEBs, entre outras, abrem novos caminhos e percepções às lideranças indígenas envolvidas, que mesmo com todas as dificuldades de relacionamentos com a sociedade mais ampla e com o poder público conseguem dar início a novas formas de se relacionarem, e estabelecer **novas configurações sociais** e de **interdependência** a partir dos Jogos dos Povos Indígenas. Conforme Elias (1994, p.13.) a sociedade "só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto sua estrutura e suas transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular".

Ao concordar com Elias (1994, p.56.) podemos dizer que os seres humanos precisam da adaptação como **rede de suas relações**, ou seja, o indivíduo só pode ser entendido "em termos de sua vida em comum com os outros".

Percebemos que os JEBS proporcionaram uma, entre outras citadas, das experiências das lideranças indígenas para a organização e realização de seus Jogos, como gostariam que fossem, mesmo a despeito das diferenças já mencionadas entre os dois projetos.

Bibliografia

ALVES, V. F. N. O corpo ludico Maxacali: segredos de um "programa de índio". Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/ Arte, 2003.

AMBROSETTI, J. B. Os índios Kaingang de San Pedro (Missiones). Trad. Thiago Bolivar – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

ATHIAS, R. Povos Indígenas de Pernambuco: Identidade, Diversidade e Conflito. Recife: Editora UFPE, 2007.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: construção da pessoa e identidade cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COURY, G. Norbert Elias e a Construção dos Grupos Sociais: da Ecomomia Psíquica à Arte de Reagrupar-se. In: GARRIGOU, A. & LACROIX, B. Norbert Elias: A Política e a História. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

CUNHA, F.C.D.F. A origem mitológica do povo terena da aldeia Bananal em Aquidauana, MS, Região Centro-Oeste. *In* anais II Simpósio de Ciências Sociais: subalternidades, trânsitos e cenários. Universidade Federal de Goiás, 2011.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D e CASTRO, C. (orgs.). Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964. do Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

DIECKERT, J. e MERINGER, J. A Corrida de Toras no sistema cultural dos indios brasileiros Canela. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Volume 15 – numero 2 – janeiro/ 1994. ISSN 0101-3289. fls. 166-180.

DUNNING, E. El Fenómeno Deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización. Barcelona: PaidoTribo, 2003

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994.

_____ Norbert Elias por ele mesmo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____ Introdução à sociologia. Lisboa, Edições 70 Ltda., 2005.

ELIAS, N. e DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1992.

FASSHEBER, J. R. M. Etno-desporto indígena. Contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2006.

_____ Etno futebol indígena. Vo. 79, p. 5 a 8, 2006. **ComCiência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. http://www.comciencia.br/comciencia, 2006.

_____ A eficácia do futebol entre os Kaingàng. Anais da VII RAM (Reunião de Antropologia do MERCOSUL), julho 2007

_____ Etno-desporto indígena. Contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

FASSHEBER, J. R. M. & ROCHA FERREIRA, M.B. Etno desporto Kaingang. In: Anais da 23ª Reunião de Antropologia. Gramado/RS, 16 a 19 de junho de 2.002. (CDRom).

FASSHEBER, J.R.M., FREITAG, L. C., ROCHA FERREIRA, M.B. Jogos dos Povos Indígenas: um "lugar" de negociações sociais. In: O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. B.S. Grando & L.A. Passos (orgs.) Cuiabá: EdUMT, 2010, p. 139-151.

FERREIRA, I. T. Jogos Estudantis Brasileiros–JEBS. *In* DACOSTA, L. (org.). Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e de Lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). Usos & Abusos da História Oral. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GRUPPI, D.R.; ROCHA FERREIRA, M. B. Os Jogos Indígenas: Processo de Ressignificação das Práticas Corporais dos Kaingang. In II ENCONTRO ALESDE (Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte – Centro de Investigacion 'Estudios em Educacion Física, Salud, Deporte, Recreacion y Danza'). Maracay – Venezuela, 2010.

_____ Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas. *In* CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B.R e von SIMSON, O.R. (orgs.) Jogo, Celebração, Memória e Identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009). Campinas, SP; Curt Nimuendajú, 2011.

MARCONI, M. de A ; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINEZ, A. B. Mitos e ritos do povo Terena: uma analogia com a mitologia grega. Campo Grande: UCDB, 2003.

MAUSS, M. [1872-1950]. Sociologia e Antropologia.Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTA, C N. da. Apresentação: repensando a experiência indígena nos dias de hoje. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 2008, vol. 60 n°. 4. pp. 18-19.

_____ . Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. **Ciência e Cultura**, 2008, vol. 60 n°. 4, pp. 22-24.

OLIVEIRA, B. M. ; GRANDO, B. S. . Práticas corporais e manifestações culturais indígenas e suas relações com os Jogos dos Povos Indígenas do Brasil. In: IV CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DA UNEMAT, 2008, Cáceres-MT. Anais IV Congresso Interno de Iniciação Cientifica da Unemat, 2008. p. 1-4.

OLIVEIRA, R. C. de. O Índio e o Mundo dos Brancos. 4ª.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____, A Crise do Indigenismo. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____, Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

_____, O Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, 2ª ed.

_____, A sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972.

_____, O Processo de Assimilação dos Terena. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.

OTERO, F.L.; BURGUÉS, P.L. Introducion a la Praxiologia Motriz. Barcelona: PaidoTribo, 2003.

PARLEBÁS, P. Juegos, deporte y Sociedad: léxico de praxiología motriz. Barcelona, ES: PaidoTribo, 2001.

PEREIRA, L. M. Os Terena de Buriti: as foras organizacionais, territorialização da identidade étnica. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

PINSKY, C.B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

PRITCHARD, E.E.V. História do Pensamento Antropológico. Trad. Tereza Louro Peres. Lisboa: Edições 70, 1981.

REIS FILHO, D. A. e MORAES, P. de. 1968: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REZENDE, M. J. de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina, PR: Ed. UEL, 2001.

RICŒUR, P. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; FASSHEBER, J.R. M.; TAGLIARI, I. A. UGARTE, M.C.D. Cultura Corporal Indígena. In Atlas do Esporte no Brasil. Org. Lamartine Pereira da Costa, Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição – 2005. ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

ROCHA FERREIRA, M.B. ; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V.R.T. SIMSON, O.R. von. Jogos Indigenas, Realizações Urbanas e Construções Miméticas. **Revista Ciência e Cultura**. Temas e Tendências. SBPC, 60:4, 2008, p. 47-49.

ROCHA FERREIRA, M.B ; VINHA, M. ; CAMARGO, V. R. T . Associativismo étnico e os jogos dos povos indígenas. In: XIII SIMPOSIO INTERNACIONAL DE PROCESOS CIVILIZADORES, Bogotá, 2010. p. 1-9.

ROCHA FERREIRA, M. B. Jogos Tradicionais e Esportes em Terras Indígenas. In: Cultura e Contemporaneidade na Educação Física e no Desporto. E Agora? Coleção Prata da Casa. Edição Especial, p. 193-196, 2002.

ROCHA FERREIRA, M.B. FASSHEBER, J.R., VINHA. Jogos indígenas: um olhar acadêmico. Capítulo de livro. In: Pedagogia do esporte e competição: aspectos conceituais e procedimentais. Orgs. Riller Silva Reverdito; Alcides José Scaglia; Paulo César Montagner. Editora Phorte. 2013, p. 69-97

ROCHA FERREIRA, M.B. *Jogos dos Povos Indígenas*. In: Desafios atuais da Educação Escolar Indígena. Anais do 6º Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: desafios atuais da educação escolar indígena. Juracilda Veiga & Maria Beatriz Rocha Ferreira: Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; (Brasília): Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, pg. 188-204, 2005b. Ficha catalográfica IEL – UNICAMP CRB 8/6934.

ROCHA FERREIRA, M.B. Construção corporal em áreas emergentes: um enfoque antropológico. In: MARQUES, A; PRISTA AJ. E FARIA JUNIOR, A. Educação

Física: Contexto e Inovação (vol. I): 125-138. Ed. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto e Faculdade de Ciências da Educação Física e Desporto da Universidade Pedagógica de Moçambique, 1998, p. 125-137.

ROCHA FERREIRA, M. B. Construção social da atividade motora em áreas emergentes: sobrevivência e/ou saúde. **Revista Kinesis**,1997, p. 17:55-64.

ROCHA FERREIRA, M.B., FASSHEBER, J.R., TAGLIARI, I.A., SILVEIRA, D. Cultura Corporal Indígena. UNICENTRO. Editora, 2003.

ROCHA FERREIRA, M.B. VINHA, M.. Olimpíadas na floresta. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 22, P. 26-30, 2007. ISSN 1808-4001.

ROCHA FERREIRA, M.B. O processo de mudanças na sociedade e os jogos tradicionais indígenas. CD Rom: X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Sociabilidades e Emoções. UNICAMP, 2007. ISBN 978-85-99688-02-01.

ROCHA FERREIRA, M.B.; FIGUEIRA-JUNIOR, A., ALVAREZ, L.; MIHALIUC, A.A.R., UGARTE, M.C.D. Relatório da pesquisa nos VIII Jogos dos povos indígenas – Fortaleza, Ceará, 2005. Apresentada ao Ministério dos Esportes, 2006.

ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M., FASSHEBER, J. R. M., TAGLIARI, I.A. UGARTE, M.C.D. Jogos tradicionais indígenas. In: ___ COSTA, Lamartine (org.). Atlas do Esporte no Brasil - Raízes. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição – 2005. ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

RODRIGUES, R.P. Entrevistas. In: CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O.R.M. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011a, p. 25-27.

RODRIGUES, R.P. Palestra. In: FORUM PERMANENTE - UNICAMP. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Realização dia 25/04/2011. Campinas, 2011b.

SANT'ANA, G. R. de. Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas,SP.

SOARES, G. A. D., e D'ARAUJO, M. C. (orgs.). 21 anos de regime militar: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T., (orgs.). Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

TAVARES, S. C. A reclusão pubertária do Kamayurá em Ipawu – um enfoque biocultural. 1996, 168 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas. Campinas,SP.

TERENA, C. J. Depoimento [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR-UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas,SP.

TERENA, C. J. O importante não é ganhar, mas celebrar. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano.2, n. 22, julho 2007. Acesso em 25/01/2011.

TERENA, M. O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura. Anais I SIMPÓSIO CULTURA CORPORAL E POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ. Irati-PR: UNICENTRO, 2001.

VALLE, M. R. 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas,SP: Editora da UNICAMP, 2008.

Van Mele V.; Renson, R. Traditonal Games in South America. International Council of Sport Science and Physical Education**,** Sport Science Studies 4, 1st ed Schorndorf, Germany, Verlag Karl Hofmann, 1992.

VAZQUEZ, M.H ; VICENTE, D.R. ; ROCHA FERREIRA, M. B.; CAMARGO, V. R. T. ; Paolis, F. ; TOJAL, R. Juegos Interculturales Indigenas / Jogos Intercullturais Indígenas. Madrid, Espanha: Reprografía Doppel, S.L., 2008. 88 p.

VIANNA, F. L. B. Boleiros do cerrado: índios Xavantes e o Futebol. São Paulo: Annablume; Fapesp, ISA, 2008.

VINHA, M. Memórias de Guerreiros e Sonhos de Atletas entre os Kadiwéu. 1999, 146 f. Dissertação de Mestrado, (Faculdade de Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

YATES, F. A. A Arte da Memória. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2007.

Documentos

BOLETIM. Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1969.

_____ . Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1970.

————— . Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1971.

————— .Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1972.

_____ . Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1973.

_____ . Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1974.

_____ . Jogos Estudantis brasileiros. Brasília, 1975.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1976.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1977.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1978.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1979.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1980.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1981.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1982.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1983.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1984.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1985.

_____ . Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1986.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1987.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1988.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1989.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1990.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1991.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1992.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1993.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1994.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1995.

_____ .Jogos Escolares brasileiros. Brasília, 1996.

BRASIL. Tomada de Contas. Ministério do Esporte. Brasília, 2003.

_____. Tomada de Contas. Ministério do Esporte. Brasília, 2004.

_____. Tomada de Contas. Ministério do Esporte. Brasília, 2005.

_____. Tomada de Contas. Ministério do Esporte. Brasília, 2006.

Imagens

Indígenas. Banco de Dados Labor/UNICAMP. Disponível em: http://www.labjor.unicamp.br/indio/galeria. Acesso em 20 de março de 2011

Olimpíadas Escolares: Time Brasil Olimpíadas Escolares. Disponível em: http://www.olimpiadasescolares.com.br/galeria. Acesso em 20 de mar. 2011.

Sites (além dos indicados em nota de rodapé)

OLIMPÍADAS ESCOLARES: http://www.olimpiadasescolares.com.br/resultados/resultados.asp. Acesso em 12 de fev. 2011.

TERENA, Carlos. http://www.tvliberal.com.br/revistas/verpara/edicao7/ indios.htm . Acesso em 25 de out. 2010

ANEXOS

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Faculdade de Ciencias Medicas - UNICAMP

PROJETO DE PESQUISA

Título: Jogos Escolares Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas: trajetórias e interlocuções

Pesquisador: DEOCLECIO ROCCO GRUPPI **Versão:** 1

Instituição: Faculdade de Ciências Medicas - UNICAMP **CAAE:** 01358712.9.0000.5404

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 14951

Data da Relatoria: 24/04/2012

Apresentação do Projeto:

O projeto quer estudar o desenvolvimento dos Jogos Escolares Brasileiros e dos Jogos dos Povos Indígenas, para comprfeender as concepções básicas - subjacentes - a aambos os eventos. "As figurações sociais, as interdependências e o poder serão eixos importantes para se compreender a concepção de ambos eventos". Trata-se de estudo qualitativo, com base em informações obtidas através de dados históricos sobre as concepções e a estrutura de ambos eventos, bem como a legislação pertinente, buscados em acervos constantes em banco de memória sobre os jogos dos povos indígenas (contendo textos literários, imagens,vozes e vozes, video) e entrevistas com organizadores dos eventos JEBs e Jogos dos Povos Indígenas. O projeto se fundamenta também em teses da história oral, especialmente no nque diz respeito aos depoimentos.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é estudar processos de desenvolvimento dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e dos Jogos dos Povos Indígenas, enfatizando a organização, política, objetivos, população atendida, políticas e investimento do governo, trajetória de vida dos organizadores indígenas dos jogos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios mais diretos dizem respeito à produção de conhecimento histórico, que, como sempre, será analisado e pesado segundo certos critérios. Eventualmente, de estudos como este podem decorrer políticas que alterem tais eventos, sempre sujeitros, no entanto, a injunções culturais e políticas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Parece ao relator que se trata de estudo de extremo interesse, embora pudesse parecer marginal. É que "casos" como estes revelam muito das concepções de uma sociedade, ou de parcelas dela, eventualmente conflitantes. Além disso, estudos deste tipo vão na direção da história do "pequeno", que é em grande medida a história moderna.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

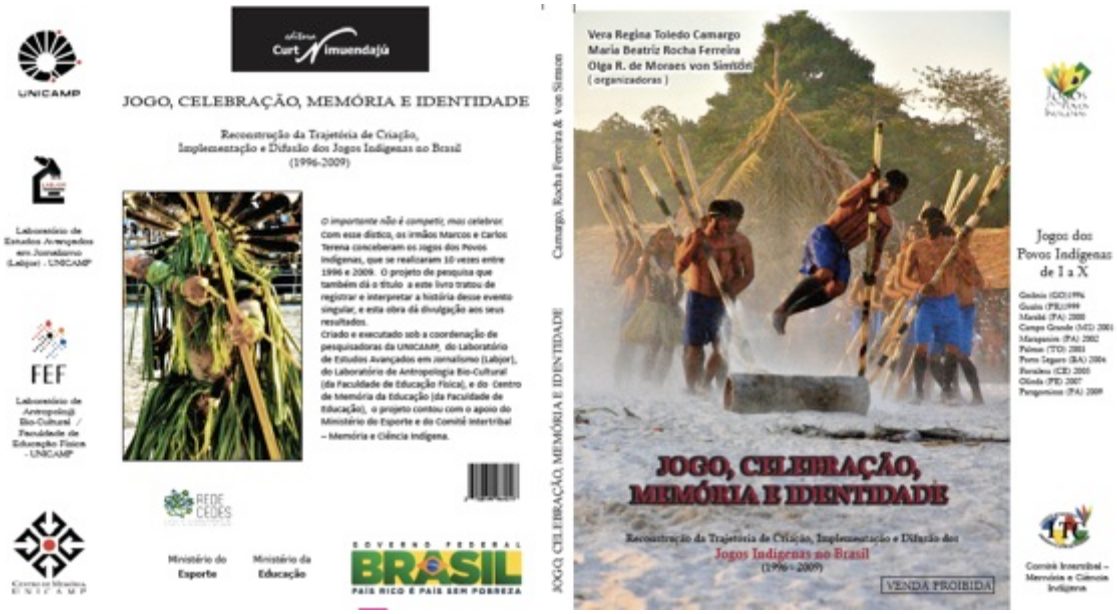
Não

CAMPINAS, 24 de Abril de 2012

Assinado por:
Carlos Eduardo Steiner

Capa do Livro:

Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas (1996-2009).



Site do Projeto:

Jogo, Celebração, Memória e Identidade: Reconstrução da Trajetória de Criação, Implementação e Difusão dos Jogos dos Povos Indígenas (1996-2009).

www.labjor.unicamp.br/indio